



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA - AMÉRICA LATINA**

**Representações da Tortura no Jornal Nosso Tempo: Direitos Humanos e opinião  
pública em Foz do Iguaçu 1980-1985**

**ANDERSON DE OLIVEIRA**

Foz do Iguaçu  
2017

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA**

**Representações da Tortura no Jornal Nosso Tempo: Direitos Humanos e opinião pública em  
Foz do Iguaçu 1980-1985**

**ANDERSON DE OLIVEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História América Latina

Orientador: Prof. Dr. Paulo Renato da Silva

Foz do Iguaçu  
2017

ANDERSON DE OLIVEIRA

**Representações da Tortura no Jornal Nosso Tempo: Direitos Humanos e opinião pública em Foz do Iguaçu 1980-1985**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

***BANCA EXAMINADORA***

---

Orientador: Prof. Dr. Paulo Renato da Silva  
UNILA

---

Prof. Dr. Clovis Antonio Brighenti  
UNILA

---

Prof. Dra. Rosângela de Jesus Silva  
UNILA

Foz do Iguaçu, 23 de junho de 2017.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus um grande refúgio nos momentos de fraqueza. Ao meu orientador Paulo Renato pelo apoio e paciência de compreender meu ritmo e a necessidade que tive de amadurecer questões importantes e ainda pelas orientações enriquecedoras e pontuais.

A minha família: Sonia pelo apoio e por compreender as minhas ausências, Nathalia espero ser um exemplo, e que os atalhos que tenho te ensinado sirvam para facilitar seu caminho. A minha mãe por me apoiar em tudo que precisei, para o meu pai falecido em 2014, mesmo sendo analfabeto, ele sabia que um dos poucos caminhos para a mudança passava pelo estudo.

Agradeço também a Juvêncio Mazzarollo, Aluizio Palmar e João Adelino, idealizadores do jornal *Nosso Tempo*, sem a persistência deles de seguir em frente esse trabalho não teria sido possível.

Agradeço aos professores do curso de História em especial os que idealizaram o curso e que lutaram pela manutenção de cursos no período noturno.

Agradeço aos colegas de curso, em especial ao Edson Alencar Farias, amigo de todas as horas sempre com uma palavra de alento é o grande responsável por minha continuidade no curso de História, e ainda quem me ajudou no tratamento gráfico de algumas imagens desse trabalho.

OLIVEIRA, Anderson de. **Representações da Tortura no Jornal Nosso Tempo: Direitos Humanos e opinião pública em Foz do Iguaçu 1980-1985**. 2017. 102 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (História America Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

## RESUMO

Este trabalho tem por proposta discutir o período da ditadura militar no Brasil e em Foz do Iguaçu. Utilizando o jornal *Nosso Tempo* no período entre 1980 até 1985, como fonte principal. O objetivo é evidenciar como o jornal trabalhou questões relacionadas à tortura de presos nas delegacias da cidade. Para isso vamos inserir o conceito de empatia trabalhado por Lynn Hunt, somado à ideia de direitos humanos, e de como a relação entre ambos é importante para que possamos nos colocar no lugar das vítimas. Acreditamos que o jornal, ao abordar a tortura, se pautou pela construção de empatia entre os torturados e a opinião pública, de modo a mobilizá-la em defesa dos direitos humanos e para fazer um contraponto aos discursos oficiais que negavam a prática de tortura ou que primavam pela criminalização dos torturados. Também vamos analisar como o jornal foi criticado e alvo de perseguições dos militares que ainda controlavam o processo de “abertura”. Nesse sentido vamos analisar o processo que os jornalistas sofreram com base na Lei de Segurança Nacional, que culminou na prisão de Juvêncio Mazzarollo, e ainda evidenciar como as discussões tanto sobre a tortura e a prisão de Juvêncio estavam carregadas de religiosidade, um dos principais elementos que nortearam a construção de empatia junto à opinião pública.

**Palavras-chave:** Tortura, Empatia, Direitos Humanos, Nosso Tempo, Religiosidade.

OLIVEIRA, Anderson de. **Representaciones de la Tortura en el diario Nuestro Tiempo: Derechos Humanos y opinión pública en Foz de Iguazú 1980-1985**. 2017. 102 páginas. Trabajo de Conclusion de Curso (História America Latina) – Universidad Federal de la Integración Latino-Americana, Foz do Iguazú, 2017.

## RESUMEN

Este trabajo tiene por propuesta discutir el período de la dictadura militar en Brasil y en Foz de Iguazú, utilizando el diario Nuestro Tiempo en el período entre 1980 hasta 1985 como fuente principal. El objetivo es evidenciar cómo el periódico trabajó cuestiones relacionadas con la tortura de presos en las comisarías de la ciudad. Para eso vamos a insertar el concepto de empatía trabajado por Lynn Hunt, sumado a la idea de derechos humanos, y de cómo la relación entre ambos es importante para que podamos colocarnos en el lugar de las víctimas. Creemos que el periódico, al abordar la tortura, se basó en la construcción de empatía entre los torturados y la opinión pública, para movilizarla en defensa de los derechos humanos y para hacer un contrapunto a los discursos oficiales que negaban la práctica de tortura o que primaban por la criminalización de los torturados. También vamos a analizar cómo el periódico fue criticado y perseguido por las persecuciones de los militares que aún controlaban el proceso de "apertura". En ese sentido vamos a analizar el proceso que los periodistas sufrieron con base en la Ley de Seguridad Nacional, que culminó en la prisión de Juvêncio Mazzarollo, y aún evidenciar cómo las discusiones tanto sobre la tortura y la prisión de Juvencio estaban cargadas de religiosidad, uno de los principales elementos que guiaron la construcción de empatía ante la opinión pública.

Palabras-clave: Tortura, Empatía, Derechos Humanos, Nuestro Tiempo, Religiosidad.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Pedido de intervenção militar em Foz.....	12
<b>Figura 2</b> – Capa da edição 158 .....	14
<b>Figura 3</b> – Informe CIE sobre o início das atividades do <i>Nosso Tempo</i> .....	35
<b>Figura 4</b> – Capa da primeira edição jornal .....	51
<b>Figura 5</b> –Esquerda Mateus no Hospital, direita Waldemar com o olho inchado.....	58
<b>Figura 6</b> – Cartaz de Procurados 1970.....	59
<b>Figura 7</b> – Fotografia de um caso de tortura em que foi utilizado um remo.....	60
<b>Figura 8</b> - Charge reabertura.....	72
<b>Figura 9</b> – Agricultor crucificado.....	77
<b>Figura 10</b> - Capa da Edição 42.....	78
<b>Figura 11</b> - Capa edição 54.....	91
<b>Figura 12</b> - Última página edição 55.....	92

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

CNV- Comissão Nacional da Verdade

DOPS-Departamento de Ordem Política e Social

ESG- Escola Superior de Guerra

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

IBAD-Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES-Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM- Inquérito Policial Militar

LSN- Lei de Segurança Nacional

MDB-Movimento Democrático Brasileiro

PMDB-Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

SNI- Serviço Nacional de Informações

STF- Superior Tribunal Federal

VPR- Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>1-INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2- OS INÍCIOS DO GOLPE.....</b>	<b>18</b>
<b>3-Conhecendo o jornal Nosso Tempo: (des) construindo a fonte.....</b>	<b>44</b>
<b>3.1- A tortura e a empatia.....</b>	<b>55</b>
<b>3.2- O discurso religioso e a prisão de Juvêncio Mazzarollo.....</b>	<b>74</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>100</b>

*Cuidado pessoal lá vem vindo a Veraneio/ Toda  
pintada de preto, branco, cinza e vermelho/ Com  
números do lado, dentro dois ou três tarados/  
Assassinos armados, uniformizados/ Veraneio  
vascaína vem dobrando a esquina.*

(Renato Russo, Flávio Lemos)

## 1-Introdução

A música *Veraneio Vascaína* de Renato Russo e Flávio Lemos do ano de 1986 descreve a representação da viatura policial utilizada durante a ditadura militar. As cores e o modelo do carro eram um símbolo do medo. Quando uma viatura policial com essas características se aproximava, principalmente no período noturno circulando com as luzes todas apagadas, as pessoas sabiam que a palavra final seria sempre de quem estava “armado e uniformizado”.

O tema da ditadura no Brasil tem suscitado trabalhos cada vez mais importantes. O distanciamento temporal entre o historiador e o período a ser estudado, a quantidade de novas fontes que os historiadores têm se debruçado, como jornais e revistas, permitiu novos olhares e abordagens sobre os 21 anos que deixaram profundas marcas na sociedade. Uma frase do livro *Apologia da História ou Ofício do Historiador* de Marc Bloch instigou a necessidade de aprofundamento no tema ditadura: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado.”<sup>1</sup>

No século XXI, mesmo com tantas pesquisas ainda há desconhecimento desse passado, as manifestações nas ruas após o ano de 2013 levantaram questões importantes sobre a necessidade de aprofundamento no período da ditadura. O descontentamento com governos e questões políticas trouxeram o perigoso “fantasma” da ditadura. As imagens da televisão, jornais e revistas mostravam um número crescente de pessoas indo para essas manifestações pedindo intervenção militar.

O desconhecimento do passado é perigoso ao ponto de as pessoas pedirem a volta de um período em que os direitos humanos foram esquecidos em nome da defesa de supostos “interesses do Estado”, um inimigo criado pelos militares e que precisava ser combatido a qualquer custo. A memória positiva construída em torno da ditadura fez com que setores conservadores apontassem para uma nova intervenção como solução para os problemas do país. A falta de conhecimento das agressões, torturas, e em muitos casos as centenas de desaparecidos, alimentaram essas manifestações. Somado aos pedidos de intervenção, há ainda um crescente pedido de parte da sociedade para que as forças armadas, em especial o exército, ocupem áreas de risco e façam trabalhos para os quais não estão preparados.

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2002. p.65

**Figura 1-** Pedido de Intervenção Militar em Foz



FONTE: Gazeta. Diário de Foz do Iguaçu. Edição 279, 11 de maio de 2017.p.06 (Autor desconhecido).

A figura 1 é um exemplo dessas manifestações. A foto tirada na avenida Brasil, principal avenida do centro da cidade de Foz do Iguaçu, demonstra o solitário protesto de uma pessoa segurando um cartaz que pede intervenção militar. Ao fundo da imagem o batalhão do exército, localizado na área central da cidade. Ocupando posição estratégica o batalhão é uma referência desse passado militar da ditadura, um exemplo das permanências é a área ocupada por esse mesmo batalhão, onde diversas placas avisam da “entrada proibida”. Na fotografia a relação entre passado e presente é interligada pelo cartaz, o qual indica a representação positiva que uma parcela da população faz da ditadura. Portanto, esse trabalho visa somar com outras pesquisas no sentido de evidenciar para população o perigo de uma intervenção militar, e de como ela foi extremamente danosa para o Brasil.

Essa pesquisa também ganhou força ao verificar o aumento da violência policial principalmente em locais controlados pelo Estado, como o massacre dentro do presídio Carandiru em 1992 na cidade de São Paulo. Após uma rebelião por parte dos presos, um grupo de policiais entrou nos prédios e executou 111 detentos, de forma violenta e sem nenhuma chance de defesa. Duas décadas depois esses mesmos policiais estão perto de serem absolvidos.

O uso da força durante a ditadura foi o principal instrumento de medo e controle contra

quem fosse “subversivo”, mas o aparelho repressivo da ditadura não foi desmontando com a abertura política, porque ele já estava inserido no Estado e nas forças de segurança.

Esse trabalho também é fruto de inquietações suscitadas em pesquisas para outras disciplinas durante a trajetória do Curso de História – América Latina. O primeiro contato com o jornal *Nosso Tempo* foi com o tema de um artigo sobre a presença de Itaipu e o território invadido pelo alagamento. A pesquisa levantou o sofrimento e as dificuldades tanto dos agricultores que perderam suas terras, como os indígenas que não tiveram suas tradições culturais respeitadas pelo processo de construção da barragem. A digitalização do jornal e a disponibilização em site facilitaram a pesquisa. Há ainda um sistema de busca que permite acessar diversos temas e conhecer um pouco da história da cidade.

A escolha do jornal como fonte é importante para (re) construção da história de Foz do Iguaçu no período de “abertura”. A Nova História permitiu que os historiadores trabalhassem com novos tipos de fontes documentais que poderiam ser utilizadas como vestígios para essa (re) construção. A nossa análise do jornal como fonte vai compreender o final do ano de 1980 até 1985. O ano de 1980 é importante tanto pelo surgimento do periódico, como por ser um período considerado de “abertura”. Porém, como ressaltamos acima o aparelho repressivo ainda estava presente nas instituições. O ano de 1985 há uma redução nas denúncias dos casos de tortura, Foz do Iguaçu elege seu primeiro prefeito, em 1984 Juvêncio Mazzarollo já havia sido libertado. O jornal trabalha no sentido de demonstrar a complexidade de uma abertura conduzida pelos próprios militares. Nesse período de 5 anos é possível verificar como o jornal representa as violações dos direitos humanos, como a tortura que iremos abordar ao longo desse trabalho, e a censura por meio da prisão do jornalista Juvêncio Mazzarollo.

O trabalho com fontes é de grande importância para o historiador. Permite compreender determinados momentos da história num sentido mais amplo, bem como seus desdobramentos em localidades menores como o caso de Foz do Iguaçu. O contato com o jornal *Nosso Tempo* nos primeiros momentos foi uma mistura de sentimentos. Inevitavelmente o primeiro olhar trouxe uma relação de associação com a leitura de jornais no cotidiano. Após a leitura do periódico, constatei que havia historicidade nas páginas amareladas. Como historiador, percebi a necessidade de analisar o lugar de diversos atores envolvidos na produção e recepção do jornal, entender o papel dos jornalistas e, ao mesmo tempo, ler os jornais com o olhar dos leitores daquela época, levando em conta ainda os fatos que estão acontecendo em diversos locais ao mesmo tempo que em alguns momentos se entrecruzam, se complementam e em outros geram atritos, esse é o movimento da história. A opção por trabalhar com o jornal como fonte principal parte desse sentimento de vivacidade presente naquelas 20, 25 páginas com suas

particularidades que poucos livros contam. O vestígio de uma história viva precisando ser evidenciada.

Nas pesquisas e levantamentos realizados no jornal um tema recorrente é a tortura, o jornal denunciava as torturas nas delegacias como instrumento de coação para obter confissões de crimes. A estrutura do jornal era organizada para que as matérias, opiniões, fotografias e charges estabelecessem relações diretas e indiretas com a tortura. Seria possível dizer que a identidade do jornal construída nos dois primeiros anos teve como base a denúncia de torturas e problemas sociais na cidade de Foz do Iguaçu. A primeira edição do jornal destaca de maneira importante o tema central que irá permear grande parte das edições: “A tortura não encontra justificativa nenhuma. Ela é antes de tudo, injusta, ilegal e contraproducente. A questão está preocupando sensivelmente a sociedade.”<sup>2</sup>

Os testemunhos das vítimas são os momentos que causam mais impacto nas matérias. As descrições das agressões, o deboche dos torturadores, a condição vexatória do ser obrigado a ficar nu, o espancamento por diversos policiais ao mesmo tempo, são questões marcantes nessas matérias. Tudo isso somado as fotografias dos torturados que serviam como prova da agressão, a capa da edição 158 (figura 2) é um exemplo da tortura praticada nas delegacias de Foz do Iguaçu:

**Figura 2-** Capa da edição 158



FONTE: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 158, 01 a 07 de março de 1985. p.1

<sup>2</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 1, 03 a 10 dezembro de 1980. p. 5.

Somado às imagens da capa o testemunho de Valdemir Antonio confere mais força à veracidade do caso ao mencionar que um superior dos policiais determinou que a tortura continuasse até que a vítima confessasse :

Mandou um dos torturadores molhar um remo no óleo diesel e me dar pancadas nas nádegas. Como eu não falei mais nada, sofri nova sessão de tortura, com ripada nas orelhas, na boca e por todo o corpo. Cada vez que me batiam com aquele remo, eu pedia para morrer. Minhas nádegas ficaram em carne viva.<sup>3</sup>

Cabe destacar que o impacto causado pelas fotografias, que evidenciavam as marcas da violência, era no sentido de o jornal chamar a atenção dos leitores para os casos de tortura que estavam acontecendo na cidade Foz do Iguaçu e região. Há questões importantes entre o sentido visual e a construção dos testemunhos, a relação entre ambos criava uma atmosfera que inseria o leitor no mundo do torturado.

Nesse sentido o objetivo principal desse trabalho é evidenciar como o jornal apresentava elementos para que os leitores compreendessem pelo que estavam passando pessoas que eram abordadas e presas por policiais. Para isso vamos trabalhar o conceito de empatia trazido por Lynn Hunt e de como ele também está presente no jornal, nos jornalistas e nessa relação com o público. Em seu livro *A invenção dos direitos Humanos: uma história*, a autora demonstra que os direitos humanos sozinhos não conseguiriam proteger a humanidade. Ela parte da ideia de que as pessoas compartilham de um código interno, construído ao longo da história, que fazia reconhecer a semelhança no outro, se colocar no lugar dos demais, sentir suas dores. A empatia somada aos direitos humanos cria a noção de semelhança, e de que compartilhamos os mesmos direitos.

Por esse motivo vamos destacar as notícias de torturas e a prisão de Juvêncio Mazzarollo, como dois momentos em que é possível verificar a presença dessa empatia. E ainda como esses discursos estavam carregados de religiosidade, outro elemento que converge com a empatia. O que acabou por reforçar um sentido sagrado da condição humana, não sendo possível em alguns momentos, dissociar o humano do religioso.

No primeiro capítulo o objetivo principal é realizar um contexto histórico tanto dos direitos humanos, como do uso da tortura em diferentes locais e períodos. Assim como contextualizar e problematizar os estudos em torno da ditadura no Brasil, o que vai possibilitar o entendimento de como o jornal *Nosso Tempo* estava inserido na cidade Foz do Iguaçu na

---

<sup>3</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 158, 01 a 07 de março de 1985. p.11.

década de 1980, e sua importância para a historiografia como fonte. Para isso é necessário conhecer e discutir a ditadura no Brasil, o período de abertura, e como Foz do Iguaçu se insere na análise histórica, já que os estudos históricos sobre a cidade são escassos. Também é importante conhecer as particularidades da cidade que vão auxiliar para compreender a função do jornal na cidade de Foz.

Mesmo o jornal sendo uma rica fonte de pesquisas já que trabalha temáticas variadas, ao pesquisarmos sobre a cidade e sua relação com o periódico constatamos que os trabalhos são muito poucos e não exploram devidamente a profundidade da fonte. Alguns trabalhos sobre a historiografia da cidade não discutem nem problematizam os fatos, os poucos livros e artigos são uma coleção de fatos históricos apresentados de forma linear sem problematização, em alguns momentos não conseguimos farejar a presença humana conforme colocado por Marc Bloch<sup>4</sup>.

Para isso vamos situar o leitor dentro das correntes historiográficas e estudos sobre a ditadura para compreender um dos períodos mais estudados da História do Brasil e América Latina, onde as marcas deixadas pela repressão repercutem até hoje na sociedade, seja pela falta de conhecimento histórico de movimentos que persistem em pedir a volta da ditadura, seja pela persistência da impunidade, já que os culpados por crimes de tortura continuam sendo homenageados com nome de ruas, praças. Em Foz do Iguaçu, por exemplo, uma das principais avenidas da cidade se chama Costa e Silva. Outra avenida, no centro da cidade, se chama Castelo Branco, mesmo nome de uma escola estadual. O principal hospital de Foz do Iguaçu se chama Ministro Costa Cavalcanti<sup>5</sup>. A ditadura se tornou um fantasma que precisamos combater todos os dias, na violência policial que ainda reprime movimentos sociais, ou na censura e suas tentativas de calar a imprensa e sua liberdade.

O capítulo 2 tem por objetivo caracterizar e analisar o jornal *Nosso Tempo* como fonte historiográfica, trabalhando desde o seu período de criação em 1980 até o ano de 1985. Como a ditadura é representada no periódico. E como empatia é importante na relação que o jornal pretende estabelecer entre os torturados e o público. Vamos destacar ainda, as perseguições, os processos contra os jornalistas com base na Lei de Segurança Nacional que culminou com a condenação e a prisão do jornalista Juvêncio Mazzarollo, e de como essa prisão teria fortalecido o vínculo entre o jornal e os leitores. E ainda demonstrar como as publicações estavam

---

4 BLOCH, op. cit., p.54

<sup>5</sup> José Costa Cavalcanti foi um militar, que no período da ditadura militar foi ministro de Minas e Energia durante o governo do presidente Costa e Silva. Mas ficou conhecido por ser nomeado diretor-geral da usina hidrelétrica Itaipu Binacional (1974), cargo que ocupou até o ano de 1985.

carregadas de sentido religioso, temática que vai atravessar os demais assuntos, principalmente as torturas e a condenação de Juvêncio Mazzarollo.

Evidenciar que mesmo o jornal tendo sido criado no período de abertura os resquícios da ditadura ainda eram intensos, e que uma vez institucionalizado o aparelho repressivo por meio do Estado de Segurança Nacional, as práticas violentas estavam espalhadas nos mais variados âmbitos: Federal, municipal e estadual e não eram uma prática exclusiva das polícias, mas sim uma forma de agir institucionalizada.

Considerado um jornal de cunho alternativo *Nosso Tempo* caracterizou-se por ser um instrumento de resistência contra a violência policial. Nesse sentido, pretendemos fazer um trabalho diferenciado sobre uma fonte pouco explorada, demonstrando as contradições do discurso da “abertura” propagado por militares, já que o jornal denunciava casos que demonstram justamente o contrário, e ainda contribuir para construção da história de Foz do Iguaçu.

## 2- Os inícios do golpe

*Porque pobre quando nasce com instinto assassino/ Sabe o que vai ser quando crescer desde menino/ Ladrão para roubar ou marginal pra matar/ “Papai eu quero ser policial quando eu crescer”.*

(Renato Russo, Flávio Lemos)

Quando pensamos em golpes militares e ditaduras na América Latina, a associação com direitos humanos é algo imprescindível para compreender esses períodos em que os direitos das pessoas foi cerceado e em muitos casos anulado. Mas os direitos humanos começaram a ser pensados no século XIX tendo como marco principal a Revolução Francesa (1789), o primeiro grande movimento no sentido de uma declaração formal sobre os direitos básicos, e foram definitivamente incluídos na pauta das diversas nações do mundo principalmente por conta das duas grandes guerras mundiais (1914) e (1939). Em 1948 as Nações Unidas adotam um modelo final para a Declaração Universal dos Direitos Humanos, modelo esse que teria alguns de seus artigos inseridos nas constituições de diversos países.

Mas mesmo com a discussões e exemplo das guerras os direitos humanos eram constantemente desrespeitados, no caso do Brasil, o período da ditadura militar (1964-1985) é um exemplo. A tortura era a face mais perversa do regime, o estado de exceção propiciou graves violações dos direitos humanos. Antes de trabalharmos o período da ditadura no Brasil convém fazer um breve histórico sobre a tortura de forma geral para demonstrar a necessidade de respeitar esses direitos, ao mesmo tempo verificar como a tortura tem sido utilizada amplamente em diferentes sociedades e épocas.

Segundo Hunt a tortura começou a ser utilizada oficialmente pela justiça no século XIII na Europa, as principais vítimas eram “bruxas” que sofriam castigos físicos como: queimaduras, privação do sono<sup>6</sup>, etc., torturas essas que eram empregadas como forma de castigo. Mas para Hunt a tortura também é construída culturalmente, já que alguns desses atos aconteciam em praça pública. Ao mencionar cartas de observadores destaca: “... os aprendizes de cirurgiões e os amigos dos executados brigassem pelos cadáveres, e de modo geral que houvesse a expressão

---

<sup>6</sup> HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos Humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 76

de uma “espécie de Alegria, como se o Espetáculo que tinham presenciado lhes proporcionasse Prazer em vez de Dor.””<sup>7</sup>

Ainda no século XVIII iluministas como Voltaire (1694-1778) questionavam a validade do uso da tortura tanto para obter confissões como também como forma de castigo. Com relação aos castigos públicos Hunt afirma: “A dor brutalizava o indivíduo - e por identificação os espectadores – em vez de abrir a porta para a salvação por meio do arrependimento.”<sup>8</sup> Não era possível recuperar alguém causando mais dor e mutilando pessoas em praça pública. E ainda sobre a questão da utilização da tortura como forma de obter confissão, a autora questiona a validade dessas confissões, já que enquanto muitos podiam dissimular suportando a dor, em outros casos algumas pessoas confessavam os crimes para que a tortura parasse, como veremos nos casos da ditadura no Brasil.

No caso do Brasil durante o período colonial, a tortura foi utilizada amplamente para castigar tanto escravos que tentavam fugir, ou se rebelavam contra seus “senhores”, como indígenas que não aceitavam a dominação e a religião dos colonizadores.

Convém destacar que Hunt reconhece que tanto o Iluminismo, como os direitos individuais contribuiram para uma noção mais próxima do sagrado com relação ao corpo:

Mas a tortura legalmente sancionada não terminou apenas porque os juízes desistiram desse expediente, ou porque os escritores do Iluminismo finalmente se opuseram a ela. A tortura terminou porque a estrutura tradicional da dor e da pessoa se desmantelou e foi substituída pouco a pouco por uma nova estrutura, na qual os indivíduos eram donos de seus corpos, tinham direitos relativos à individualidade e à inviolabilidade desses corpos, e reconheciam em outras pessoas as mesmas paixões, sentimentos e simpatias que viam em si mesmos<sup>9</sup>

O reconhecimento da autora sobre a abolição da tortura legalizada é importante para o nosso trabalho. Pois ao longo da história a tortura continuou sendo utilizada de forma intensiva como instrumento de coerção, a não legalidade, em alguns casos, contribuiu de forma sensível para a impunidade dos torturadores e a utilização dessa prática em regimes ditatoriais como no caso de países da América Latina, em específico o Brasil.

Segundo Konder, a Anistia Internacional identificou que o principal motivo da tortura é isolar, tornar a pessoa incomunicável, e o preso é torturado por meio de humilhações sexuais, castigos, violências, insultos. A tortura é utilizada por diversos motivos, que vão desde obter

---

<sup>7</sup> Ibid., p.96

<sup>8</sup> Ibid., p.98

<sup>9</sup> Ibid., p.111-112

confissões, dissuadir pessoas de participar de manifestações e grupos “suspeitos”. Sendo aplicada em várias nações ao redor do mundo. E define:

A tortura é um fenômeno mais complexo do que parece à primeira vista. Não se limita ao comportamento sádico de alguns, diante da perplexidade desarmada de outros. Vai bem além disso. É o resultado de uma vontade política de governos autoritários ou totalitários. Faz parte de uma estratégia de segunda, que lança mão de pessoas de mau caráter para exercer sua política de dominação.<sup>10</sup>

Nesse sentido, o relatório da Comissão da Verdade, utilizando a fundamentação do Direito Internacional dos Direitos Humanos, complementa a definição sobre tortura:

[...] o entendimento de que tortura é todo ato pelo qual são infligidos a uma pessoa penas, sofrimentos físicos e/ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, castigo corporal, medida preventiva, pena ou quaisquer outros fins. São igualmente considerados tortura os métodos tendentes a anular a personalidade da vítima ou a diminuir a sua capacidade física ou mental, ainda que não causem dor física ou angústia psíquica.<sup>11</sup>

A ampliação da noção do que poderia ser considerado tortura é importante para nosso trabalho. No segundo capítulo abordaremos o jornal *Nosso Tempo* onde é possível verificar diferentes tipos de violências como intimidação por meio de prisões arbitrárias, ameaças, agressões físicas e verbais, e nos casos mais graves a morte de pessoas constituindo graves violações dos direitos humanos.

O projeto *Brasil: nunca mais*<sup>12</sup> identificou em uma extensa pesquisa, tendo por base testemunho de pessoas que denunciaram as agressões durante a ditadura militar, pouco mais de 300 tipos de tortura aplicadas em 1843 denunciantes<sup>13</sup>. Esses números ganham contornos graves quando é possível constatar que grande parte dos casos de tortura nunca chegaram a ser denunciados, nem sequer foram registrados pelos militares.

---

<sup>10</sup> KONDER, Rodolfo. *Anistia Internacional: uma porta para o futuro*. Campinas, São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988. p.24

<sup>11</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. – Recurso Eletrônico- Brasília: CNV, 2014. Volume I. p.328 Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf) Acesso em: 11/10/2016.

<sup>12</sup> Projeto de pesquisa com apoio da igreja católica que analisando extensa documentação constatou graves violações dos direitos humanos ainda na década de 1980.IN: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/> Acesso em: 01/05/2017.

<sup>13</sup> Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/w3/bnm/tomo\\_v\\_vol\\_1\\_a\\_tortura.pdf](http://www.dhnet.org.br/w3/bnm/tomo_v_vol_1_a_tortura.pdf) Acesso em: 01/05/2017.

Para que possamos analisar o jornal *Nosso Tempo* é preciso compreender os momentos que antecederam o golpe militar, como os militares chegaram ao poder e foram criando formas de ampliar sua atuação, que culminou em mortes e tortura de centenas de pessoas.

Na década de 1950 o Brasil passava por momentos de instabilidade durante o segundo governo de Getúlio Vargas, a crise política do governo e o seu isolamento no poder culminaram no seu suicídio em 1954. As medidas populistas do seu governo, as dificuldades de conciliar uma base política consistente causaram grande insatisfação e o medo da “ameaça comunista”, que já preocupava os militares. Nesse sentido Araújo demonstra a relação direta entre a crise de 1954 e o golpe militar em 1964: “[...] associa-se frequentemente a crise de 54 ao golpe militar que viria a ocorrer dez anos depois. Aquele teria sido o primeiro grande ensaio para o que vai suceder-se em 1964[...]”<sup>14</sup>.

Para Alves os militares chegaram ao poder por meio de uma política de desestabilização, que envolveu multinacionais, o governo dos Estados Unidos e a Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>15</sup>. Com a participação em especial do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) instituições consideradas civis de fachada por conta de abrigarem militares que já estavam alinhados com das ideologias da (ESG)<sup>16</sup>.

A Escola Superior de Guerra (ESG), inaugurada em 1949 no Brasil, foi a responsável por formular a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Segundo Alves: “Tratava-se de um abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais.”<sup>17</sup> O manual da ESG é um exemplo desse corpo teórico que servia para caracterizar possíveis elementos ideológicos perigosos desestabilizadores das forças políticas legitimamente constituídas em um país. O manual da ESG caracteriza subversão como:

A subversão deve ser entendida como o conjunto de ações de caráter predominantemente psicológico que buscam de maneira lenta, insidiosa, progressiva e, pelo menos inicialmente clandestina e sem violência – a conquista física e espiritual da população sobre a qual são desencadeadas, através da destruição das estruturas sociais fundamentais, levando-a a aspirar a uma forma de comunidade diferente, pela qual se dispõe ao sacrifício.<sup>18</sup>

---

<sup>14</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: a democracia, partidos e crise política*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1996. P.22

<sup>15</sup> É importante ressaltar que a deposição de Dom Pedro II e o surgimento da república em 1889 foram conduzidas por militares.

<sup>16</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 27

<sup>17</sup> *Ibid.*, p.42

<sup>18</sup> Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. Aspectos da Guerra Contemporânea – A Guerra Revolucionária. Departamento de estudos. P.10 (<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/>)

E determina ações para defender o país: “As ações repressivas não significam, obrigatoriamente, a aplicação da expressão militar. Somente em casos de grave perturbação da ordem interna é que caberá às Forças Armadas agir contra as forças de subversão; [...]”<sup>19</sup>. Cabe ressaltar que o manual utiliza ostensivamente o ideal de “defender” a sociedade e a democracia, algo que também estará presente nos Atos Institucionais e leis que vão instalar o golpe de 1964.

O relatório da CNV, por meio de intensiva investigação baseada em depoimentos e documentos, conseguiu comprovar a presença de militares brasileiros nos cursos da Escola das Américas no Panamá a partir de 1954. Oficialmente a Comissão identificou uma lista com mais de 300 nomes de militares brasileiros, das três forças armadas, que participaram na função de instrutores de cursos ou como estudantes, no período de 1954 até 1996<sup>20</sup>. Sob a tutela do governo dos Estados Unidos eram ministrados cursos e treinamentos com diversos objetivos.

Os cursos e treinamentos foram ministrados para milhares de alunos de países da América Latina e do Caribe, envolvendo, entre outros temas, técnicas de contrainsurgência, operações de comando, treinamento de inteligência e contrainteligência, operações de guerra psicológica, operações-policiais-militares e técnicas de interrogatório para serviços de inteligência.<sup>21</sup>

Os manuais e documentos liberados pelo próprio governo dos Estados Unidos são uma das muitas provas da interferência, influência e participação efetiva na preparação do golpe. Ofereciam treinamento em técnicas de interrogatórios e inclusive técnicas de combate contra o “inimigo”. O manual de contra inteligência evidencia a importância de saber fazer um interrogatório:

La fase interrogativa/técnicas de cuestionamiento tiene un valor muy singular ya que es donde se van a cubrir todos los interrogantes. La habilidade de hacer preguntas son tan importante como las investigaciones que se estan llevando a cabo. Sin un buen conocimiento de como dirigir sus preguntas muchas veces usted perdera información de valor de inteligencia o recibira contestación contrarias a lo que proveyó la fuente.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> Ibid., p.29

<sup>20</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. – Recurso Eletrônico- Brasília: CNV, 2014. Volume I. P.331. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf) Acesso em: 11/10/2016

<sup>21</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. – Recurso Eletrônico- Brasília: CNV, 2014. Volume I. P.330. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf) Acesso em: 11/10/2016.

<sup>22</sup> Manual de Estudo. Contra-inteligencia. p.97 Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%206%20-%2000092.0001322015-44%20-%20SOA%20Contrainteligencia.pdf> Acesso em: 11/10/2016

Dentre as muitas técnicas ensinadas pelo manual, as principais eram repetir perguntas de diferentes maneiras e as perguntas deveriam ser iniciadas por: quem? Como? Onde? Por quê? Etc. O local do interrogatório também influenciava, portanto deveria ser selecionado previamente. O Brasil ainda contou com técnicas de interrogatório trazidas do Reino Unido, já durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), e posterior aperfeiçoamento durante a vigência dos governos militares.

Um documento datado do ano de 1971 encontrado no acervo do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, sob guarda do Arquivo Público do Paraná, demonstra as técnicas presentes nos manuais da Escola da Américas. Algumas técnicas foram aperfeiçoadas para serem aplicadas no Brasil. Cabe destacar algumas questões contraditórias presentes no manual, já que o governo militar nunca admitiu oficialmente a prática de torturas:

1)Os parágrafos seguintes tratam das quatro fases do interrogatório e das técnicas que podem ser, efetivamente, empregadas, em uma ou mais delas. Ainda que algumas das técnicas constituam violência perante a lei, nenhuma delas envolve torturas ou tratamento inadequado. 2)Além dos argumentos morais existentes contra o uso da tortura, ela, em si mesma, é uma técnica de interrogatório ineficiente. As informações extraídas dessa maneira raramente são verídicas e dignas de confiança.<sup>23</sup>

Dentro da mesma frase na qual o manual condena a tortura, reconhece que algumas técnicas são consideradas violentas perante a lei. Uma dessas técnicas era a forma de abordar o interrogado, no manual chamado de “paciente”:

b)Aproximação ameaçadora. Para isto o interrogador baseia-se na ameaça e agressividade para fazer o paciente cooperar, seja pelo medo, ou por perder sua calma e, desta maneira, deixar cair sua guarda. Não deve haver violência física, mas o interrogador deve gritar, gesticular, ameaçar com gestos, insultar e usar de sarcasmo contra o prisioneiro.<sup>24</sup>

O ato de ameaçar, insultar ou debochar constituem tipos de violências, apesar de os manuais condenarem a tortura. As brechas deixadas pelas afirmações constituíram vasto campo para atuação irrestrita dos militares.

Os militares após tomarem o poder e destituírem o presidente João Goulart prometeram eleições no ano seguinte, para conquistar a confiança e apoio da sociedade, mas aos poucos por meio de Atos Institucionais e um aparato policial militar montado em diversos Estados do Brasil

---

<sup>23</sup> MAGALHÃES, M. B. de. *Documento: Manual do interrogatório*. IN: História: Questões & Debates, Curitiba, nº 40. 2004. Editora UFPR., p. 220

<sup>24</sup> *Ibid.*, p.215

foi criada uma rede de informações e instrumentos de repressão que persistiram por muitos anos. O Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e a união das forças armadas com as esferas policiais em cada Estado propiciaram um complexo serviço de informação. Os ideais propagados de “defesa dos interesses do Estado” era a justificativa para que crimes fossem cometidos e pessoas desaparecessem.

Um dos estopins do golpe é considerado o Comício da Central ou Comício das Reformas feito pelo presidente João Goulart no dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro. Nesse comício eram defendidas as Reformas de Base, uma série de medidas que visavam reformas sociais em áreas importantes como: agrária, educação, fiscal, urbana etc.

Em resposta ao comício de João Goulart diversas manifestações ocorreram nas capitais de alguns Estados, conhecidas por *A Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, onde setores da igreja e da sociedade civil manifestaram preocupação com os supostos ideais comunistas nas propostas do presidente. Essas manifestações são consideradas como uma forma de apoio ao Golpe Militar, alguns autores utilizam o termo Ditadura Cívico-Militar, pois o Golpe somente se concretizou por conta do apoio de alguns setores da sociedade. Mas para o nosso trabalho utilizamos a perspectiva de Demian Bezerra de Melo, que demonstra que é necessário contextualizar a participação da sociedade no golpe, para não cometermos o erro de reduzir o papel dos militares no golpe.

Em primeiro lugar é preciso dizer que os historiadores devem apurar a abordagem sobre a participação das Forças Armadas no processo político brasileiro, evitando compartilhar das ideologias próprias desta instituição do Estado. Dizemos isso, pois, a visão segundo a qual a sociedade é dividida entre “civis” e “militares” é própria da ideologia corporativa das Forças Armadas, enganosa e simplista, para dizer o mínimo. Em suma, a argumento “civil-militar” da forma como vem sendo apresentado pela historiografia recente como “grande novidade”, ao se distanciar do estudo da dinâmica da luta de classes como nervo da política, acaba por reproduzir a pobre visão corporativa dos militares, significando um retrocesso no conhecimento já acumulado pela pesquisa acadêmica sobre o golpe e a ditadura.<sup>25</sup>

É necessário analisar com cuidado a participação da sociedade civil, tanto nos momentos anteriores, durante e após o golpe para não colocarmos toda a sociedade como conivente com os crimes cometidos durante a ditadura militar. Nesse sentido, Daniel Aarão Reis Filho ratifica a “heterogeneidade” de setores presentes, o autor afirma que havia várias “esquerdas” e várias

---

<sup>25</sup> MELO, Demian Bezerra de. *Ditadura “Civil-Militar”?* Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente IN: Espaço Plural • Ano XIII • Nº 27 • 2º Semestre 2012 • p. 39-53 p. 41

“direitas” envolvidas, onde o apoio ao golpe por determinados setores da direita se dava pelo suposto temor de perder riquezas (por conta das reformas de base), e conseqüentemente perder posições sociais, mas não necessariamente teriam sido coniventes, por exemplo, com as torturas.<sup>26</sup>

Sobre Foz do Iguaçu são poucos os estudos a respeito do período da ditadura militar, nos livros pesquisados somente mencionam datas em conjunturas nacionais, mas nunca uma realidade detida da população local e o seu comportamento diante desse momento que mudou drasticamente a história do Brasil, já que a cidade foi considerada área de Segurança Nacional. As áreas de Segurança Nacional eram locais estratégicos onde o governo tinha atuação irrestrita, podendo nomear os representantes políticos que estariam sob ordens diretas do governo, os quais, portanto, não eram eleitos pela população. No caso de Foz do Iguaçu, por ser fronteira com Paraguai e Argentina, tinha especial atenção por conta da circulação de pessoas tanto para entrada como para saída do país, portanto tornar a cidade área de Segurança era vital para os objetivos de controlar a “subversão” e possíveis fugas do país. Nesse sentido a Operação Condor permitiu uma ampla rede de trocas de informações entre as ditaduras na América Latina.

O livro *Foz do Iguaçu no Contexto da História* de Perci Lima é um trabalho que tenta resgatar os pontos mais marcantes da história de Foz do Iguaçu, desde sua origem até o começo dos anos 2000. Por se tratar de um período tão longo não é possível discutir todos os elementos sobre a história da cidade, e como era a relação da população com os acontecimentos da ditadura militar. Mas esses livros são de suma importância como ponto de partida para que seja possível também investigar os silêncios presentes no que é privilegiado pela literatura.

A própria origem de Foz nos remete a um passado militar, já que a cidade foi fundada como colônia militar em 1889 pelo Tenente Antonio Batista da Costa Junior e o Sargento José Maria de Brito. A cidade somente se tornaria município em 1914, o primeiro nome foi Vila Iguaçu. Essa presença militar é reforçada pela posição estratégica que o 34º batalhão do exército ocupa no centro da cidade. A entrada do batalhão coincide com a avenida Brasil, uma das principais avenidas da cidade. Há ainda diversas ruas, avenidas, colégios, hospital e ginásio de esportes que homenageiam militares, em alguns casos são homenagens à militares do período da ditadura militar.

Analisando o jornal *Nosso Tempo* como fonte principal, será possível constatar as continuidades de todo um aparato repressivo, mesmo com a abertura política na década de 1980.

---

<sup>26</sup> AARÃO REIS FILHO, D. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2000.p.27

Segundo Lima os discursos propagados na manhã de 31 de março de 1964 prometiam salvar o país do comunismo.<sup>27</sup> Mesmo o autor mencionando em seu texto que o discurso oficial foi uma forma de convencer as pessoas da legitimidade do golpe, ele não problematiza o comportamento da população. Os moradores tinham conhecimento da conjuntura política do que estava acontecendo no poder Executivo? Os que ofereceram resistência aos militares tinham algum tipo de filiação política?

Os Atos Institucionais foram a base para que o governo militar criasse mecanismos para aumentar seu poder de atuação, retirando os direitos básicos de qualquer cidadão, caso fosse suspeito de atividade “subversiva”. Ao todo foram decretados 17 Atos Institucionais e alguns Atos Complementares que abriram caminhos para que os militares agissem sem restrições.

Nesse trabalho vamos nos deter sobre os cinco primeiros Atos Institucionais que constituíram a amarração de uma base muito bem construída e de poderes ilimitados para as forças armadas.

Após a tomada de poder por parte dos militares é decretado o Ato Institucional 1, assinado por militares da Marinha, Aeronáutica e Exército. Afirmava que a Revolução se diferenciava dos demais movimentos armados, pois: “... nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da nação”<sup>28</sup>. No texto do primeiro Ato já é possível verificar essa tentativa de transferir a vontade de mudança para a sociedade, os militares seriam somente uma ferramenta que serviria para oferecer os meios necessários para a instalação de um novo governo. Assim o Ato mantém a constituição de 1946, determina eleição para Presidente e Vice-Presidente dentro de dois dias para o mandato que terminaria em 1966, a possibilidade de decretar ou prorrogar estado de sítio por até 30 dias, suspender por seis meses as garantias constitucionais ou de estabilidade e vitaliciedade. Com o AI-1 quem fosse alvo de investigações perderia os direitos básicos e caso exercesse função pública também perderia estabilidade podendo ser exonerado a critério do governo militar.

A medida de suspender os direitos de estabilidade é de suma importância para que o golpe se concretizasse, afetando tanto políticos como o poder judiciário, mais de 102 políticos que poderiam organizar manifestações oferecendo resistência foram exonerados ou cassados, fazendo com que o congresso aprovasse no dia 15 de abril Humberto de Alencar Castelo Branco como presidente. Como a oposição havia sido derrubada o candidato dos militares foi eleito para o cargo.

---

27 LIMA, Perci. *Foz do Iguaçu: no contexto da história*. Foz do Iguaçu, PR: Ed. do Autor, 2010.p. 164

28 Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm). Acesso em 16/07/2016.

Outra medida que possibilitou a investigação e cassação de direitos foi o decreto que determinou a criação dos Inquéritos Policiais-Militares (IPMs). Um dos pontos destacados por Alves, de grande importância para esse trabalho, é a maneira de conduzir os IPMs: “ Carentes de qualquer fundamentação jurídica formal, os IPMs não se submetiam a regras fixas de comprovação. Os próprios coronéis frequentemente estabeleciam os preceitos legais sobre os quais deviam se basear suas decisões. ”<sup>29</sup> A opinião de desconhecidos, filiação partidária, viagens para países “suspeitos”, tudo isso poderia ser utilizado como prova para o inquérito, em alguns casos não era possível contestar, principalmente pela falta de embasamento jurídico, a lei era interpretada conforme a necessidade e o desejo dos militares. Em alguns casos, esses inquéritos até foram utilizados para incriminar adversários políticos e tirá-los da disputa:

Os IPM's também passaram a servir a interesses políticos locais. Certos políticos da UDN que frequentemente perdiam eleições passaram a valer-se do recurso de acusar seus adversários políticos de atividades “subversivas”, envolvendo-os em algum IPM para eliminar a concorrência indesejada. Foi o caso por exemplo em Goiás, onde o Governador Mauro Borges, ele próprio coronel, foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos por acusações de infiltração comunista feitas por Irapuan Costa Junior, então professor, mas que logo se tornaria governador do mesmo Estado.<sup>30</sup>

No capítulo seguinte será possível verificar que essa foi uma fórmula utilizada pela repressão e que não se limitou às disputas entre a ditadura e a oposição. Quando havia um crime, tornou-se comum a busca de um culpado, independentemente se ele estivesse envolvido ou não.

O AI 1 teria validade até janeiro de 1966. O discurso de defender os interesses do Estado vai permear os intensos anos de repressão que viriam a seguir, a defesa dos supostos interesses do Estado desencadearia torturas, perseguições e assassinatos. O primeiro Ato constitui importante ponto de partida para que os militares instituíssem uma política repressiva nos anos seguintes ao início do golpe.

Em Foz do Iguaçu um caso relatado por Lima é uma clara alusão à tentativa de legitimação do golpe militar. O Coronel Pécio Ferreira montou em vitrines nas principais lojas da cidade um arsenal com as armas apreendidas nas batidas realizadas em bares e locais de circulação de pessoas. O autor chama atenção para o fato de que as armas não eram tão perigosas, em alguns casos teriam somente valor sentimental, minimizando a ação. Mas a nossa reflexão vai no sentido de analisar não se as armas eram ou não perigosas, e sim a questão de que os militares precisavam de “provas” que sustentassem sua presença nas ruas e suas ações,

---

<sup>29</sup> ALVES, op. cit., p.70

<sup>30</sup> Ibid., p.69

a população deveria acreditar que a intervenção militar era o único caminho possível. Ao mesmo tempo que eles criavam um “inimigo interno”, “subversivo”, já inseriam as forças armadas como ferramenta para combate dessas supostas ações.

Outro elemento que demonstra a montagem do aparelho repressivo no caso de Foz do Iguaçu foi na área educacional. Lima evidencia em seu texto que algumas matérias voltadas para temáticas político-sociais passaram a ser controladas e ministradas por militares.<sup>31</sup> A ideologia de Segurança Nacional começou a ser implementada nas escolas.

Para que a “revolução” fosse assimilada pela sociedade não poderia estar caracterizada como golpe, portanto nos primeiros anos o Congresso continuou funcionando, mas sem oposição não haveria resistência para as medidas que o governo solicitasse aprovação do congresso. Para Daniel Aarão Reis Filho, quando os militares falavam em revolução eles queriam denotar um posicionamento de algo que não seria passageiro, e sim com mudanças profundas. Para o autor o grande problema foi que: “... o processo todo fora consumado não em nome de uma revolução, mas nos valores da civilização cristã e da democracia.”<sup>32</sup> Deixando claro que depois de consumado o golpe os militares não teriam uma noção exata do que poderia vir a seguir, esse espaço vago de possibilidades fez com que os setores mais radicais do novo governo militar fossem avançando com medidas que promoviam e embasavam a censura e perda de liberdades básicas.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), afirma com relação aos primeiros momentos depois de decretado o AI 1:

Desde as primeiras horas, uma perseguição violenta atingiu sobretudo indivíduos e organizações mais identificados como esquerdistas, como o Comando geral do Trabalhadores (CGT), a União Nacional de Estudantes (UNE), as ligas camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP).<sup>33</sup>

O governo de Castelo Branco não foi um governo “moderado”. Como aponta Fico<sup>34</sup>, no seu tempo de governo decretou o Ato Institucional 2, proibiu as manifestações de estudantes, aprovou a Lei de Segurança Nacional e criou restrições como a Lei de Imprensa, ou seja, criou os mecanismos necessários para a sustentação do regime militar, aumentando o poder dos militares gradativamente. Ainda sobre Castelo Branco Fico afirma que:

---

31 LIMA, op. cit., 167

32 AARÃO REIS FILHO, D, op. cit., p.27

33 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. – Recurso Eletrônico- Brasília: CNV, 2014. Volume I. P.98 Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf) Acesso em: 10/10/2016.

34 FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. IN: Revista Brasileira de História. São Paulo, v24, nº 47

Além de tudo, foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (é costume afirmar-se que a tortura só se tornaria frequente no pós-68). De fato, diante das acusações que irrompiam na imprensa, Castelo viu-se obrigado a mandar seu chefe da Casa Militar – o futuro presidente Ernesto Geisel – averiguar os fatos.<sup>35</sup>

O governo de Castelo Branco também foi responsável pelo alinhamento com a política financeira dos Estados Unidos, considerado um intenso apoiador do golpe inclusive oferecendo meios para que ele obtivesse sucesso, por meio da ESG.

A afirmação de Fico sobre a tortura é importante, e corrobora com nosso trabalho no sentido de que não há como determinar quando a tortura foi mais intensa, já que qualquer tipo de tortura viola os direitos humanos básicos. Também não é o objeto de nosso trabalho realizar análises comparativas, mas para reforçar esse argumento o jornal *Nosso Tempo* é de grande importância, já que será possível constatar torturas como instrumento de interrogatórios e intimidação, mesmo durante o período de “abertura”.

O aparelho repressivo começava a ser montando nos primeiros anos do golpe. No ano de 1965 estavam previstas eleições para governadores em 11 Estados, mas havia um temor em vários setores do governo de que poderiam assumir opositores ao novo regime, e assim iniciar focos de resistência contra a “revolução”. Assim, diversas manobras políticas foram utilizadas na tentativa de impugnar candidaturas. E nos casos em que a oposição ganhou, como em Minas e Guanabara, o governo determinou que teria o controle das forças de segurança dos respectivos Estados. Segundo Alves a insatisfação com o governo era crescente, e como a crise política começou a tomar proporções que poderiam fugir do controle foi decretado um novo Ato Institucional<sup>36</sup>.

Em outubro de 1965 é decretado o Ato Institucional 2. Direcionado à Nação a introdução do Ato reafirma os ideais “revolucionários” inseridos no AI-1 e menciona que a promulgação de um novo Ato é necessária para combater “agitadores”, que tiveram os direitos constitucionais suspensos por um curto período de tempo, mas que já ameaçariam a “revolução”, e finaliza afirmando que: “Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. ”<sup>37</sup> Deixando claro que a liberdade democrática não estaria acima dos ideais da “Nação”, denotando uma ameaça velada a quem fosse contra o regime militar.

---

<sup>35</sup> Ibid., p.33

<sup>36</sup> ALVES, op. cit., p.100,109.

<sup>37</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm) Acesso em: 17/07/2016.

As novas determinações do AI-2 eram: possibilidade de decretar estado de sítio por 180 dias, caso necessário a suspensão dos direitos políticos por até 10 anos e cassação de mandatos nas esferas municipais, estaduais e federais. O Presidente ainda poderia intervir nos Estados para assegurar a execução da lei e prevenir a subversão. No caso de quem tivesse os direitos políticos suspensos, ainda ficava proibido de se manifestar com relação a assuntos políticos e não poderia ser candidato à eleição de sindicatos. Medidas de segurança mais severas estavam previstas como: liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados locais e domicílio fixo (o acusado não poderia mudar de residência sem comunicar a justiça). Também foram extintos todos os partidos políticos e seus registros cancelados.

Em novembro de 1965 foi decretado o Ato Complementar nº 4, regulamentando questões referentes à criação de partidos e à quantidade de deputados e senadores em cada casa. Segundo Alves, apesar de ser um ato considerado severo, posteriormente ocorreria determinado afrouxamento para evitar que políticos temendo represálias não aderissem ao partido de “oposição”<sup>38</sup>. Dessa forma foram criados o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), considerado de oposição, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao governo. O temor dos políticos de fazer parte do partido da “oposição” serve para constatar a fragilidade da democracia propagada pelo regime. Novamente, na teoria, as bases mínimas de um Estado democrático são mantidas para não caracterizar um regime ditatorial. Na prática, essas estruturas não funcionam, ou um emaranhado de outras leis criam mecanismos para que a decisão seja tomada conforme as necessidades do regime militar.

O novo Ato Institucional aumentou o poder do presidente e sua esfera de ação. Para Daniel Aarão Reis Filho o governo de Castelo Branco terminou em meio à insatisfação. Depois de decretado o AI-2, seu compromisso com a democracia ficou em segundo plano, já que as decisões presentes no decreto tinham um caráter essencialmente ditatorial<sup>39</sup>. Nos primeiros dois Atos Institucionais é possível identificar elementos da Doutrina de Segurança Nacional, e como ela foi (re)interpretada para atender os interesses do regime. Alves menciona em sua pesquisa que esse controle sobre atividades subversivas fez com que os militares tivessem poderes ilimitados. Referente ao fato de manter a Constituição, a autora salienta com relação aos Direitos Humanos: “Mesmo que sejam mantidos na constituição, tais direitos formais só existem, na prática, segundo o arbítrio do Aparato Repressivo do Estado de Segurança nacional. Todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até provarem sua inocência.”<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> ALVES, op. cit., p. 114

<sup>39</sup> AARÃO REIS FILHO, D, op. cit., p.43-44

<sup>40</sup> ALVES, op. cit., p. 48

Para complementar o argumento de Alves, a afirmação de Konder é de suma importância sobre quem seriam as vítimas das torturas:

As vítimas da tortura pertencem a todas as classes sociais, faixas etárias e profissões. Geralmente fazem parte de minorias perseguidas, correntes de opiniões contrárias ao governo, grupos étnicos visados pela política oficial ou grupos religiosos vistos com reservas pelas autoridades.<sup>41</sup>

Tanto Alves como Konder contribuem com a pesquisa no sentido de demonstrar o caráter irrestrito da ditadura, onde artistas, jornalistas e pessoas comuns que manifestassem opiniões eram perseguidas e torturadas. Se ambos os autores identificam as vítimas e evidenciam a perseguição, destacamos ainda o papel do torturador no Estado de Segurança Nacional: as ideologias da ESG, com base nos treinamentos recebidos na Escola das Américas e, posteriormente, pelo treinamento na Inglaterra, constroem a figura do torturador como um instrumento do Estado, buscando distanciamento em relação à vítima como salienta Magalhães quando estuda o papel do torturador no manual de *Interrogatório* abordado anteriormente:

Se objetivamente os manuais são redigidos para orientar o interrogador de forma que ele conduza o processo até que o prisioneiro forneça as informações desejadas, por outro lado, ele é, ao mesmo, um trabalho ideológico que prepara o próprio interrogador. Se observarmos as nuances do presente texto, veremos que o interrogador não é tratado como o sujeito que pratica o ato violento, mas sim o que coloca em funcionamento os instrumentos de violência. Não é ele quem machuca, mas as técnicas ali aplicadas. Seguindo todos os passos recomendados no manual, o sujeito que vitimiza realiza um distanciamento eficaz da vítima – como se entre o ato violento e o seu responsável não existisse qualquer vínculo.<sup>42</sup>

A ideologia é impactante em uma primeira análise, mas é importante evidenciar como o distanciamento proposto pelo manual criou uma barreira de consciência, ou seja, o torturador era treinado a colocar-se como instrumento a serviço do Estado. Não devendo envolver-se emocionalmente. Colocando o interrogador como um “instrumento” para defesa dos interesses do “Estado”.

No dia 5 de fevereiro de 1966 é decretado o Ato Institucional nº 3. Como uma espécie de complemento para o AI-2 o decreto estende eleições indiretas para os cargos de Governador por maioria de votos nas Assembleias Legislativas. Também altera o processo de escolha de prefeitos em alguns municípios, principalmente os que eram considerados áreas de segurança

---

<sup>41</sup> KONDER, op. cit., p.26

<sup>42</sup> MAGALHÃES, op. cit., p.202.

nacional, como o caso de Foz do Iguaçu, onde os mesmos poderiam ser indicados pelo governador do Estado e referendados pela Assembleia Legislativa. O último prefeito eleito em Foz do Iguaçu foi Ozires Santos com mandato de 1963 até 1968. A cidade permaneceu praticamente duas décadas com prefeitos nomeados. O primeiro prefeito eleito por voto popular tomou posse em 1986. O AI-3 ainda determinava novas eleições para os cargos de Presidente, Governadores, Deputados Federais e Estaduais e Senadores.<sup>43</sup>

As eleições para Deputados e Senadores continuou por meio de voto direto, o que dava uma falsa sensação de democracia, já que o controle era exercido pelo Presidente, e a delimitação de somente dois partidos criou um cenário propício para o controle dos militares. Com esse Ato o regime poderia enraizar ainda mais sua atuação controlando inclusive os Estados, e assim ampliando o controle sobre a população, eliminando resistências que poderiam surgir, já que 11 Estados realizaram eleições três meses antes. A afirmação de Alves demonstra que não havia realmente uma oposição entre ARENA e MDB:

A representação política foi constantemente limitada pela cassação de mandatos eleitorais da oposição. Uma vez organizado como partido legal de oposição o MDB voltou a sofrer expurgos neste período. Perdeu em 1966 sete membros no Congresso Nacional e 38 nas assembleias legislativas. As constantes modificações na legislação eleitoral, assim como os reiterados expurgos no partido, fomentaram no MDB um intenso debate interno quanto à validade de sua existência. Alguns de seus membros defenderam sua dissolução como derradeiro protesto contra as iniciativas arbitrárias do governo e como maneira de demonstrar o caráter na realidade unipartidária do sistema.<sup>44</sup>

No trecho destacado é possível constatar a habilidade do regime de mudar as regras conforme fosse conveniente. Atos e leis eram alterados constantemente conforme surgissem as questões que ameaçariam o regime.

Um exemplo dessa habilidade está na resistência dos próprios deputados da ARENA com relação à nova Constituição. Juntando forças com a oposição, solicitaram que pudessem apresentar emendas, o que foi negado pelo governo. As cassações continuaram como forma de retaliação, a reação do MDB e ARENA foi de não aceitar essa forma de agir, pregando a liberdade de ação do Congresso para votar a nova Constituição. Nesse ambiente de atrito Castelo Branco ordena por meio de Ato Complementar o fechamento do congresso nacional

---

<sup>43</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-03-66.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm) Acesso em: 20/07/2016

<sup>44</sup> ALVES, op. cit., p 122-123

por um mês, medida essa que daria tempo ao governo para concentrar esforços nas próximas eleições e eleger candidatos que aprovariam a nova Constituição.<sup>45</sup>

Em dezembro de 1966 é decretado o Ato Institucional nº 4, Ato esse que convoca o Congresso para discutir, votar e aprovar uma nova Constituição. Versava ainda sobre as regras e prazos estabelecidos para discussão e aprovação de emendas por parte do Senado e Câmara dos deputados à nova Constituição.

A nova Constituição passa a vigorar em janeiro de 1967, tem em suas bases uma síntese dos Atos Institucionais, ou seja, uma regulamentação definitiva de atos que antes eram temporários. Na seção que trata dos deveres da União estavam: organização das forças armadas, planejar e garantir segurança nacional, e ainda as atribuições da Polícia Federal de apurar infrações penais de ordem política e social e censurar diversões públicas. O artigo 58 determinava que o Presidente poderia realizar decretos por força de lei relacionados à Segurança Nacional sem a necessidade de aprovação do Congresso.<sup>46</sup>

Sobre a Constituição, Alves ainda destaca a separação de poderes e a centralização de decisões no poder executivo:

A Constituição de 1967 criava um Estado quase exclusivamente baseado no Poder Executivo. O Legislativo teve seu papel limitado à regulamentação de projetos introduzidos pelo Executivo. O judiciário perdeu seu poder de controle sobre os dois outros poderes. O Executivo foi ainda mais fortalecido pela incorporação ao documento das normas para eleição indireta do presidente e do vice-presidente, impostas no Ato Institucional nº2. Modificou-se também consideravelmente a relação entre estados e Municípios e o governo federal.<sup>47</sup>

O Congresso somente poderia negar ou aprovar os projetos propostos, não podendo realizar emendas. O julgamento de crimes contra segurança nacional foi transferido para os tribunais militares. Inseriu o conceito de Segurança Nacional no combate ao “inimigo” interno, colocando a sociedade civil de forma geral como responsável por vigiar e denunciar possíveis subversões.<sup>48</sup>

A nova Constituição foi uma forma de legalizar e instituir o aparelho repressivo de maneira definitiva. A centralização de poder no Executivo enfraqueceu os demais poderes. O terreno estava preparado para uma intervenção mais intensiva caso fosse necessária, e realmente

---

<sup>45</sup> Ibid., p. 124,125 e 126.

<sup>46</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm) consultado em: 25/07/2016

<sup>47</sup> ALVES, op. cit., p 129

<sup>48</sup> Ibid., 132-133

viria a acontecer posteriormente. Os direitos políticos e individuais ainda previstos seriam deturpados e ignorados de forma totalmente arbitrária. Os militares continuariam moldando e interpretando a lei conforme a necessidade.

O governo de Castelo Branco ainda foi responsável pela Lei da Imprensa, publicada em fevereiro de 1967. Regulava a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Os artigos mais controversos são: Todos teriam direito e liberdade de expressão, em caso de excessos poderiam responder na justiça, proibição de propaganda de processos que poderiam incentivar ideais subversivos da ordem política e social, liberdade de circulação de periódicos, jornais e revistas, desde que não fossem clandestinos e nem atentassem contra a “moral e os bons costumes”, era proibido publicar notícias anônimas, mas as fontes poderiam ser respeitadas. As penas previstas giravam em torno de 1 a 4 anos. Os principais crimes previstos seriam o de publicar notícia falsa ou tendenciosa, divulgar informações sigilosas sem consentimento e fazer propaganda de subversão.<sup>49</sup> As grandes questões sem respostas: O que poderia ser considerado ideal “subversivo”? O que poderia ser considerado atentado contra a “moral e bons costumes”? A falta de respostas, e principalmente, a ausência de definições claras das leis constituíram vasto campo de atuação do regime militar para enquadrar qualquer tipo de atividade “suspeita”.

O jornal *Nosso Tempo* sofreu fortes represálias durante a década de 1980, inclusive tendo seus editores processados. Como será possível verificar no próximo capítulo a Lei de Imprensa e a LSN constituíram um forte instrumento de censura e punição contra a liberdade de expressão. Algumas publicações do jornal questionavam e afrontavam diretamente o governo e a lei de imprensa. Somado a isso havia ainda à livre interpretação por parte dos tribunais militares o que proporcionou perseguições e condenações aos jornalistas por essas críticas. Um exemplo de como o aparelho repressivo estava funcionando em Foz do Iguaçu é documento (figura 3) publicado pelo site Documentos Revelados<sup>50</sup>. O documento, do Centro de Informações do Exército (CIE), trata sobre o início das atividades do jornal *Nosso Tempo*.

A data do informe é de 22 de janeiro de 1981, sendo possível inferir que os militares continuavam monitorando as atividades da imprensa mesmo no período de abertura. A justificativa do documento seria o alinhamento político com a esquerda, a filiação partidária (PC do B) partido que foi extinto durante a ditadura e somente voltaria a ser registrado em 1985. Mas o documento destaca principalmente “...contestação do exército e dos órgãos

---

<sup>49</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm) Acesso em 26/07/2016.

<sup>50</sup> Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/cerco-da-repressao-politica-ao-jornal-nosso-tempo/> Acesso em: 15/02/2017

governamentais.” No segundo capítulo será possível verificar como essa justificativa iria amparar amplamente o processo contra os jornalistas com base na LSN. Esse documento é somente um exemplo de como os militares monitoravam as atividades da imprensa, e principalmente como havia um sistema de informações interligado em todo o Brasil.

**Figura 3**– Informe CIE sobre o início das atividades do *Nosso Tempo*

SECRETARIA DO EXERCITO  
CABINETE DO MINISTRO

CONFIDENCIAL

PC/STI 013393 81

BRASÍLIA - DF 22 JAN 1991

INFORME N.º 045 /S102-111-CIE

1. ASSUNTO: JORNAL "NOSSO TEMPO" - FQZ DO IGUAÇU/PR - 3.2.6.13  
2. ORGÃO: CIE  
3. AVALIAÇÃO: A-1  
4. DESENHO: AC/SNI  
5. DESENHO ANTERIOR: -  
6. REFERÊNCIA: -  
7. ANEXO

S. N. I.  
AGÊNCIA GERAL  
001287 22 JAN 91  
PROTOCOLO

1. Foi lançado, na cidade de FQZ DO IGUAÇU/PR, um jornal semanal intitulado "NOSSO TEMPO".

2. Os editores são JUVÊNCIO MAZZAROLLO, ALUIZIO FERREIRA PALMAR e JOÃO APELINO DE SOUZA, todos ex-integrantes do jornal HOJE FQZ, de onde foram demitidos. Entre os redatores, encontra-se ANTONIO WANDERLEI MOREIRA e, outros elementos pertencentes ao escritório do advogado ALVARO WENDHAUSEN DE ALBUQUERQUE, conhecido esquerdista da área.

3. O referido jornal segue a linha editorial da imprensa alternativa, de forte contestação ao Exército e aos Órgãos Governamentais. A partir de artigo publicado ainda não é possível deduzir sua linha política-ideológica, muito embora, pela presença de ALUIZIO FERREIRA PALMAR ("ANDRÉ" - PC do B) e ANTONIO WANDERLEI MOREIRA (APMI - PC do B) seja favorável uma predominância do PC do B.

FONTE: Acervo Documentos Revelados<sup>51</sup>.

As marcas deixadas pelo processo ditatorial são profundas e muito recentes, um exemplo é a notícia de que até o ano de 2009 a Lei de Imprensa ainda tinha validade. Somente nesse mesmo ano o Superior Tribunal Federal determinou que a maioria dos artigos da lei nº 5250/67 seriam incompatíveis com a Constituição decretada em 1988.<sup>52</sup> As heranças da ditadura ainda são vistas na atualidade com leis que ferem o direito básico da liberdade de expressão.

No final do mandato, dois dias antes de Costa e Silva tomar posse, Castelo Branco realiza um de seus últimos decretos, o decreto de lei 314 conhecido como Lei de Segurança Nacional, o qual institucionalizava a Doutrina de Segurança Nacional e dava providências aos

<sup>51</sup> Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2012/03/cie-nosso-tempo1.jpg>  
Acesso em: 10/03/2017.

<sup>52</sup> Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/vernoticiadetalhe.asp?idconteudo=107402> Acesso em 26/07/2016.

crimes cometidos contra a segurança nacional e a ordem política e social. Assim como previsto na nova Constituição, o Presidente sancionou o decreto de lei sem aprovação do congresso. O governo definitivamente utilizaria todo aparato criado para sustentar a repressão. A nova lei visava combater tanto supostos inimigos externos, como inimigos internos, uma clara referência à Doutrina de Segurança Nacional propagandeada nas cartilhas da ESG. O artigo 33 da referida lei é um exemplo claro a respeito de proibições de incitar publicamente: guerra ou subversão, desobediência a leis, animosidade contra as forças armadas, luta violenta entre as classes, paralisar os serviços públicos.<sup>53</sup>

Os momentos que antecederam a tomada de posse da presidência por parte de Costa e Silva são de mudanças profundas nos direitos e liberdades dos cidadãos. O Estado de Segurança Nacional finalmente logrou êxito e estava institucionalizado. Um arcabouço de leis que propiciariam a continuidade da repressão, inclusive a sua intensificação, já que os anos seguintes são considerados os piores anos da ditadura. No dia 15 de março de 1967 Artur da Costa e Silva assume a presidência. Embora promettesse democracia, enfrentou resistência e protestos realizados por setores descontentes com o governo anterior.

O ano de 1968 ficou marcado por conta de protestos e manifestações no mundo todo, na França estudantes ocupavam universidades e foram violentamente reprimidos por forças policiais. Nos Estados Unidos havia uma mistura de acontecimentos que compreendia o pedido de movimentos para o fim da guerra do Vietnã. Todos esses movimentos influenciariam a ditadura no Brasil, já que eram movimentos de luta e contestação. O movimento hippie de contracultura que no Brasil foi inserido em um contexto de ditadura também esteve envolvido nesses movimentos de protestos. Segundo Daniel Aarão Reis Filho esses movimentos tiveram proporções maiores no ano de 1968, tendo adesão de outras categorias como: músicos, professores, religiosos, intelectuais, cantores. A principal reivindicação estava relacionada à reforma universitária. Para o autor, os movimentos tinham a compreensão de que o governo não poderia oferecer novas políticas ao país, e descontentes com as reformas promovidas nas leis, a tendência seria de resistência.<sup>54</sup>

Nesse clima o Congresso também esboçou reações contra arbitrariedades do poder executivo. Os políticos perceberam que as leis criadas durante o governo de Castelo Branco centralizavam as principais decisões a um pequeno grupo do partido ARENA controlado pelo governo. Segundo Alves, um grupo de 40 parlamentares do MDB reuniram o tempo que

---

<sup>53</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 28/07/2016

<sup>54</sup> AARÃO REIS FILHO, D. op. cit., p. 49-50

dispunham para discursar individualmente com críticas direcionadas ao governo. O discurso do deputado Marcio Moreira Alves foi considerado ofensivo pelas forças armadas, o mesmo sugeriu boicotar a parada militar de 7 de setembro e que as mulheres não tivessem relacionamentos com oficiais das forças armadas.<sup>55</sup>

Não devemos responsabilizar o discurso do deputado Marcio Moreira Alves como único elemento que provocou os militares, mas eles o utilizaram de forma intensiva alegando ofensa às forças armadas. O caso foi levado até o plenário da Câmara para votação, solicitando suspender a imunidade parlamentar do deputado, e assim processá-lo na justiça comum, o que foi negado por maioria de votos, deixando claro que o partido do governo ARENA em grande parte apoiou a atitude de Marcio Moreira Alves da oposição. Assim, o episódio é considerado o estopim que deflagrou a promulgação do Ato Institucional nº5, no dia 13 de dezembro de 1968. Segundo Alves, documentos comprovam que desde julho de 1968 o Ato Institucional já estava pronto, por conta do crescente apoio da classe média às greves e manifestações dos estudantes e sindicatos de trabalhadores, e que somente estava esperando o momento propício para ser colocado em prática.<sup>56</sup>

O Ato Institucional nº 5 determinou que fosse mantida a constituição de 1967, e a possibilidade de o Presidente decretar intervenção nos Estados e municípios sem as limitações previstas na constituição, além de cassar mandatos políticos e suspender direitos políticos de qualquer pessoa por até 10 anos. A introdução do Ato traz uma série de elementos que salientam o compromisso da “Revolução” assumido em 1964, reafirma os Atos Institucionais anteriores, bem como elementos da Doutrina de Segurança Nacional para o combate da “subversão” e do “inimigo interno”. Além da suspensão de *habeas corpus* para crimes políticos, o Ato ainda determinava a possibilidade de interferência no poder judiciário, onde alguns casos de crimes políticos poderiam ser julgados por tribunais militares.<sup>57</sup>

Outro ponto importante é que diferente dos demais Atos Institucionais, o AI-5 não estipulava o seu tempo de vigência, e ainda serviu para efetuar uma “limpeza” dentro de setores internos das próprias forças armadas que ofereceram oposição ao governo. A promulgação desse Ato foi uma forma de decretar definitivamente a vigência do Estado de Segurança Nacional, como afirma Alves:

A consequência mais grave do Ato Institucional foi talvez o caminho que ele abriu para a utilização descontrolada do Aparato Repressivo do Estado de

---

<sup>55</sup> ALVES, op. cit., p 158

<sup>56</sup> Ibid., p. 160

<sup>57</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm) consultado em: 01/08/2016.

Segurança Nacional. A este respeito foram cruciais as restrições impostas ao judiciário e a abolição do *habeas corpus* para crimes políticos. Podiam-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandado. Juntamente com as restrições ao judiciário, isto impedia advogados e outros que defendiam os presos políticos de aplicar garantias legais. Por isso não podiam evitar sérios abusos de poder e tortura de presos políticos. Por outro lado, a ausência de um prazo de vigência do Ato significava que os poderes extraordinários haviam se tornado ordinários. O Estado de Segurança Nacional estava totalmente centralizado e isolado; o Estado corporificava-se no Executivo e a ele se circunscrevia.<sup>58</sup>

A centralização de poder no Executivo foi o golpe final na montagem e institucionalização do governo militar. Como afirma Daniel Aarão: “Foi um golpe dentro do golpe”.<sup>59</sup> O AI-5 somente seria revogado em 1979, durante esse período o Brasil esteve sob as formas mais severas de coerção contra os Direitos Humanos. No próximo capítulo será possível verificar que o que estava previsto como punição para crimes políticos foi utilizado amplamente pelas polícias presentes nos Estados e Municípios, ou seja, uma vez instituído o Estado de Segurança Nacional foi se adaptando e sendo aplicado na repressão, sofreu mutações e atendeu a interesses escusos tudo em nome da “revolução” contra a “subversão”. E ainda, mesmo após a revogação do AI-5 as práticas militares de prisões arbitrárias, torturas e intimidações continuariam sendo amplamente utilizadas durante o período de “abertura” como será possível constatar no segundo capítulo deste trabalho.

O fechamento do congresso de dezembro de 1968 até outubro de 1969 permitiu que o governo realizasse uma “limpeza” em Universidades e locais que consideravam “subversivos”. Segundo Alves, se no início do golpe em 1964 o governo tinha a intenção de enfraquecer os poderes políticos de uma possível oposição ao poder militar, após o decreto do AI-5 a repressão foi intensiva, o que deu início aos chamados “anos de terror”<sup>60</sup>. Independentemente da classe social, ou filiação ideológica, a manifestação pública mais simples poderia ser considerada subversiva possibilitando a prisão e a perda de direitos. Os presos eram levados para os porões da ditadura e torturados para entregar mais pessoas envolvidas e em alguns casos para confessar participação em crimes.

Muitas prisões não eram nem sequer registradas e as torturas não eram reconhecidas pela ditadura. Quando o “registro” era feito as informações eram truncadas e distorcidas, seja para incriminar o detido, seja para justificar as marcas e escoriações deixadas pelas horas e horas de violências praticadas sem nenhum tipo de defesa. O aparato militar empregado nas

---

<sup>58</sup> ALVES, op. cit., p.162

<sup>59</sup> AARÃO REIS FILHO, D. op. cit., p.51

<sup>60</sup> ALVES, op. cit., p.171,172

buscas e apreensões de pessoas dá uma dimensão do controle e repressão seja psicológica ou física: centenas, milhares de soldados fechavam ruas, cidades inteiras, faziam revistas minuciosas de casa em casa buscando suspeitos e pessoas sem documentos.

Após o ano de 1969, com o aumento da repressão e da violência, parte da oposição defende que a luta armada seria um dos caminhos para combater os abusos institucionalizados pelo governo. Segundo Alves, a luta armada concentrou-se na área urbana, onde os militantes em sua maioria eram do movimento de estudantes<sup>61</sup>, uma resposta clara ao enfraquecimento proporcionado pelo aparelhamento do Estado de Segurança Nacional no âmbito político. Ao dizimar a oposição, fechar o Congresso e utilizar de violência para silenciar os grupos opositores, houve a intenção de responder aos militares à altura da violência empregada.

Em 29 de setembro é promulgada a lei nº 898, uma resposta aos grupos armados que sequestraram o embaixador Charles Burke dos Estados Unidos. Na referida lei é estabelecido a forma de procedimento com relação a crimes contra a Segurança Nacional, julgamento e demais providências. A lei definia que o combate deveria ser contra a guerra psicológica e a propaganda de ações que iriam contra os objetivos da nação. A definição de guerra revolucionária coloca claramente quem seria o inimigo do Estado: “A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.”<sup>62</sup> As severas penas previstas na mesma lei servem como elemento para que seja possível constatar a institucionalização da violência, penas de reclusão de 20 a 30 anos, prisão perpétua, e em alguns casos pena de morte. Na década de 1980 o jornal *Nosso Tempo* foi enquadrado nessa lei, e o jornalista Juvêncio Mazzarollo foi condenado à prisão. No próximo capítulo será possível analisar como o aparelho judiciário, assim como o legislativo, estavam a serviço do governo militar.

No mês de outubro de 1969 é promulgada uma emenda constitucional que alteraria a constituição de 1967, uma reforma na constituição que serviu para fortalecer os militares no poder. As principais medidas: eleição indireta para governador dos Estados, o qual seria responsável por nomear os prefeitos municipais, ampliação do mandato presidencial para 5 anos e a extinção das imunidades parlamentares. Tanto a lei 898 como a emenda constitucional foram promulgadas pelos 3 ministros das forças armadas, já que o presidente Costa e Silva estava doente ficando impossibilitado de continuar no poder. O caminho estava sendo preparado para que o próximo presidente militar tivesse suas ações amparadas pela lei. O General Garrastazu

---

61 Ibid. p. 172.

62 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10898.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10898.htm) Acesso em: 10/08/2016.

Médici assume o poder em 30 de outubro de 1969. Para Alves é possível verificar na sucessão como o governo militar criava regras e/ou quebrava essas regras conforme sua necessidade:

A crise sucessória ressalta a fragilidade das tentativas de institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Mal tendo chegado a um ano e meio de existência, a Constituição de 1967 já era desrespeitada. Faltava ao Estado um sistema regulamentado e automático para a transferência de poder político. Desse modo, cada sucessão no Executivo era motivo de crise. A falta de mecanismos constitucionais aceitáveis para a sucessão levava a dissensão e a luta política aos quadros militares e ao próprio Estado.<sup>63</sup>

A afirmação da autora serve para demonstrar um Estado montado sobre um aparato violento, com a tentativa de moldar a Constituição com vestes de uma falsa democracia e objetivos revolucionários distorcidos criou uma base fraca que precisava ser constantemente alterada. Ao mesmo tempo que as políticas da ESN foram implementadas com certo sucesso, também é preciso levar em conta que uma falsa democracia, mesmo que controlada, fugia aos moldes de um Estado autoritário. As constantes deturpações das leis criadas pelos próprios militares também reforçavam o ideal dos movimentos oposicionistas de que qualquer outro caminho além da luta armada não obteria sucesso, já que as mudanças ocorriam de forma que beneficiassem a continuidade da ideologia da Segurança Nacional.

A Operação Condor é um caso emblemático que demonstra a complexidade da rede de informações, bem como o alinhamento das ditaduras latino-americanas que se reuniam constantemente trocando informações e prisioneiros. A Operação Condor foi criada na década de 1970, o que foi bastante pertinente para a ditadura militar brasileira, já que no período de institucionalização concretizado com o AI-5, diversas pessoas exilaram-se em diferentes países, inclusive da América Latina. O governo temia que esses exilados pudessem organizar operações de “insurgência” contra os militares. A Comissão Nacional da Verdade definiu a Operação Condor como:

No contexto da Guerra Fria (1945-91) na América Latina, a Operação Condor (Plan Cóndor, Operativo Cóndor) foi o nome que se deu a um sistema secreto de informações e ações criado na década de 1970, por meio do qual Estados militarizados do Continente americano (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai) compartilharam dados de inteligência e realizaram operações extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados. Sob a inspiração da doutrina de segurança nacional (DSN), de alcance continental naquele período, as ditaduras aliadas na Operação Condor elegeram de forma seletiva, inimigos

---

63 ALVES, op. cit., p. 176

ideológicos, denominados “subversivos”, como os alvos por excelência de suas práticas de terrorismo de Estado.<sup>64</sup>

No caso de Foz do Iguaçu as trocas de informações e prisioneiros se deu de forma mais intensiva com o Paraguai e Argentina por conta da proximidade de fronteiras. Um exemplo da cooperação entre esses países foi a coordenação de um fato que ficou conhecido como a *Chacina do Parque Nacional do Iguaçu*, ocorrido no ano de 1974. Neste episódio seis pessoas, alguns membros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foram fuzilados na “estrada do colono”<sup>65</sup>. Sobre essa chacina Palmar escreveu: “Os cães de guerra comandados pelos chefões do Centro de Inteligência do Exército executaram a fase final da Operação Juriti, que consistia em atrair exilados políticos para áreas fictícias de guerrilha e matá-los.”<sup>66</sup> Segundo Palmar havia no grupo brasileiros e argentinos.

A capacidade de organização da ditadura e o alinhamento da política repressiva em várias cidades, Estados e países proporcionou uma gigantesca rede de informação e troca de experiências. A maioria dos países já passava por ditaduras, ou seja, todos unidos pelo controle e violência em nome do Estado. Ainda com relação à Operação Condor, outros dois documentos, que Aluizio Palmar conseguiu durante investigações recentes, merecem ser destacados. O primeiro é um pedido da SNI, datado de 10 de novembro de 1976, sobre a busca em Foz do Iguaçu de 4 pessoas de nacionalidade paraguaia que, acusados de “subversivos”, estariam preparando ataques à Itaipu e à Ponte Internacional da Amizade. O segundo é um comunicado datado de 15 de dezembro de 1976 da própria Itaipu, que tinha informações de duas pessoas “suspeitas” que estariam constantemente em cidades de fronteiras. Uma informação importante é que no comunicado da Assessoria de segurança da Itaipu, seguranças da própria usina, do lado do paraguaio foram enviados para procurar os suspeitos em Guairá no Paraná. A troca e relação era tão intrínseca que seguranças da Usina faziam o trabalho da polícia, e mesmo que fossem de outra nacionalidade tinham livre passagem entre as fronteiras. Não havia fronteiras para o terror.

O Governo de Ernesto Geisel em 1974 inaugura, segundo Alves, uma nova fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional.<sup>67</sup> Se os governos anteriores lançaram as

---

<sup>64</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. – Recurso Eletrônico- Brasília: CNV, 2014. Volume I. p.220 Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf) Acesso em: 11/10/2016.

<sup>65</sup> A estrada do colono foi um importante caminho que interligava diversos municípios da região oeste e sudoeste do Paraná, o caminho passava por dentro do Parque Nacional do Iguaçu.

<sup>66</sup> PALMAR, Aluizio. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? 4ª edição. Curitiba: Travessa dos Editores, 2012. p.12

<sup>67</sup> ALVES, op. cit., p. 273

bases da Doutrina de Segurança Nacional, agora o papel desempenhado por Geisel e João Figueiredo seria o de tornar o Estado de Segurança Nacional mais presente ao mesmo tempo que a coerção fosse reduzida gradativamente. Uma forma de legitimar quem chegou ao poder por meio da violência de governos anteriores e que ainda persistia nos porões da ditadura.

Nesse sentido fica claro que a promessa da junta militar em 1964 de devolver o poder para os Civis não se concretizou, pelo contrário, as manobras realizadas por meio de decretos, Atos Institucionais e mudanças da Constituição fortaleceram o controle das forças armadas sobre a sociedade, pulverizando a oposição por meio de um gigantesco aparato de informações.

Ao discutirmos todos esses pontos e apresentarmos o aparato desenvolvido durante a ditadura militar no Brasil, chamamos a atenção principalmente para violações dos direitos humanos como as torturas e a negação de direitos básicos. Mas por que nos sentimos envolvidos e solidários com um evento que ocorreu há mais de 50 anos? Isso é explicado principalmente pelo sentimento de empatia, ou seja, a capacidade que temos de nos colocar no lugar de outra pessoa, no caso da tortura, a capacidade de ser solidário a um semelhante que estaria sofrendo agressões, mutilações físicas e emocionais. Nos casos de presos que eram assassinados o sentimento de solidariedade é ampliado, já que a empatia está relacionada à compreensão dos sentimentos de familiares como filhas (os), pais, etc.

Nesse sentido Hunt contribuí para a compreensão desse sentimento que nos aproxima das vítimas de diferentes tipos de violência. Para a autora a capacidade de sentir empatia estaria ligada a práticas culturais, com dimensões tanto “físicas” como “emocionais”. Assim Hunt define empatia como:

A empatia depende do reconhecimento de que outros sentem e pensam como fazemos, de que nossos sentimentos interiores são semelhantes de um modo essencial.(...)

A capacidade de empatia é universal, porque está arraigada na biologia do cérebro: depende de uma capacidade de base biológica, a de compreender a subjetividade de outras pessoas e ser capaz de imaginar que suas experiências interiores são semelhantes às nossas.<sup>68</sup>

Acreditamos que a empatia pautou as notícias sobre torturas no jornal *Nosso Tempo*. Processo (in) consciente, pois referente a processos culturais, mas também relacionados às demandas urgentes colocadas pela luta política contra a ditadura. Assim, o jornal parece ter exercido esse papel de mediação entre torturados e opinião pública, desencadeando processos espontâneos de empatia, mas também os canalizando na luta contra a ditadura.

---

<sup>68</sup> HUNT, op. cit., p. 27, 39.

A autora ainda complementa sobre a habilidade inata que a humanidade compartilha de sentir a empatia, mas que as condições sociais e culturais teriam influência sobre o desenvolvimento dessa capacidade biológica:

Normalmente, todo mundo aprende a sentir empatia desde uma tenra idade. Embora a biologia propicie uma predisposição essencial, cada cultura modela a expressão de empatia a seu modo. A empatia só se desenvolve por meio da interação social: portanto, as formas dessa interação configuram a empatia de maneiras importantes. No século XVIII, os leitores de romances aprenderam a estender o seu alcance de empatia. Ao ler, eles sentiam empatia além de fronteiras sociais tradicionais entre os nobres e os plebeus, os senhores e os criados, os homens e as mulheres, talvez até entre os adultos e as crianças. Em consequência, passavam a ver os outros —indivíduos que não conheciam pessoalmente—como seus semelhantes, tendo os mesmos tipos de emoções internas.<sup>69</sup>

Uma das formas de interação social que vamos abordar no próximo capítulo é a relação dos leitores com a representação de torturados tanto por meio de imagens, figuras, charges e fotografias, como também o testemunho das vítimas. O conceito trazido por Hunt vai nos ajudar a evidenciar a relação que o jornal estabelecia entre os torturados e os leitores. Quanto às condições sociais e culturais destacadas por Hunt, consideramos que, no caso do jornal *Nosso Tempo*, a empatia junto aos torturados foi profundamente marcada por imagens, metáforas e apelos de cunho religioso-cristão, principalmente no que tange à prisão de Juvêncio Mazzarollo.

Nesse sentido para trabalharmos metodologicamente o jornal, vamos traçar um panorama de como o jornal surgiu, caracterizando tanto fisicamente (número de páginas, cadernos e a disposição de elementos visuais), como a filiação político partidária dos editores, e quais eram as principais notícias, a disposição das informações e a relação com a política na cidade e no Estado.

---

<sup>69</sup> Ibid., p.39

### 3-Conhecendo o jornal *Nosso Tempo*: (des) construindo a fonte

*Se eles tem fogo em cima, é melhor sair da frente/  
Tanto faz, ninguém se importa se você é inocente/  
Com uma arma na mão boto fogo no país/ E não  
vai ter problema eu sei estou do lado da lei.*

(Renato Russo, Flávio Lemos)

A variedade de fontes que podem ser trabalhadas por historiadores cresceu de forma significativa com a Nova História, com o surgimento de novas problemáticas foi necessário construir novas abordagens e olhares sobre o que poderia ser considerado como fonte da historiografia. Os historiadores agora percorrem os documentos com preocupações além da objetividade e/ou verdade. Para Luca ao citar Antoine Prost, o importante é como questionar os documentos, não tanto pelo conteúdo que possuem, mas sim como esse conteúdo é organizado, o que esses textos não dizem, os silêncios que a história deve estudar.<sup>70</sup>

Os termos “silêncio”, “esquecimento” utilizados pela historiografia para descreverem períodos de violência e guerra tem ampla aplicação para o período da ditadura tanto no Brasil como para a repressão constatada em outros países da América Latina. Novas fontes e memórias tem sido pesquisadas e utilizadas pelos historiadores, como uma forma de reconstruir a história com os fragmentos deixados por esses períodos de intensa violência e censura. Le Goff no seu livro *História e Memória* menciona a necessidade de questionar os documentos e principalmente os esquecimentos proporcionados por essas fontes, e os silêncios privilegiados pela história oficial.

Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos.<sup>71</sup>

A dificuldade de acesso aos documentos e registros do período da ditadura é uma das muitas formas que os militares encontraram tanto para anistiar condutas que violaram os

---

<sup>70</sup> LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. IN: Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). São Paulo: Contexto, 2008.p. 113

<sup>71</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990. p.109.

direitos humanos, como para construir uma “versão” da história oficial sobre os 21 anos de ditadura. A lei 8.159/91 propiciou um duro golpe nas famílias e na sociedade. Os arquivos que fossem considerados relacionados à segurança nacional não poderiam ser acessados pelo público por um período de 30 anos, o esquecimento havia se tornado oficial. Isso somente reforça a necessidade de novos documentos, de outras formas da historiografia trabalhar períodos em que a documentação foi destruída ou selecionada. Nesse sentido o jornal *Nosso Tempo* é uma fonte de suma importância para trabalhar os silêncios e os esquecimentos da história oficial.

Para que seja possível utilizarmos o jornal como fonte principal é necessário caracterizar e conferir historicidade para o periódico e também oferecer uma noção de como o jornal esperava ser recebido pelo público. Essa trajetória pelas páginas, letras e cores do jornal permitirá que o leitor possa se familiarizar com o documento, os principais temas, posicionamentos ideológicos e as representações que o jornal fazia para o público. A afirmação de Cruz e Peixoto é importante para situar a pesquisa utilizando o jornal como fonte e objeto ao mesmo tempo:

Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos. E que, como força social que atua na produção de hegemonia, a todo tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.<sup>72</sup>

Na página em que é possível acessar o jornal on-line há uma breve apresentação do que teria motivado a criação do jornal *Nosso Tempo*, e o momento político que o país e a cidade de Foz do Iguaçu estavam passando na década de 1980. O jornal *Hoje Foz* havia sido vendido para Jucundino Furtado, que seria ligado ao partido ARENA, partido de apoio ao governo militar durante a ditadura, dessa forma os jornalistas João Adelino de Souza, Juvêncio Mazzarollo e Aluizio Palmar foram demitidos por terem uma militância política diferente do novo alinhamento que o jornal assumiria: “A permanência dos três jornalistas contestadores era incompatível como a nova orientação que o jornal passaria a ter.”<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. IN: *Projeto História*, São Paulo, nº35. P.258-259, 2007.

<sup>73</sup> Disponível em: <http://www.nossotempodigital.com.br/o-jornal/> Acesso em: 08/09/2016

O jornal *Nosso Tempo* começou suas atividades em 3 dezembro de 1980 estendendo-se até o ano de 1994. As publicações em alguns momentos eram semanais, em outros mensais. Por conta de uma crise no ano de 1982 gerada pela desistência de alguns sócios o jornal tem publicações quinzenais, e no final de sua trajetória passou a ser diário. O número de páginas das edições era em torno de 20, as exceções ficavam por conta de edições comemorativas que celebravam o aniversário do próprio jornal ou as comemorações do aniversário de Foz do Iguaçu. Segundo Luz e Petters, o jornal circulou em formato tabloide, tendo a tiragem de 6.000 exemplares nos anos de 1981 e 1982, caindo para 1.500 nos últimos anos de publicação.<sup>74</sup> A impressão era feita em off set, tipo de impressão que possibilitava a utilização em duas cores. No caso do *Nosso Tempo* eram utilizadas as cores preta e o vermelho, geralmente na primeira capa ou página final do jornal. Inicialmente o jornal era impresso em Cascavel e posteriormente foi impresso em Foz do Iguaçu em parque gráfico próprio do jornal.

Nas primeiras edições o jornal contava com onze sócios: Alberto Koelbl, Evandro Stelle Teixeira, Eloy Adail Braindt, Emerson Wagner, José Claudio Rorato, José Leopoldino Neto, Jessé Vidigal, Severino Sacomori e Sérgio Spada. Além de Juvêncio Mazzarollo e João Adelino de Souza, que permaneceram no jornal até o final das publicações. Eles também eram editores junto com Aluízio Palmar. Os sócios tinham como filiação político partidária os partidos PDT e PMDB, com exceção dos sócios Evandro Teixeira e Alberto Koelbl que eram filiados ao PDS.<sup>75</sup> Essas filiações partidárias marcariam de forma significativa, já que o PMDB seria a continuidade do MDB, enquanto o PDS representaria os resquícios da ARENA. Os jornalistas fazem diversas críticas aos vereadores do PDS e relacionam constantemente a imagem do partido a uma abertura conduzida por militares.

Segundo os jornalistas, a responsabilidade sobre as publicações era somente dos editores e do diagramador. “Os demais sócios não respondem pelo que está escrito no jornal, e mesmo pode haver casos em que nem todos os sócios sejam acordes com tudo que é publicado, apesar de ter havido sempre ótima aceitação por parte deles com relação ao estilo do jornal...”<sup>76</sup> . A nota publicada na edição seis do jornal esclarecia que as notícias não eram expressão do pensamento de todos os sócios, demonstrando que havia questionamentos sobre a linha seguida pelo jornal e que os demais sócios, possivelmente temendo represálias não queriam ser

---

<sup>74</sup> LUZ Carlos. PETTERS, Thays. *Jornal Nosso Tempo: Um Marco na resistência democrática em Foz do Iguaçu*, 2008.

<sup>75</sup> ARANHA, Renato Muchiuti. *Jornal Nosso Tempo e Itaipu: disputa políticas em Foz do Iguaçu (1980-1983)*. Anais do II Congresso Internacional de História da UFG/ Jataí- Realização Cursos de História, Letras, Direito e Psicologia.2011.

<sup>76</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 7, 21 de janeiro de 1981. p.2

responsabilizados. O esclarecimento tinha a intenção de separar os sócios de quem realizava as publicações. Outro ponto importante é que, ao realizar essa separação, os jornalistas demonstravam para os leitores, ainda que implicitamente, que estavam sendo questionados.

O jornal pode ser caracterizado como imprensa alternativa, pois possuía uma linha editorial diferente da grande imprensa. Como afirma Bueno:

Dentro do campo da imprensa alternativa, mesmo tendo como ponto comum, genericamente, a denúncia do arbítrio, os jornais apresentam diferenças importantes, que irão determinar a sua trajetória e, muitas vezes, o seu período de vida. Há aqueles que são alternativos à grande imprensa basicamente por questões formais, como linguagem e abordagem de temas como arte, cultura e comportamento. Há outros que se diferenciam da grande imprensa quanto ao conteúdo. E mesmo estes apresentam diferenças entre si: alguns privilegiam o combate às arbitrariedades e a defesa de bandeiras democráticas; outros se destacam por discordar do modelo econômico adotado...<sup>77</sup>

A proposta do autor é interessante para localizar o *Nosso Tempo* dentro da imprensa em geral. Mas ressaltamos que o período de início do jornal contraria a periodização proposta por Bueno, segundo o qual a imprensa alternativa teria perdido força no ano de 1980, justamente o ano de surgimento do *Nosso Tempo*. Para o autor a imprensa alternativa perdeu força por conta de dois motivos, o primeiro era não haver mais uma censura prévia, o segundo foi o retorno de alguns exilados políticos para o país. Com o processo de “abertura”, o principal pilar desse tipo de imprensa foi abalado já que também era considerado alternativo por conta da “clandestinidade” e as críticas contra o regime militar. Mas nossa pesquisa vai demonstrar como ainda havia censura seja nas críticas as matérias, ou nas perseguições sofridas pelos jornalistas do *Nosso Tempo*.

Foi um jornal notadamente com posicionamento de esquerda, com denúncias que privilegiavam o social: como crianças passando fome, as torturas sofridas por presos nas dependências da polícia e a conivência da própria justiça ao se omitir nos casos em que os maus tratos eram comprovados. Nas denúncias contra as mazelas proporcionadas por Itaipu, no impacto ambiental e contra as pessoas que perderam suas casas com a formação do lago. Os indígenas que perderam terras e sofreram drásticas consequências com o descaso da FUNAI, e principalmente o impacto no setor econômico na cidade de Foz do Iguaçu com o fim da obra de Itaipu e o desemprego crescente. Ainda quando estavam no jornal *Hoje Foz*, João Adelino de Souza, Juvêncio Mazzarollo e Aluizio Palmar já demonstravam um alinhamento de

---

<sup>77</sup> BUENO, Marcio. *Imprensa Alternativa – Ontem e hoje* IN: *Vinte anos de resistência. Alternativas da Cultura no Regime Militar*. Espaço e tempo, Rio de Janeiro, 1986. p.49-50.

esquerda. “Os três eram responsáveis pela linha de conotação popular, de esquerda e de contestação ao governo militar.”<sup>78</sup>

Na primeira edição os jornalistas declararam não privilegiar nenhuma posição política ideológica: “A independência não significa o fechamento dentro de um estreito círculo de uma determinada facção da sociedade, esteja ela à nossa direita ou à nossa esquerda.”<sup>79</sup> Mesmo que os jornalistas declarem estar alheios a um posicionamento político ideológico, as temáticas, textos, seleção de fotografias e charges vão no sentido de um posicionamento de esquerda, mesmo que declarem uma posição neutra a subjetividade é inerente ao posicionamento de quem escreve. Como afirma Prost: “As maneiras de falar não são inocentes, e a língua que se fala estrutura as representações do grupo a que se pertence ao mesmo tempo que, por um processo circular, dele resulta.”<sup>80</sup>

Ainda sobre o discurso de neutralidade, uma questão importante é referente à filiação partidária ao PDS de dois sócios no começo do jornal, partido esse que nos anos seguintes seria duramente criticado pelos jornalistas. Sendo chamado de “Partido do Capeta”, pois era um partido de direita considerado uma continuidade da ARENA, partido de apoio ao governo militar. Convém destacar que mesmo com sócios do jornal pertencendo ao PDS, os únicos responsáveis pelas publicações e a linha seguida pelo jornal foram Juvêncio Mazzarolo, Aluizio Palmar e João Adelino.

O posicionamento do jornal fica evidenciado nas críticas ao governo do município, por ser nomeado, pelas críticas ao projeto da Itaipu que causaria impactos sociais e ambientais. Ao privilegiar determinados assuntos em detrimento de outros o jornal quer passar uma determinada mensagem, que está carregada de sentido, e delimitar um posicionamento de atuação por partes dos jornalistas. Era uma seleção feita criteriosamente que nada tinha de ocasional. A neutralidade também poderia ser considerada uma forma de legitimar o discurso do jornal, desqualificando o discurso da ditadura.

Ainda sobre a questão da neutralidade Chartier traz uma importante contribuição:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma

---

<sup>78</sup> Disponível em: <http://www.nossotempodigital.com.br/o-jornal/>. Acesso em: 08/09/2016

<sup>79</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 1, 03 a 10 dezembro de 1980. p. 2.

<sup>80</sup> PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.130

autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.<sup>81</sup>

Nesse sentido as representações do jornal constituem uma combinação entre o objetivo e o subjetivo, o mundo sendo moldado e estruturado por discursos e imagens apropriados pelo público que passam a ver e pensar o real em que vivem de outra forma, tendo outros elementos trazidos nesse caso por um novo veículo de informação.<sup>82</sup> Dessa forma nossa pesquisa das representações do jornal vai ao encontro à abordagem proposta por Prost, onde o interesse não está diretamente ligado apenas ao que os textos do jornal dizem, e sim à forma como dizem, as palavras utilizadas.<sup>83</sup> E a maneira como são estruturadas e as escolhas que privilegiam determinados assuntos em detrimentos de outros.

A afirmação de Silva complementa a noção de representação que pretendemos utilizar para analisar o jornal *Nosso Tempo*:

Quanto à prática história, convém lembrar que, há tempos, a história aprendeu a não confiar no realismo documentário, que tendia a apresentar o “texto” e/ou o documento (rastro de um acontecimento) como a “reprodução fiel da realidade”. Na verdade, o “texto” não é outra coisa senão a representação do real. Com efeito, a reconstituição da realidade não passa de uma inferência, de uma dedução: ela é o fruto de uma construção subjetiva; em outras palavras, ela reflete o ponto de vista daquele que a relata.<sup>84</sup>

A primeira edição do *Nosso Tempo*, em linhas gerais, traz uma apresentação do jornal e os objetivos principais, traçando um paralelo entre a frase de um filósofo grego que, ao presenciar a pena de morte para um criminoso, afirmou que os grandes criminosos estavam punindo criminosos com crimes menores. E que o jornal *Nosso Tempo* seria testemunha da atualidade do que foi dito pelo filósofo. Ao citar um filósofo grego o jornal busca legitimar-se diante da opinião pública, ao compartilhar de valores greco-romano/ocidentais. Dentre as muitas linhas que o jornal segue, essa é uma que vai permear as notícias e as opiniões, a de que há crimes maiores e crimes menores, no sentido de que a justiça só funcionaria para alguns. Nessa situação a justiça é representada como algo ineficiente, que sem critérios deixa crimes muito maiores passarem despercebidos. Em uma análise mais aprofundada é possível supor que

---

<sup>81</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural- Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 2002, p.17.

<sup>82</sup> Ibid. p. 23,24.

<sup>83</sup> PROST. op. cit., p. 130

<sup>84</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. *A história como “ a representação do passado ”: A nova abordagem da Historiografia Francesa*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. MALERBAR, Jurandir (orgs.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus,2000. p. 83-84.

os editores estão falando sobre crimes como a tortura. O jornal vai empreender uma intensiva campanha no sentido de desvelar o emaranhado de instituições envolvidas nos crimes denunciados. O âmbito político, judiciário e policial trabalhava em extrema harmonia para que a injustiça prevalecesse.

A opção dos editores mencionada na primeira edição é importante para demonstrar o quanto a fala estava carregada de sentido e significado:

Nós optamos pela liberdade. Consequentemente, buscamos a independência. Resistiremos até o limite em que este objetivo seja praticável, por mais quimérico que possa ser. Ninguém poderá negociar conosco nossa opção. Nossos princípios não tem preço. Jamais faremos deste órgão de comunicação um carrasco de nossos princípios.<sup>85</sup>

Os editores delimitam como será o posicionamento do jornal diante das notícias e como será a linha seguida pelos textos de opinião. Cabe ainda destacar que o jornal reafirmava constantemente seus ideais e sua missão: "...começou-se a editar o jornal para satisfazer um desejo bem perceptível da comunidade iguaçuense de ter um órgão de imprensa escrita aberto, crítico e, de certo modo, que preenchesse o vazio existente nesse setor."<sup>86</sup> Essa reafirmação é importante pois inseria novas temáticas nas notícias e artigos de opinião conforme novas denúncias fossem aparecendo. O jornal constrói uma relação com a opinião pública, falava para e por ela.

É importante destacar como os editores buscam reafirmar os objetivos do jornal e as notícias que vão ser privilegiadas ao longo das edições. É possível identificar traços em comum que demonstram o posicionamento dos jornalistas, como na vigésima edição comemorativa no caderno editorial, os jornalistas continuam afirmando o compromisso de denunciar e dar espaço para todos sem nenhuma restrição, e o papel de reconstruir a história da cidade.

Senão vejamos: Uma das tarefas deste jornal, e que os editores têm feito cumprir, é o que diz respeito à reconstrução histórica deste município. Mas de uma vez foi aberto dentro deste jornal espaço para que as pessoas que conhecem realmente a história deste município desfilassem a sua versão dos acontecimentos que provocaram e formam hoje esse nosso tempo. (...)O espaço desse jornal foi utilizado para criticar aquilo que os editores consideram de mais injusto entre nós: a violência e o desrespeito à pessoa humana.<sup>87</sup>

---

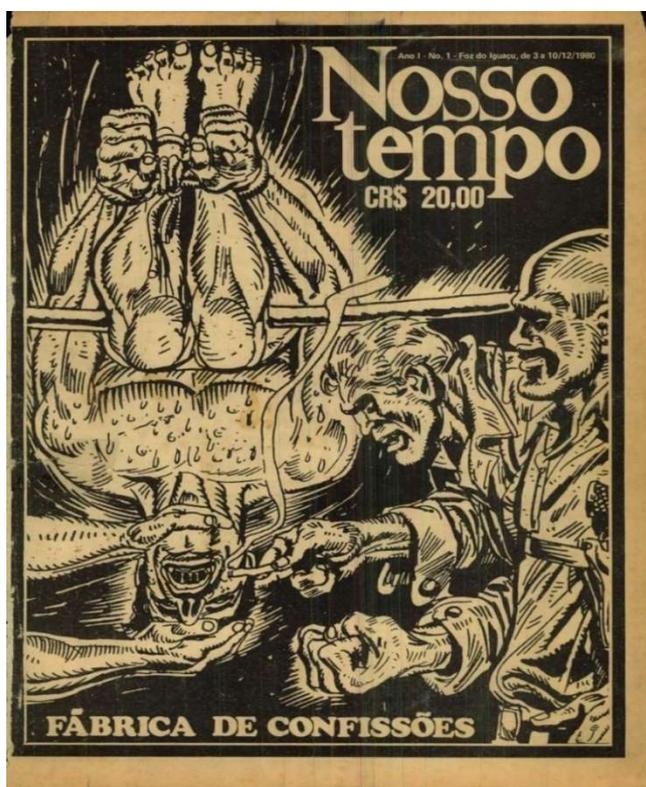
<sup>85</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 1, 03 a 10 dezembro de 1980. p. 2.

<sup>86</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 7, 21 de janeiro de 1981. p.2

<sup>87</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 20, 29 de abril a 05 de maio de 1981.p. 2.

O jornal também tratava sobre a conjuntura política da cidade, especialmente por conta de ser uma Área de Segurança Nacional e os prefeitos serem nomeados. O jornal realizou, por exemplo, intensa campanha desde as primeiras edições contra o prefeito coronel Clóvis da Cunha Vianna que governou Foz do Iguaçu de 1974 até 1984. A intenção era que fossem realizadas eleições diretas para que assumisse o cargo algum morador de Foz do Iguaçu. A política nacional também era alvo de notícias, mas principalmente dos artigos de opinião. Essa é uma característica importante do jornal, nos temas da cidade havia notícias, opiniões etc., mas no caso de conjuntura nacional de forma geral eram artigos de opinião e charges criticando ao mesmo tempo que (des)construíam a imagem do governo militar.

A capa do jornal continha a notícia principal e os destaques que em alguns casos complementavam a notícia. As caricaturas, desenhos, charges e fotos eram elementos muito presentes em todo o periódico, reforçando o apelo visual da notícia. Como era um jornal voltado para denúncias de torturas com linha de casos policiais, algumas edições traziam caricaturas bem fortes como métodos de torturas, em outros casos títulos e subtítulos com expressões fortes. Como foi um jornal de contestação, as principais notícias davam ênfase para a tortura como instrumento de interrogatório institucionalizado pela polícia.



**Figura 4** – Capa da primeira edição jornal

FONTE: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº1, 03 a 10 de dezembro de 1980. p.1.

A figura 4 demonstra a capa da primeira edição, o desenho representando a tortura de um preso é intensamente utilizado pelo jornal em diferentes edições. No desenho temos a

representação de um homem seminu dependurado de cabeça para baixo, com um cigarro sendo apagado na bochecha, a expressão de dor evidenciadas tanto pela boca entreaberta como pelos punhos serrados é reforçada pelo suor. Em contraste com dois homens à direita, um com o punho cerrado denotando a agressividade e segurando um cigarro com a expressão ameaçadora. O outro ao canto, representando à convivência das autoridades, já que em algumas sessões de tortura o delegado participava. Ainda é possível ver um terceiro envolvido a esquerda que segura a cabeça do torturado. Chamamos a atenção ainda para a posição das mãos. As mãos amarradas do preso sugerem dor, impotência e fragilidade. As mãos do torturador, uma tortura com o cigarro enquanto a outra ameaça com o gesto do punho cerrado. As mãos que seguram à cabeça da vítima representam a negação de que havia torturas nas delegacias de Foz, já que o rosto não aparece. E por último, o que apenas observa à tortura, sua indiferença está representada pela mão na cintura como alguém que somente observa e concorda com um sorriso.

A última página do jornal também tinha grande importância no posicionamento do jornal. Como não tinha um conteúdo fixo, poderia trazer uma mensagem, charges, desenho, pôster de alguma figura de destaque. Em algumas edições o que era inserido nessa última folha causava diversas reações como quando publicaram um pôster do Che Guevara. Os jornalistas alegaram que não tiveram a intenção de causar discórdia, tanto que na edição seguinte publicaram um pôster do Hitler

Nos dois primeiros anos do jornal o destaque para a tortura é intenso, isso é demonstrando desde a forma como as notícias estavam localizadas dentro do periódico, sua relação com a capa, charges, fotografias e abordagem nos textos. Todos esses elementos construíram uma identidade para o jornal, inserindo o combate a tortura como uma luta de todos.

Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretender atingir.<sup>88</sup>

A afirmação de Luca demonstra que as seleções das matérias de capa e as letras em caixa alta davam o tom da mensagem que os editores queriam transmitir. No jornal *Nosso tempo* é possível observar uma combinação de elementos para denunciar principalmente a tortura.

---

<sup>88</sup> LUCA, op. cit., p. 140.

O editorial não tinha um local fixo dentro do jornal, podendo estar localizado após a capa, no meio ou no final, em alguns casos estava relacionado ao contexto presente na capa, ou a alguma notícia dentro do próprio jornal. Era um caderno fixo escrito por diversos jornalistas, mas os principais artigos eram assinados por Juvêncio Mazzarollo que continuou escrevendo mesmo durante o tempo em que esteve preso. Os assuntos eram os mais variados desde questões de cunho nacional, estadual e local. Os artigos com características de protestos e cunho contestador seguiam por uma linha de evidenciar problemas políticos e principalmente denúncias de torturas relacionadas ao período de “abertura”.

Havia também o caderno *Psiu*, com notas rápidas, as quais criticavam situações que estavam acontecendo na cidade, que eram desde um problema com asfalto em alguma rua da cidade até protestos do próprio jornal relacionados a notícias divulgadas em outras edições, cartas de leitores e denúncias de problemas pontuais. Esse caderno teve grande variação durante a existência do jornal passando por vários formatos e posicionamentos dentro do periódico. As notas publicadas pelos próprios jornalistas tinham um tom de sarcasmo, cobrando questões apontadas em outras edições, mas também criticavam a situação política do país. Era um importante elemento de interligação entre publicações distantes uma das outras, e, principalmente, trazia a representação da repercussão das notícias e denúncias. A proibição da circulação do jornal dentro do canteiro de obras da usina de Itaipu ou as informações de ameaças contra a vida dos jornalistas são exemplos do conteúdo das notas.

As cartas de leitores também eram um elemento importante, já que de certa forma servia para constatar como o jornal estava sendo visto pelo público. É interessante verificar como o jornal construía essa relação com o público, e de certa forma como o jornal gostaria de ser visto por eles, já que as cartas passavam por uma seleção.

A iconografia é algo muito presente no jornal: as fotografias, charges e gráficos tinham um forte apelo visual, e relação direta com as notícias, nos casos de tortura somente o relato não era suficiente para evidenciar os maus tratos, a fotografia seria a prova definitiva da violência. As charges carregadas de crítica política, em alguns momentos não mantinham relação direta com as notícias, mas estabeleciam relação com o momento político do país criticando os militares no poder. Os assuntos econômicos também eram alvos das charges que representavam os reflexos dos problemas econômicos por meio da pobreza da maioria da população.

O caderno *Povão* presente em algumas edições tinha o objetivo de denunciar problemas sociais relacionados à população carente, esse é o público que o jornal pretendia representar, a

população que não tinha acesso a serviços básicos de saúde, moradia e educação. As denúncias estavam relacionadas a problemas como: loteamentos, falta de vagas nas escolas etc.

É importante ressaltar esse caráter multifacetado do jornal. Há uma combinação de seções que tem por objetivo buscar diferentes públicos. Desde o leitor que esperava que o jornal propiciasse visibilidade para os problemas sociais, que passavam diretamente por soluções políticas até esportes para o público em geral, mas o que chamamos a atenção é para a questão de inserir de forma indireta o assunto da tortura em meio aos demais. Ao folhear o jornal os leitores não passariam inertes pelos assuntos com destaque maior, sejam políticos, policiais, econômicos.

Outro ponto importante que os jornalistas levavam em conta era o público leitor, desde as primeiras edições tentaram estabelecer uma relação de troca onde o jornal seria algo imprescindível para a cidade como no trecho destacado a seguir:

Para começar, os leitores procurem ler com atenção a multiplicidade de temas abordados na presente edição e verifiquem o quanto passaria despercebido entre tudo o que afeta Foz do Iguaçu se este jornal não existisse ou se alguma força repressora conseguisse destruí-lo, como parece ser o objetivo de um grupo deslocado do momento históricos que vivemos. Este jornal vale a pena e a dor de ser feito.<sup>89</sup>

O trecho destacado é do período em que os jornalistas já estavam sendo processados com base na Lei de Segurança Nacional, e a edição marca o retorno do jornal após ficar dois meses sem circular para reorganização do parque gráfico. Mas o destaque fica para como os jornalistas percebiam o *Nosso Tempo* na cidade, ao afirmar a importância do mesmo constroem uma relação de necessidade e reconfiguram a importância do periódico para a história da cidade. Há uma noção de “entrega”, de “sacrifício” evidenciando como “sagrada” a missão dos jornalistas.

O jornal era mantido em grande parte por propagandas, a maioria de comerciantes, mas havia anúncios de diversos tipos que se localizam em praticamente todas as páginas do jornal. Algumas publicidades tinham relações com os cadernos, como nas publicações de esportes em que havia propaganda de artigos esportivos.

Como o país estava passando pelo processo de “abertura” o jornal assume como sua principal função auxiliar nesse processo, denunciando as contradições que persistiam.

---

<sup>89</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 32, 30 de setembro a 06 de outubro de 1981. p.2

### 3.1- A tortura e a empatia

Nas primeiras leituras do jornal *Nosso Tempo*, um assunto recorrente é à tortura, nos primeiros anos será o que vai sustentar as manifestações dos jornalistas e as principais notícias e artigos de opinião, principalmente porque o país estava iniciando um processo de abertura depois de intensos anos de terror, nos quais a tortura foi o instrumento mais perverso do aparelho repressivo do Estado de Segurança. A abertura foi uma forma do discurso oficial dizer que havia democracia, que o poder seria transferido para os civis gradativamente, mas a estrutura era amplamente dominada pela ditadura, com base na a ideologia da ESG, enraizada no governo, instituições e em certa medida nas pessoas.

No livro *Invenção dos Direitos Humanos* Hunt discute amplamente o conceito de empatia para evidenciar o que nos faz sermos solidários as dores tanto das pessoas que estão próximas, como das que estão distantes, seja física, social ou culturalmente. Com a globalização e o avanço da tecnologia a solidariedade ganhou contornos mundiais, e estamos cada vez mais ligados com o sofrimento e a violação de direitos de pessoas próximas e distantes.

Nesse sentido o jornal *Nosso Tempo* insere a tortura como principal temática de suas denúncias. Para que as denúncias causassem impacto nos leitores o jornal utilizava diversos recursos. Os três que destacamos e que vão ser objeto de análise nesse trabalho são: a tortura de presos e suspeitos dentro das dependências da polícia e como o jornal representava essas notícias. O segundo recurso e de grande importância é o discurso religioso que permeia as publicações e o posicionamento dos jornalistas frente à sociedade, tanto dando voz para representantes da igreja, como no posicionamento das notícias tendo a religiosidade como base para se posicionar. E o terceiro ponto refere-se a prisão de Juvêncio Mazzarollo. Como as denúncias de torturas e combate contra os problemas da cidade passaram a incomodar as autoridades militares ainda no poder, tendo início uma intensiva campanha contra os jornalistas.

Como mencionado no capítulo anterior, o início da década de 1980 é considerado o período de abertura. A Lei da Anistia<sup>90</sup> (1979), permitiu o retorno dos perseguidos e acusados pela ditadura. Oficialmente o poder voltaria gradativamente para as mãos civis, mas, como Alves evidencia, o aparato do Estado de Segurança Nacional, por meio da cartilha da ESG, conseguiu enraizar os conceitos do Estado de Segurança Nacional em instituições e setores expressivos da sociedade. O Estado moldou-se de uma maneira que o controle permanecesse

---

<sup>90</sup> A lei 6.683 de agosto de 1979 assinada pelo presidente João Batista Figueiredo previa anistia para os crimes políticos, cometidos de setembro de 1961 até agosto de 1979.  
([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm))

nas mãos de poucas pessoas, tanto que os próprios militares iriam fazer essa transição. O aparato de leis estava montando e poderia ser usado a qualquer momento de maneira irrestrita, como foi o caso que pudemos constatar no jornal *Nosso Tempo*, que mesmo no período de “abertura”, constatava que as torturas persistiam. A identidade do jornal nos primeiros anos foi forjada com base nas denúncias desses crimes contra os direitos humanos.

Nos parágrafos anteriores apresentamos a capa da primeira edição (figura 4) como sendo um elemento central da identidade do jornal. Ao nos depararmos com o desenho de uma pessoa sendo torturada no pau-de-arara, causa impacto ao mesmo tempo que chama atenção à primeira vista. No rodapé da página em caixa alta os dizeres: “Fábrica de Confissões”. Essa é uma das representações que o jornal faz da ditadura, a relação entre o título em caixa alta e a expressão facial dos envolvidos compõem a figura onde o torturado é o centro das atenções, o argumento de Hunt corrobora para nossa análise:

Meu argumento depende da noção de que ler relatos de tortura ou romances epistolares teve efeitos físicos que se traduziram em mudanças cerebrais e tornaram a sair do cérebro como novos conceitos sobre a organização da vida social e política. Os novos tipos de leitura (e de visão e audição) criaram novas experiências individuais (empatia), que por sua vez tornaram possíveis novos conceitos sociais e políticos (os direitos humanos).<sup>91</sup>

Ao nos depararmos com a representação de um torturado podemos imaginar a dor de ficar horas com mãos e pés amarrados. O medo de não saber o que poderia acontecer, somado a isso, o sofrimento do cigarro sendo apagado no rosto. Isso se deve ao fato de compartilharmos códigos internos que em algum momento mantiveram relações com os direitos humanos:

Os direitos humanos dependem tanto do domínio de si mesmo como o do reconhecimento de que todos os outros são senhores de si. Todo mundo teria direitos somente se todo mundo pudesse ser visto, de um modo essencial, como semelhante. A igualdade não era apenas um conceito abstrato ou um slogan político. Tinha de ser internalizada de alguma forma.<sup>92</sup>

Mas somente a declaração formal dos direitos humanos não seria suficiente para a preservação desses direitos. Conforme a afirmação de Hunt, não pode ser somente um “slogan”, precisar ser internalizado culturalmente.

Nas inúmeras reportagens sobre tortura, o jornal ainda descontrói possíveis suspeitas que pudessem recair sobre o torturado demonstrando que o acusado trabalhava, ou que

---

<sup>91</sup> HUNT, op. cit., p.16

<sup>92</sup> Ibid. p.28., 26.

desconhecia qualquer relação com o fato de que estava sendo acusado, evidenciando uma imagem de “bom cidadão”. Ainda na primeira edição os relatos dos presos sobre torturas e as condições que eram mantidos na delegacia reforçam o discurso de arbitrariedades e cria profundas relações com os elementos anteriores, como a capa da primeira edição.

Os trechos dos testemunhos dos presos conferem uma maior proximidade com o torturado. O destaque dos relatos como: “Presos estão sendo massacrados” seguidos da palavra: “Tortura”<sup>93</sup>, ocupando metade da página reforçam o discurso. As constantes torturas: “Acendiam e apagavam cigarros dentro do meu ouvido” ou “Me quebraram duas costelas. Daí eu disse que fui eu, mas não fui.”<sup>94</sup> O destaque das palavras dos testemunhos de torturados ampliavam reforçavam a gravidade das torturas denunciadas.

O jornal publicava notas solicitando providências com relação às torturas, que nada justificaria um crime como esse, e delimita a campanha que o jornal vai empreender contra os abusos: “Uma campanha nesse sentido precisa ser desenvolvida. Este jornal está iniciando e vai dar continuidade.”<sup>95</sup> E ainda coloca o jornal como veículo de denúncia: “Para esse saneamento urgente, é importante que as vítimas de torturas não silenciem.”<sup>96</sup> Na segunda edição o jornal faz um chamado para uma campanha de denúncias contra a tortura: “Indigne-se. Proteste. Ponha a boca no mundo. Ninguém tem direito de bater em ninguém. Ajude a limpar a pocilga.”<sup>97</sup>

Também é possível destacar que havia locais preparados especificamente para tortura, como uma vítima de tortura menciona na denúncia que fez para o *Nosso Tempo*: “O jovem observou cuidadosamente a sala e viu alguns aparelhos de tortura, como um remo, borrachas e um cano que poderia servir para pendurá-lo no pau-de-arara.”<sup>98</sup> O que nos possibilita analisar que a polícia utilizava a tortura de forma recorrente, como maneira de coagir e obrigar os presos a confessarem crimes e/ou denunciar outro envolvidos.

Outro elemento utilizado pelo jornal acompanhando os testemunhos dos torturados é a presença de fotografias nas matérias. A subjetividade do depoimento somado a uma fotografia, um elemento visual que retratava a condição do preso, tinha a função de servir como prova da agressão.

Nesse sentido Mauad traz uma importante contribuição a respeito do uso da fotografia e suas possíveis representações:

---

<sup>93</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 1, 03 a 10 dezembro de 1980. P. 4-5.

<sup>94</sup> *Ibid.*, p.5

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 5

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 5

<sup>97</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 2, 10 a 17 dezembro de 1980. p.3

<sup>98</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 158, 01 a 07 de março de 1985. p.11.

A fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção signficativa. Neste sentido, toda a produção da mensagem fotográfica está associada aos meios técnicos de produção cultural. Dentro desta perspectiva, a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar.<sup>99</sup>

A fotografia constrói o sentido entre o texto e uma representação do real, como afirma Mauad, a “educação do olhar”, ou seja, como o jornal utilizava esse recurso para reforçar o apelo no combate contra a tortura. Destacamos três casos para representar a utilização da fotografia como prova de tortura.

**Figura 5** – Esquerda Mateus no Hospital, direita Waldemar com o olho inchado.



FONTE: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 13, 04 a 11 de março de 1981.p.6,7.

No primeiro caso (figura 5) Mateus (esquerda) foi torturado e, segundo relato do mesmo, foi preso por suspeita de assalto. Na delegacia foi espancado por 5 policiais para que confessasse a autoria de um crime. Ao final do relato a fotografia do preso no hospital, com escoriações no rosto. Dando continuidade na página seguinte do jornal o segundo caso do comerciante Waldemar agredido pela polícia militar. Também é publicada a fotografia junto

<sup>99</sup> MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 73-98. p.84

com o depoimento, nesse caso a imagem é mais impactante ainda, já que o olho está inchado com um corte na pele.

Nos casos do Mateus e Waldemar algumas análises são possíveis nas fotografias. Cabe destacar que ambos não olham diretamente para a câmera, transmitindo uma ideia de vergonha, solidão e impotência diante das agressões sofridas. No caso do Mateus (esquerda) estar sem camisa e com os curativos no braço denota certa fragilidade física, em contraste Waldemar que fisicamente aparenta ter mais força, mas a fragilidade está evidenciada no corte sobre o olho.

A figura 6 é de um cartaz divulgado pela ditadura militar no Ceará em 1970, que procurava opositores do regime militar como “terroristas”. Cabe destacar o contraste entre o cartaz e as fotografias da figura 5. Ao contrário das fotografias, o cartaz traz o olhar fixo das pessoas, rostos sem expressão. Enquanto as fotografias no jornal buscam construir uma fragilidade por meio das marcas e da vergonha demonstrada pelo olhar desviado. O cartaz dos “terroristas” traz uma tentativa de desumanizar o rosto dos procurados, Mário Albuquerque e Helena Serra Azul são um exemplo dessa construção. O rosto sem expressão passa uma ideia de distanciamento, reforçado pela frase “procura-se terroristas”.

**Figura 6** – Cartaz de Procurados 1970



FONTE: Acervo Partido Comunista Brasileiro<sup>100</sup>.

<sup>100</sup> Disponível em: [http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6801:procuram-se-terroristas-1970&catid=64:ditadura](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6801:procuram-se-terroristas-1970&catid=64:ditadura) Acesso em: 24/05/2017.

**Figura 7** – Fotografia de um caso de tortura em que foi utilizado um remo.<sup>101</sup>



FONTE: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 106, 20 a 25 de fevereiro de 1984. p.13.

O terceiro caso é o do Sady Juhann, (Figura 7), que estava trabalhando próximo à rodoviária de Foz do Iguaçu, quando foi preso sob acusação de estelionato e levado até a delegacia onde foi torturado para que confessasse o crime. Na fotografia as escoriações nas nádegas onde a polícia o espancou com um remo. As fotografias eram publicadas sem censuras, causando forte impacto.

O jornal evidenciava que a tortura era um instrumento usado amplamente pelas polícias. Nas notícias podemos verificar que os motivos das prisões eram diversos, mas os policiais não admitiam que as torturas realmente aconteciam. Nos casos mais graves dos espancamentos as vítimas mortas davam entrada no hospital, mas as informações eram desconstruídas, já que em alguns casos os policiais não realizavam registro das prisões, sem esses registros não era possível comprovar a tortura.

Duas mortes por tortura foram repercutidas intensamente pelo jornal. A primeira foi do funcionário do circo Garcia, que após o desaparecimento de uma criança, os funcionários do circo foram interrogados pela polícia, um dos funcionários acabou morrendo com um tiro durante o interrogatório. A outra morte foi de um rapaz chamado Luiz Dias que foi levado até a delegacia e intensamente espancado no pau de arara, tendo recebido o método de tortura

---

<sup>101</sup> *Nosso Tempo*. Disponível em: [http://www.nossoempodigital.com.br/arquivo/nosso\\_tempo\\_106/nosso\\_tempo\\_106.pdf](http://www.nossoempodigital.com.br/arquivo/nosso_tempo_106/nosso_tempo_106.pdf). Acesso em: 05/02/2017.

conhecido como telefone<sup>102</sup>. “O caminho percorrido por Luiz Dias Lopes foi o mesmo que o de todos os presos que chegaram na delegacia. Começam a ser espancados já no ato da prisão, e dentro da delegacia são submetidos às mais variadas atrocidades pelos torturadores. ”<sup>103</sup> Importante destacar a proximidade entre os casos de tortura. Ao mencionar que todos são espancados os jornalistas evidenciam para o público que essa é uma prática comum, que a tortura é praticamente uma das fases dos inquéritos policiais.

No mês de maio de 1981 na edição 24 o jornal faz novas denúncias: em torno de 20 mulheres formalizaram queixa de que foram vítimas dos mais variados tipos de condutas violentas por parte da polícia, dentre os crimes está o de tortura e violência sexual. Casos de mulheres que foram abordadas na rua e levadas para locais isolados e violentadas por policiais, em outros casos as mulheres eram levadas para delegacia e obrigadas a manter relações sexuais e a limparem a delegacia. “ Ao chegar na delegacia me obrigaram a fazer uma faxina geral. Depois me obrigaram a manter relações sexuais com um detento. Foi num quartinho ao lado da cozinha. Chorando, continuei a limpeza, pois eles ameaçavam de me surrar muito. ”<sup>104</sup> Esse é o relato de uma jovem de 24 anos que não quis se identificar, mas a recorrência de casos demonstrava como a violência era praticada contra qualquer pessoa, o que reforça que a conduta violenta da polícia estava institucionalizada.

Já faz mais ou menos um ano. Era uma noite chuvosa quando eu fui presa. Me surraram tanto que saí de lá toda marcada. Mais tarde chegou o Carneiro e disse que se eu mantivesse relações sexuais com ele nada mais me aconteceria e no dia seguinte eu iria embora. Como eu não quis fazer o que ele queria, acabaram me pegando na marra. (Adriana Rodrigues).<sup>105</sup>

No trecho destacado, Carneiro era o carcereiro da delegacia. Em outros depoimentos, as vítimas falavam que era o mais violento e que mais ameaçava as mulheres. Cabe destacar a quantidade de depoimentos ocupando quase 3 páginas do periódico, o que contribuía para a intenção dos jornalistas de salientar que não eram casos esporádicos. O relatório da CNV considera tanto o crime de estupro, como as demais condições que as mulheres foram expostas como formas de tortura:

Caracteriza-se como os atos de natureza sexual cometidos contra uma pessoa sem seu consentimento. Abrange tanto a violação física do corpo humano – a

---

<sup>102</sup> Método de tortura em que o torturador aplica tapas com as mãos abertas nos dois ouvidos da vítima, causando desorientação, em alguns casos as vítimas têm a audição prejudicada.

<sup>103</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 12, 25 de fevereiro a 04 de março de 1981. p.15.

<sup>104</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 24, 27 de maio a 02 junho de 1981. p.5

<sup>105</sup> *Ibid.*, p.6

penetração vaginal, anal ou oral, com partes do corpo do agressor ou com objetos – como os atos que não imponham penetração ou sequer contato físico, como o desnudamento forçado e a revista íntima.<sup>106</sup>

A construção do jornal é no sentido de mostrar pessoas do cotidiano tendo seus direitos cerceados e sendo reprimidas pelas forças de segurança, seja alguém que leva o seu carro até uma oficina como o caso de Mateus e acaba sendo acusado de um crime que desconhece, sendo torturado para que confessasse. Ou o comerciante Waldemar que, agredido por um policial, foi acusado de resistência à prisão e tentativa de homicídio por estar portando uma arma de fogo, sendo que o mesmo alegou não ter resistido. E mulheres sendo violentadas como o caso de Adriana. Esse apelo é reforçado em diferentes matérias, textos, fotografias e charges, mas no caso da denúncia da tortura de mulheres o resumo e a introdução dos depoimentos trazem um elemento importante que corrobora para que o público estivesse inserido na condição dos torturados:

Leiam agora alguns depoimentos das vítimas e saibam dos maus momentos que elas viveram nas mãos da Polícia, mais precisamente do famigerado carcereiro Orlando Carneiro, considerado por muitas como um verdadeiro monstro. Reflitam também, leitores, sobre a possibilidade de, a qualquer momento, serem submetidos ao mesmo tratamento degradante.<sup>107</sup>

É importante destacar essa relação intrínseca entre as diferentes matérias, e de como é possível traçar uma linha editorial que é seguida pelos jornalistas. A argumentação seguida de depoimentos, fotos, manifestações de representantes das instituições, é uma forma dos jornalistas provarem o sofrimento dos presos.

A tortura em alguns casos foi utilizada inclusive para questões de cunho pessoal dos policiais como na prisão do cozinheiro José Albertino Brasil, denúncia feita na edição 39. José informou na entrevista ao jornal que estava trabalhando, quando recebeu voz de prisão e foi levado à força para as dependências da polícia federal, onde foi acusado informalmente de estar ameaçando a irmã da empregada do agente denominado Carlos. As agressões contra José foram de todos os tipos, o mesmo relatou para o jornal ter levado mais de 50 pancadas:

Os policiais estavam mesmo afim de trucidar o rapaz, que sofreu mais de 50 pancadas, entre socos, pontapés e agressões com ferramentas e madeiras. Mandaram-no ficar de joelho e colocar as mãos na cabeça. Formaram uma

---

<sup>106</sup> BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório*. – Recurso Eletrônico- Brasília: CNV, 2014. Volume I. p.286 Disponível em <http://www.cnv.gov.br/images/documents/Capitulo7/Capitulo%207.pdf> Acesso em: 01/05/2017.

<sup>107</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 24, 27 de maio a 02 junho de 1981. p.5

roda de sádicos e se revezavam na pancadaria. Batiam-lhe principalmente nas costas, à altura dos rins e dos pulmões. O “telefone” também foi aplicado com generosidade. Essa prática consiste em desferir fortes palmadas simultâneas nos dois ouvidos da vítima. É extremamente dolorido e dificilmente o torturado sai dessa agressão sem ficar com os tímpanos rebentados.<sup>108</sup>

Ao retirar José a força de seu trabalho há muitas questões em jogo tanto da opinião pública das pessoas que estão presenciando o fato, como para o próprio torturado que teme denunciar e sofrer novas agressões. Esse temor em grande parte foi o que contribuiu para a continuidade desse tipo de agressão, já que nem todos os casos chegavam ao conhecimento do judiciário. O caso de José, segundo o jornal, é um dos primeiros casos em que a vítima procura diretamente a promotoria para denunciar. É importante ressaltar ainda que o caso de José aconteceu após diversas denúncias e uma intensa campanha do próprio jornal, para que as pessoas denunciasses as torturas e arbitrariedades da polícia. Cabe também destacar que esse é um dos primeiros casos de denúncia após os jornalistas serem processados com base na LSN.

Havia ainda dezenas de outros casos que não chegaram a ser denunciados e/ou registrados. Na edição 59 há uma nova denúncia, nesse caso o acusado, um corretor de imóveis conhecido por Tonhão passou por diferentes tipos de tortura, e ficou com tanto medo que não prestou nenhum tipo de esclarecimento aos jornalistas, que conseguiram informações com pessoas próximas ao torturado. Tonhão passou por torturas duas vezes, na primeira: “Os policiais mergulharam sua cabeça num tanque com água suja e podre obrigando a beber muita água pelo nariz, 10 minutos após se convencerem que Tonhão era inocente ao invés de ser libertado foi novamente trancafiado na cela.”<sup>109</sup> Na segunda: “ O preso foi levado a um cubículo próximo a cozinha, onde havia mais dois policiais. Sem muita conversa Tonhão foi pendurado no pau-de-arara e submetido a severos castigos.”<sup>110</sup> A segunda sessão de tortura foi mais severa durando 20 minutos, com a participação de um superintendente da polícia, que despejava água pelo nariz do torturado dependurado. Após o preso desmaiar, os policiais teriam concluído: “- Esse cara deve ser inocente mesmo, senão teria confessado depois de todo esse pau. Acho melhor a gente largar ele.”<sup>111</sup> A fala do policial demonstra a total ineficácia da tortura, em alguns casos os torturados confessavam para que a sessão de espancamento parasse.

A tortura psicológica associada à tortura física também era utilizada de forma a obrigar os presos a confessarem. Dessa vez o torturado era Norberto Claudio Toffaletti. Após sofrer

---

<sup>108</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 39, 18 de novembro a 24 de novembro de 1981. p.6

<sup>109</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 59, 4 a 14 de fevereiro de 1983.p.10

<sup>110</sup> *Ibid*.p.10

<sup>111</sup> *Ibid*.p.10

torturas com um remo (objeto de madeira golpeando os rins e as nádegas), foi submetido a afogamentos. Posteriormente foi levado para um local da delegacia conhecido como “corró” composto por cinco celas. O mesmo ficou na cela da CIC: “Esta cela é um cubículo de dois por quatro metros, sem pia e com o “boi” (vaso sanitário nos fundos). O chão é de cimento e ali os presos não tem como dormir, passam a noite encostados uns nos outros e não recebem comida.”<sup>112</sup> O preso permaneceu nessa cela por 4 dias, a tortura psicológica está relacionada ao fato de não receber comida e condições físicas degradantes que influenciavam diretamente no psicológico dos presos, o que obrigava alguns a confessar para que as agressões terminassem.

Nesse sentido, a CNV demonstra em seu relatório que não somente as agressões físicas são consideradas tortura, mas também as condições em que o preso é mantido:

Constitui tortura a adoção de medidas que restrinjam a liberdade do detido além do nível de sofrimento estritamente necessário e intrínseco à detenção, tais como: imposição de isolamento em cela reduzida, sem ventilação ou luz natural; restrição ao regime de visitas; intimidação como ameaça de atos violentos; violência física contra a vítima; exibição do preso nu ou em trajes que o exponham; e má prestação de serviços básicos, como atenção médica, alimentação e higiene. Também se considera tortura a submissão do detido ao isolamento prolongado e à incomunicabilidade coercitiva. <sup>113</sup>

Como visto em outros casos, deixar a vítima nua era uma prática comum, já que fazia parte dos métodos dos torturadores, ou seja, expor os presos sem roupas já seria considerada uma forma de violência.

Havia outras formas de sair da delegacia como contam os jornalistas: “Muitos escapam pagando o que foi acertado com os intermediários dos chefes de cada departamento.”<sup>114</sup> O advogado do preso traz o dinheiro que família repassa e o acusado é solto, em alguns casos o próprio advogado recebia uma parte do dinheiro, já que em nenhum momento o advogado precisava apresentar pedido de liberação, pois como a maioria das prisões não estavam registradas, era como se alguns presos nunca estivessem na delegacia. No total Norberto permaneceu 8 dias preso, e só conseguiu liberdade porque entrou em contato com a esposa para que providenciasse um advogado.

O caso de Valdemir Antonio de 19 anos ilustra a truculência dos policiais e as situações degradantes a que foi exposto. Assim como em outros casos, a vítima foi presa no seu trabalho

---

<sup>112</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº61, 10 a 17 de março de 1983. P.12.

<sup>113</sup> BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório*. – Recurso Eletrônico- Brasília: CNV, 2014. Volume I. p.285 Disponível em <http://www.cnv.gov.br/images/documentos/Capitulo7/Capitulo%207.pdf> Acesso em: 01/05/2017.

<sup>114</sup> *Ibid*.p12.

e a sessão de agressões já tem início na viatura policial. Comparando esse caso com os demais é possível inferir que havia um *modus operandi* da polícia. Agressões físicas durante os primeiros momentos da prisão, somadas a insultos proferidos, visavam despertar medo na vítima, como no manual de tortura citado anteriormente. Também havia a utilização de uma voz ríspida seguida de ameaças. A exposição da vítima nua diante de outros policiais também constituía uma forma de violência e o constrangimento aumentava deixando o torturado com mais medo ainda:

Eles mandaram que eu tirasse a roupa, mas eu me recusei. Foi o bastante para eles me agredirem com mais violência. Recebi um soco na cara, outro na boca do estômago, além de fortes empurrões. Caí no chão e eles me davam coices com suas enormes botinas. Em poucos minutos, eu estava completamente nu. Me colocaram no pau-de-arara. Uma coisa horrível. Pensei que iria morrer. Após muita tortura, eu não suportava mais, então fiz sinal com as mãos e disse que confessaria o que eles quisessem.<sup>115</sup>

Vítima na cidade de São Miguel do Iguaçu, Jose Haroldo foi acusado de furto de um veículo. A vítima do roubo fez um reconhecimento equivocado. Ao chegar na delegacia Jose foi torturado no pau-de-arara com afogamento, posteriormente foi dependurado nu e levou choques em diversas partes do corpo, inclusive nas partes íntimas, como relatou para o *Nosso Tempo*:

- Em seguida me tiraram toda a roupa, me penduraram novamente e ligaram um fio numa tomada e começaram a me dar choques. Primeiro foi nas orelhas, no corpo, nos pés e como eu não falava nada, deram choque no meu ânus, até que desmaiei...  
Aguentei a tortura por mais alguns minutos e daí falei a eles que falaria qualquer coisa.<sup>116</sup>

Ao trabalhar casos de tanto impacto o jornal insere o público na realidade do torturado para que sinta a dor da tortura. Ainda se coloca como veículo de denúncia, na defesa da integridade humana, para isso insere instituições como Ordem dos Advogados do Brasil, e principalmente a igreja que: "... dispõe-se a entrar nessa missão de saneamento moral."<sup>117</sup>. Aos poucos o jornal insere elementos que poderiam despertar o interesse e o engajamento do público. O apoio da igreja é de grande importância. Ao apresentar-se como aliada, o discurso

---

<sup>115</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 158, 01 a 07 de março de 1985. p.11.

<sup>116</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 100, 23 a 30 de dezembro de 1983.p.3

<sup>117</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 1, 03 a 10 dezembro de 1980. p.5

dos jornalistas ganha mais força. As opiniões dos jornalistas nas próximas edições do jornal ganham forte embasamento de instituições como Igreja, OAB e Câmara de Vereadores.

Por meio do apoio das instituições e seus representantes o *Nosso Tempo* vai inserindo seu discurso e posicionamento. Era comum o jornal publicar, principalmente no caderno *Psiu*, apoio de pessoas, empresas e representantes dessas instituições, como nos casos de órgãos públicos:

Recebemos aqui na redação uma comunicação de uma alta autoridade ligada ao Ministério da Justiça, dizendo que recebeu os exemplares do jornal *Nosso Tempo*. Referindo-se às torturas e atrocidades cometidas pela polícia em Foz do Iguaçu, denunciadas por este jornal, aquela autoridade disse que: “esse comportamento da polícia é inadmissível”. Garantiu-nos que as autoridades do Ministério e da Secretária de Justiça do Estado ficarão alertas e, ao menor sinal de repetição dessas lamentáveis ocorrências, tomarão medidas enérgicas contra os responsáveis.<sup>118</sup>

No final da nota o jornal pede que os leitores denunciem qualquer tipo de agressão por parte da polícia. Nesse caso é possível verificar como o jornal utiliza o posicionamento de determinadas instituições para que possa colocar-se como um instrumento da denúncia. Publicar o posicionamento do Ministério confere uma ideia de veracidade para as denúncias de tortura, ao mesmo tempo o jornal utiliza a chancela de um órgão do poder executivo para apontar as falhas da justiça. O jornal utiliza a comunicação do ministério para colocar-se como um elo entre as denúncias e a Justiça. É importante ressaltar o caráter contraditório entre o que é considerado “oficial”, e o que acontece dentro das delegacias, nas ruas. Essa é uma das características que permitiu que a ditadura permanecesse mesmo em um período considerado de “abertura”. Oficialmente o governo alega desconhecer e combate situações de tortura, mas o que o jornal *Nosso Tempo* demonstra contradiz essas alegações.

Na terceira edição é possível verificar esse embasamento quando a tortura é abordada novamente. O desenho utilizado na capa da primeira edição (figura 4) é inserido na página 12 e, dentro de uma série de elementos, há sete entrevistas com representantes das instituições da cidade opinando sobre a tortura de presos nas dependências da polícia. O jornal menciona as opiniões em favor do discurso de combate à tortura. Ao destacar em letras maiúscula a frase que abre as opiniões: “Sociedade revoltada com tanta violência”<sup>119</sup>, os jornalistas estão afirmando que os líderes das instituições também são os representantes da sociedade. E que eles

---

<sup>118</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 6, 14 de janeiro de 1981. p. 3

<sup>119</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 3, 10 a 17 dezembro de 1980. p. 12

estariam a favor da campanha contra a tortura: “Para não ser uma voz isolada clamando no deserto, este jornal procurou ouvir diversas personalidades representativas da comunidade”<sup>120</sup>. O jornal fortalece seu vínculo no sentido de que não é uma campanha somente do jornal, mas a igreja também estaria presente, assim como políticos, OAB e outros veículos de imprensa.

O primeiro entrevistado, o advogado presidente da OAB de Foz do Iguaçu Santo Rafagnin, falando pelo viés da justiça, coloca a tortura como humilhante e degradante, e que juízes e promotores deveriam negar confissões obtidas por torturas: “A polícia tortura porque é incompetente para investigar e porque está educada, preparada para esse tratamento pré-histórico, selvagem, contraproducente.”<sup>121</sup> Já o presidente da câmara de vereadores Aguielo Fávero Haus que opina a respeito do fato de que seria necessária uma mudança de mentalidade da polícia, pois já era algo institucionalizado. O bispo da cidade Dom Olivio Aurélio Fazza tem um posicionamento mais humanista, no sentido de que a polícia precisaria ser educada e que todos os presos são humanos como os policiais, portanto mereceriam um tratamento digno: “Os presos são pessoas humanas como os policiais. Todos são filhos de Deus. Se cometeram algum erro, não é justo que sejam punidos de forma bárbara como acontece em nosso meio.”<sup>122</sup>

O jornal se apropria da fala dos entrevistados para combater a tortura, ao colocar um bispo para falar sobre o assunto estão tentando atingir determinado público ao mesmo tempo que estão assumindo um posicionamento ao lado da igreja. Não seria somente o jornal que estaria falando, mas sim diversos outros representantes, ou seja, o que estava em jogo era a opinião pública.

No final da matéria com as opiniões há um pequeno relato em que um policial estaria descontente com as torturas realizadas nas dependências da delegacia. Há duas questões importantes a serem destacadas, a primeira está relacionada à fala do entrevistado: “... é uma minoria para fazer o bandido confessar...”<sup>123</sup>, nosso destaque está relacionado não a quantidade, e sim a prática, e como policial representa a noção de combate ao crime, mesmo afirmando não ser conivente com as torturas, a colocação das palavras e a omissão de certa forma também denota conivência. O ponto mais importante da fala do entrevistado sobre a impunidade dos torturadores: “O que precisa é cortar o mal pela raiz, mas para isso é preciso mexer com toda uma estrutura.”<sup>124</sup> Conforme abordado anteriormente o Estado de Segurança Nacional se enraíza nas mais diferentes regiões, uma conduta de violência foi absorvida por policiais e o

---

<sup>120</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 3, 10 a 17 dezembro de 1980.p. 12

<sup>121</sup> *Ibid.* p. 12

<sup>122</sup> *Ibid.* p. 12

<sup>123</sup> *Ibid.* p.13

<sup>124</sup> *Ibid.* p.13

Estado. Em um contexto de município podemos constatar que mesmo no período de abertura o aparato repressivo continuava montado e funcionando. A segunda questão é referente ao uso dessa entrevista logo após a opinião dos representantes das entidades, o que reforçaria o viés humanista/religioso que o jornal quer demonstrar.

A iniciativa dos jornalistas de (des)construir as instituições repressivas aparece em diversos momentos do jornal, como quando Juvêncio Mazzarollo foi processado. O editorial da edição 19 traz elementos semelhantes à entrevista do policial. O delegado Elias Kudsi, que interrogou Juvêncio, deu uma entrevista informal, na qual teria afirmado:

Se o jornal *Nosso Tempo* fosse publicado por jornais como *O Globo*, nunca que as forças armadas ou o Governo iriam abrir inquérito como estão fazendo contra o jornal de vocês.

Aqueles jornais são muito fortes, têm circulação internacional, e atingem uma classe de leitores menos suscetíveis a influências em seu pensamento. Mas o de vocês (*Nosso Tempo*) atinge uma população com ideias menos estratificadas ou fixas. Então o poder de persuasão de *Nosso Tempo* é muito maior porque atinge o povo mais simples e aberto a novas ideias.<sup>125</sup>

As falas tanto do delegado como do policial servem para reforçar as acusações de tortura e da arbitrariedade do processo contra Juvêncio, como uma forma de demonstrar que dentro das instituições não havia consenso, ou seja, as arbitrariedades existiam, mas não eram todos que estavam envolvidos, e principalmente evidenciam o caráter de injustiça contra os jornalistas. Ao mencionar que representantes das instituições acusadas de abusos não concordam ou compartilham dos métodos e/ou ideologias da ditadura, os jornalistas apontam para uma possível “redenção”, ao mesmo tempo que há a crítica também aponta formas de combater a violência que teriam início com o exemplo do policial e do delegado.

Ao buscar a manifestação de instituições para combater a tortura, os jornalistas também entrevistaram o juiz Roberto Sampaio da Costa Barros da comarca de Foz do Iguaçu. Na entrevista o juiz descreve a função do juiz, promotor e do poder judiciário. Através da maneira como as perguntas são feitas e das respostas do juiz, o jornal tenta demonstrar que a justiça é um dos caminhos para acabar com a tortura. Mas a burocracia, a demora para o andamento dos inquéritos, tudo isso de certa forma incentivava a continuidade da tortura, já que, segundo o juiz era necessário denunciar, pois a justiça somente poderia agir com denúncias, mas também deveria estar embasada por provas e por testemunhas.<sup>126</sup> Durante o período da ditadura os militares tornaram-se especialistas em fazer desaparecer provas e testemunhas, ou seja, a

---

<sup>125</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 19, 15 a 21 de abril de 1981.p.2

<sup>126</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 14, 11 a 18 de março de 1981.p.6,7,8,9.

maioria dos crimes de tortura tinham continuidade por conta da política do medo imposta pelos mesmos torturadores. As vítimas, além de torturadas, eram ameaçadas. Caso denunciassem as consequências poderiam ser piores tanto para o torturado como para pessoas próximas a ele. O jornal aponta o judiciário como forma de combate a tortura, mais adiante será possível verificar no caso da prisão de Juvêncio Mazzarollo como a justiça foi usada para dar aspectos de legalidade para a censura.

O caderno *Psiu* não será o foco de nossa análise, mas vamos utilizar ele sempre que fizer referência a outras matérias e assuntos abordados sobre as temáticas aqui pesquisadas. Esse caderno é importante, pois serve como forma de sabermos a repercussão e desdobramentos de notícias e principalmente a representação que os jornalistas faziam dessas repercussões como na segunda edição, onde uma nota relata a reação das pessoas com o desenho publicado na capa da primeira edição (figura 4): “Interessante como são as pessoas. Algumas ficaram muito chocadas com o desenho que publicamos na capa de nossa primeira edição”<sup>127</sup> e prossegue: “O Engraçado dessas pessoas é que se impressionaram com um simples desenho e não se escandalizaram com as matérias que provavam a constância, a ocorrência real da tortura. O desenho não é realidade. É a realidade que choca, bem antes do desenho.”<sup>128</sup>

Ao afirmar o caráter irrefutável das provas apresentadas na primeira edição, os jornalistas evidenciam a reação que esperavam dos leitores. Além do que está contido no texto, chamamos a atenção para questões que extrapolam o que está escrito. A nota ultrapassa o limite de protesto contra quem não gostou da capa, os jornalistas estão reforçando a necessidade de que os leitores concordem com o combate à tortura.

Um texto de opinião escrito pelo advogado Antonio Vanderli Moreira, conhecido por sua militância em favor dos direitos humanos e por ter sido perseguido durante a ditadura, serve de exemplo de como os jornalistas viam a importante relação entre o jornal e os leitores, e como o engajamento por parte desses leitores era imprescindível para o entendimento das notícias:

Cabe também a nós, leitores, um papel importante na imprensa independente: colocar-nos de mente aberta, sem preconceitos nem prejulgamentos. E principalmente sabermos ler uma reportagem, assimilando seus precisos termos, e suas reais conotações, sem atribuir ao autor ilações que não foram por ele tiradas. Exemplificando: Se o jornal representa a informação e reflexão do tema da tortura, da violência policial, ele pode estar condenando o desrespeito para com a pessoa humana por quem tem o dever funcional de defender sua integridade.<sup>129</sup>

---

<sup>127</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 2, 10 a 17 dezembro de 1980. p. 3

<sup>128</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 2, 10 a 17 dezembro de 1980. p. 3

<sup>129</sup> MOREIRA, Antonio Vanderli. Opinião. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 10, 11 a 18 de fevereiro de 1981.p. 17

Mesmo o texto de opinião sendo de uma pessoa externa aos trabalhos dos jornalistas, o ato de publicar o texto denota concordância. Essa era a reação que os editores esperavam quando publicavam as notícias. No final do texto Vanderli ainda reafirma que o jornal reproduz as palavras de depoentes como ocorreram na entrevista, e que o fato de publicar a entrevista de um preso não diz necessariamente que o jornal concorda com os crimes ou apoia os criminosos, assim como faz uma comparação com políticos que também mentem. Mas que a publicação de entrevistas dos mesmos não é necessariamente um apoio ou concordância com o que foi dito.

Outro elemento que contribuiu para a construção da empatia está relacionado ao crime de tortura e a representação que os jornalistas faziam dos policiais nas páginas do jornal, afinal a polícia como órgão de proteção não poderia ser acusada sem prova, incorrendo o risco de gerar atritos contra um órgão protegido pelo governo e visto como protetor por uma parcela da sociedade. Nesse sentido enfatizavam a imagem de polícia violenta, e isso passava diretamente pela necessidade de um alinhamento entre a mensagem que o jornal estava tentando passar e como os leitores receberiam: “Os diversos setores da sociedade, pois, mostraram-se mais preocupados com os arranhões sofridos pela polícia através da imprensa do que com os sofridos pelos infelizes que caem em suas mãos cheias de instrumentos de suplício.”<sup>130</sup>. A dicotomia entre torturador e torturado é uma das formas dessa construção, o preso não tem escolha, está nas mãos das autoridades, mas o caso do policial, ele detém o poder de decidir, é ele quem representa o Estado e os interrogatórios desses presos estavam ligados unicamente à decisão dele.

Um exemplo de associação entre tortura e os órgãos policiais é a matéria de capa da edição 12, quando a violência está representada em letras maiúsculas na matéria principal da capa: “Polícia mata mais um”<sup>131</sup>. O destaque do texto é reforçado pelo simbolismo das letras na cor vermelha e a reprodução do desenho da primeira edição de uma pessoa sendo torturada. Os elementos gráficos da capa possuem importante interligação entre si, e evidenciam a continuidade que jornal queria traçar demonstrando que o crime de tortura não era algo esporádico, e sim uma conduta comum da polícia.

O editorial da mesma edição com o título “*A justiça desafiada pela polícia*”, é uma forma de colocar que não era o jornal quem estaria criticando a polícia diretamente. Para isso os jornalistas realizam uma espécie de retrospectiva de fatos abordados em outras edições,

---

<sup>130</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 5, 07 de janeiro de 1981. p. 2

<sup>131</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 12, 25 de fevereiro a 04 de março de 1983. p.1

principalmente as entrevistas de personalidades da justiça, política e religião, para salientar que a tortura era um crime condenado por todos. É importante destacar como os jornalistas trabalham a questão argumentativa tendo por base uma linha editorial criada em outras edições: estar amparado por diferentes setores da sociedade para que a crítica pudesse ser mais incisiva. Ao mesmo tempo que a fala desses representantes servia de apoio, a crítica ainda estreitaria a relação entre leitor e o combate da tortura, passando pela empatia que os leitores nutririam por essas instituições e lideranças da sociedade civil.

Depoimentos de várias personalidades mais representativas de Foz do Iguaçu, veiculadas por *Nosso Tempo*, manifestaram todo o repúdio à violência injustificável dos policiais. Agora, num gesto de prepotência e de desafio ao pensamento das lideranças e da população, os policiais selvagens atacam novamente.<sup>132</sup>

Ao representar os policiais como “selvagens”, os jornalistas traçam um panorama na forma de agir dos aparelhos de segurança, o que fez a ditadura deixar traços profundos, estruturas que se transformaram e derivaram em outras. As ideologias ESG enraizadas nos interrogatórios e nas salas fechadas onde os presos continuavam sem direitos em um período de abertura. Nesse sentido descrevem a função dos órgãos de segurança:

A polícia e todos os órgãos de “segurança” não precisam mais explicar que sua função é pôr medo na população, convencidos de que o respeito às leis não nasce de uma formação ética mas do medo que a lei e seus guardiães conseguem impor ao cidadão. Segundo este critério, o respeito às leis e às autoridades termina no momento em que acaba o medo. O cidadão não encara os órgãos de segurança como órgãos de segurança, e sim como um perigo. Nessa linha, a convicção política é a de que quanto mais medo inculcar na população maior será o seu grau de eficiência no combate ao crime.<sup>133</sup>

Ao mencionar que a população estava com medo das forças de segurança os jornalistas descrevem o comportamento que a população sente, e deveria sentir frente a esses casos, que a polícia não passava “segurança” e sim o sentimento de medo de não saber o que poderia acontecer, ser preso sem motivação, agredido e interrogado sem direitos. Como o jornal denunciava diversas questões não podemos afirmar que houve somente um motivo que culminou no processo contra os jornalistas, como veremos a seguir, mas destacamos uma charge que nos permite inferir como as denúncias de tortura podem ser consideradas um dos muitos motivos que incomodaram as autoridades.

---

<sup>132</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 12, 25 de fevereiro a 04 de março de 1983. p.1

<sup>133</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 24, 27 de maio a 06 de junho de 1981.p.2

**Figura 8-** Charge reabertura



FONTE: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 32, 30 setembro a 06 de outubro de 1981. p.15.

Após a edição 31 o jornal parou de circular por 2 meses, para reorganização do parque gráfico e questões internas do jornal. A charge do cartunista Heitor<sup>134</sup> (figura 8) destacada é da edição 32 comemorando o retorno do jornal, mas a convergência de situações no ato dessa publicação nos permite construir diversos sentidos. O primeiro ponto de destaque é com relação às denúncias que o jornal fez nas edições anteriores sobre tortura e violência policial. Na charge há a representação de dois policiais segurando cassetetes, um deles faz menção de agredir quem representa o jornal apontando para a palavra REABERTURA, que faz uma analogia tanto com o retorno das publicações do jornal como o processo de ABERTURA que o país estava inserido. Isso ainda aliado à questão de que os jornalistas estavam sofrendo um processo na justiça militar. Quem representa o jornal afirma “Estamos felizes em estar com vocês novamente”, o duplo sentido da frase pode demonstrar que estão felizes em ver os policiais, mas logo abaixo está escrito “novamente com povo” representado por uma pessoa lendo um jornal. Cabe destacar que o leitor não está olhando para o jornal, e sim diretamente para cena do processo de “reabertura” do jornal, denotando o sentido de que os jornalistas eram censurados e sofriam ameaças. A construção de sentido coloca a continuidade dos jornalistas denunciando e enfrentando as autoridades.

A charge é importante para a construção de sentido na relação entre as denúncias de tortura e o processo que os jornalistas sofreram com base na LSN e a posterior condenação de Juvêncio Mazzarollo. É possível encontrar relação direta entre as denúncias e o processo, seja

---

<sup>134</sup> Francisco Heitor Fernandez é um jornalista nascido em Foz do Iguaçu, que trabalhou como jornalista e cartunista no jornal *Nosso Tempo* na década de 1980.

na forma como o processo foi conduzido, ou nas associações feitas diretamente pelo jornal como na edição 38, onde é explicado o que motivou o processo:

Em resumo, para esclarecer a opinião pública os 3 estão sendo processados porque cobraram as autoridades “constituídas” a punição para torturadores da fase mais brutal da ditadura. As matérias foram publicadas por *Nosso Tempo*. Os resultados atingiram o inverso do que seria justo. Os torturadores continuam impunes, enquanto os que reclamaram justiça estão sujeitos a receberem uma condenação de 6 meses a 2 anos de reclusão – porque teriam “indisposto a população contra autoridades constituídas.”<sup>135</sup>

Como veremos a seguir o jornal sofreu intensa censura por parte dos tribunais militares. O processo foi utilizado como forma de frear as denúncias e mudar a linha editorial sob pena de prisão e possível fechamento do *Nosso Tempo*. No ano de 1982 o jornal acabou tendo que reduzir a sua frequência de publicações, por conta de questões financeiras. O editorial da edição 43 menciona que o grupo de empresários que apoiou a reabertura do jornal acabou desistindo.

Não fica claro o que realmente motivou essa redução, mas pelo momento que o jornal estava passando é possível inferir que o processo que os jornalistas estavam sofrendo com base na LSN, e aumento da acidez nos tons das críticas, acabou por dispersar os investidores. O lucro não estava sendo tão significativo, mas também evidenciou o temor de alguns de ter a sua imagem associada aos três jornalistas processados e também sofrerem algum tipo de represália. “Lamentavelmente, os empresários não tiveram toda coragem necessária para executar o projeto.”<sup>136</sup> Por conta dessas questões o jornal passou a ser publicado quinzenalmente, independente do lucro os jornalistas continuariam firmes na tarefa de denunciar e resistir as censuras e tentativas de enfraquecimento do *Nosso Tempo*.

### **3.2- O discurso religioso e a prisão de Juvêncio Mazzarollo**

A igreja católica tem um importante papel durante a ditadura. Se durante o início da década de 1960 alguns movimentos religiosos apoiaram a ditadura, com a intensificação da repressão, torturas e cerceamento de direitos, há uma mudança de direção e a igreja tendeu a ficar mais próximos dos fiéis defendendo seus direitos. Como afirma Lowy:

---

<sup>135</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 38, 11 de novembro a 18 de novembro de 1981.p. 2.

<sup>136</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 43, 26 de fevereiro de 1982.p.2

A ditadura militar estabelecida em 1964. Ao fechar progressivamente todos os canais institucionais para a expressão do protesto popular (particularmente depois de 1968), o regime militar acabou por transformar a Igreja no último reduto da oposição. Os movimentos populares se envolveram em vastos números com a Igreja e ajudaram a “convertê-la” à causa da libertação dos pobres. Ao mesmo tempo, a repressão brutal dos setores radicais da Igreja por parte dos militares, forçou a instituição como um todo a reagir, criando uma dinâmica de conflito permanente entre o Estado e a Igreja.<sup>137</sup>

Nesse contexto surge a Teologia da Libertação, movimento esse que se espalhou pela América Latina e buscava ajudar a população carente na busca por direitos. Boff menciona que o movimento visava atingir diversas esferas além do religioso:

Constitui-se como um momento de um processo maior e de uma tomada de consciência característica dos povos latino-americanos. A pobreza generalizada, a marginalidade e o contexto histórico de dominação irromperam agudamente na consciência coletiva e produziu uma virada histórica. Dessa consciência nova que impregnou todo o continente, nas ciências sociais, na educação, na psicologia, na medicina, nas comunicações sociais, participa também a existência cristã, que repercute na reflexão teológica.<sup>138</sup>

No jornal *Nosso Tempo* os conceitos da Teologia da Libertação estão presentes em diversos assuntos e edições, principalmente no que está relacionado à busca dos direitos da população carente. As matérias que noticiavam crianças passando fome, as dificuldades que indígenas estavam enfrentando com a perda de território, e principalmente as torturas praticadas pela polícia. Havia uma forte relação entre religião e direitos humanos. Tendo por base esse alinhamento é possível inferir que a construção da empatia entre o público jornal e a igreja também passaria por essa relação permeada pelo religioso. Nos objetivos do jornal é possível identificar os conceitos da Teologia da Libertação:

Este jornal buscou, através de suas páginas, retratar a vida nas favelas que engrossam a periferia; colocar em discussão os loteamentos irregulares existentes em nossa cidade; divulgar as exigências e medidas do Movimento Justiça e Terra e da Itaipu Binacional que discutem o preço justo a serem indenizadas as terras que serão inundadas pelo reservatório da hidrelétrica.<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> LOWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina* / Michael Löwy. – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo : Expressão Popular, 2016.p.155-156.

<sup>138</sup> BOFF, Leonardo. *Teologia do Cativo e da Libertação*. Petrópolis, 1980. p. 29.

<sup>139</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 20, 29 de abril a 05 de maio de 1981.p. 2.

As notícias eram carregadas de religiosidade, bem como os espaços cedidos no jornal para representantes da igreja. É um discurso essencialmente cristão, em alguns momentos há matérias sobre outras religiões<sup>140</sup>, mas não denotam uma influência nas notícias e linha editorial do *Nosso Tempo*.

O apelo do Bispo Dom Olívio A. Fazza de Foz do Iguaçu, divulgado pelo jornal após a prisão de Juvêncio, reafirma a proximidade com a população carente:

A nossos diocesanos julgamos de justiça esclarecer que JUVÊNIO é um leigo profundamente preocupado com os pobres, com os marginalizados, com os agricultores sem terra e inconformados com a lamentável e generalizada CORRUPÇÃO REINANTE. Fiel a sua consciência, tem ele levantado sua voz de protesto contra todos os abusos da sociedade atual. Acreditamos ser um direito de todo cidadão manifestar livremente seu pensamento.<sup>141</sup>

O bispo como representante da igreja tanto defende Juvêncio como insere importantes questões comuns aos direitos humanos básicos. Ao afirmar a liberdade de expressão, está construindo um vínculo entre igreja/público/jornal. Em contrapartida o jornal reforça sua posição frente à sociedade ao ter sua imagem associada e defendida pelo mais alto representante da igreja católica.

A edição de natal de 1980 é um exemplo da presença marcante da religião nas publicações. No editorial a mensagem de natal inicia relatando as diversas críticas que *Nosso Tempo* recebeu, “injustas” na opinião dos jornalistas. É possível destacar dois elementos no texto: o primeiro é quando os jornalistas se colocam na categoria de injustiçados e que seriam vítimas de uma trama de pessoas que viam no jornal uma ameaça, ou seja, se colocam na mesma categoria dos torturados e pessoas que sofriam injustiças diariamente. O segundo elemento complementa o primeiro que é a religiosidade. Ao mencionar que:

Se Cristo é tão importante como querem fazê-lo no Natal, porque não incluem na prática da vida, da sociedade, as suas ideias? De outra forma, o que há para celebrar? A coerência dos homens está tão arruinada que, para celebrar o nascimento de um Deus Salvador, julgam ser suficiente comprar um anel à namorada.<sup>142</sup>

---

<sup>140</sup> No que tange sobre religiões afro-brasileira há representações controversas e conservadoras ao representar símbolos e costumes que divergem da cultura cristã. Um exemplo é a utilização das palavras “Sarava” e “Macumba” de forma pejorativa.

<sup>141</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 55, 29 de outubro de 1982. p.2

<sup>142</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 4, 24 a 31 dezembro de 1980. p.2

Na religião católica Cristo é o protetor dos fracos e o salvador da humanidade. Ao colocar-se como injustiçado, podemos inferir que há uma construção de sentido, o jornal faz uma representação de si próprio como próximo das pessoas por compartilhar das injustiças, ao mesmo tempo que se coloca como defensor dos direitos desses fracos. A religiosidade atravessa esse duplo sentido, pois em uma sociedade essencialmente católica a crítica carregada de sentido religioso seria bem vista pelos fiéis.

Outro ponto de destaque da Teologia da Libertação é a figura de Cristo como representação mais próxima da humanidade, já que ele foi enviado para o mundo como humano e sofria como as demais pessoas. Assim, podemos deduzir que a utilização da figura de Jesus no jornal *Nosso Tempo* associada inclusive com o martírio sofrido por Juvêncio, tinha forte relação com a Teologia da Libertação e os Direitos Humanos como afirma Strelhow ao trabalhar conceitos trazidos por Leonardo Boff:

Assim, o encontro do povo sofrido da América Latina com o Cristo revelado no texto bíblico se dá no Nazareno, um homem simples e marginalizado, considerado de um lugar desprezível. A vida do povo latino-americano se encontra na vida de Jesus Cristo marcada pela pobreza e pela discriminação social. O Cristo é a realização do Reino de Deus, mas não em sua plenitude. Ele se encontra no outro e na outra e dali se esvaziava totalmente e se realizava perfeitamente. É no encontro com Aquele que se movimenta contrariamente aos modos de sua época, que traz para sua mesa as pessoas pecadoras e impuras, vai à busca das pessoas que estão abandonadas à margem, que a pessoa pobre da América Latina tem a possibilidade de vislumbrar uma realidade mais justa.<sup>143</sup>

Ainda na edição de natal há uma mensagem do bispo Dom Olívio Fazza. O trecho que destacamos está relacionado ao que foi abordado no editorial: “Como explicar que depois de quase dois mil anos depois de seu nascimento, a humanidade se vê oprimida por injustiças, opressões, torturas, fome, guerra?”<sup>144</sup>. Ao falar de Jesus o bispo traz o exemplo para o período de 1980. Chamamos a atenção para o alinhamento entre o discurso do jornal e o do representante da igreja, como há uma interligação de sentido. Esses elementos são inseridos aos poucos, no editorial o jornal afirma ser injustiçado por conta das denúncias que estava publicando, e convoca a imagem de Jesus que estaria ao lado dos fracos. A mensagem do bispo segue na

---

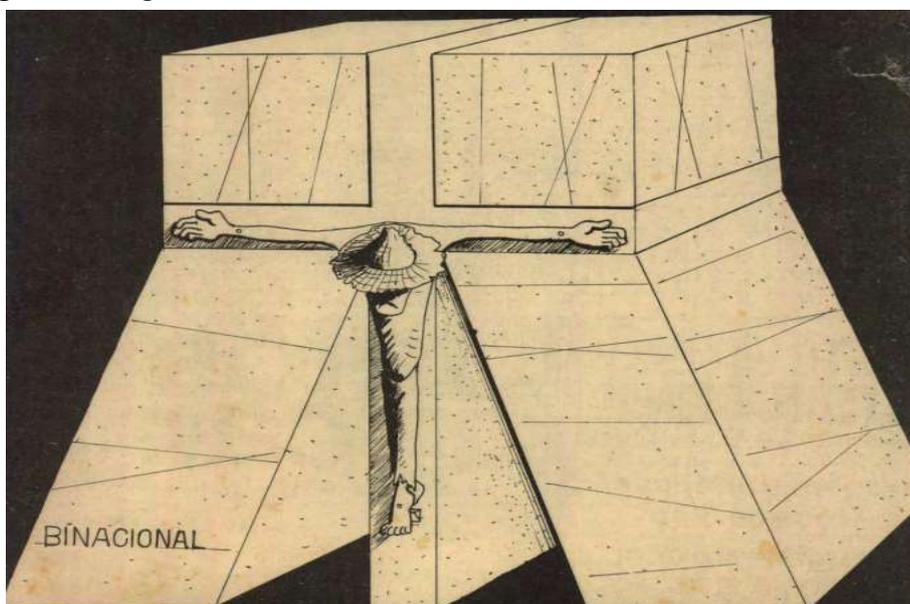
<sup>143</sup> STRELHOW, Thyeles Borcarte. Teologia da Libertação e Direitos Humanos: aproximações. IN: [Anais do] IV Congresso da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciência da Religião: “o futuro das religiões no Brasil”/[organizadores Gilbráz S. Aragão, Newton Darwin A. Cabral]. - São Paulo: ANPTECRE, 2013. P.758-759.

<sup>144</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 4, 24 a 31 dezembro de 1980. p.9

mesma linha da injustiça, reafirmando o combate à tortura, a defesa do ser humano, demonstrando que deveriam ter uma conduta como a de Jesus.

Na mesma edição há um texto de opinião de Juvêncio que salienta a necessidade de a igreja estar envolvida no ambiente político, ela não poderia ficar neutra, nem se omitir de posicionar-se ao lado dos mais fracos, no caso os torturados e pessoas desprovidas socialmente de direitos básicos, os injustiçados. “Na verdade, os que condenam a atuação da igreja junto às lutas do povo por sua libertação. Os que excomungam os defensores dos fracos não estão exorcizando a participação política da igreja, mas estão defendendo os exploradores, os dominadores.”<sup>145</sup> O jornal também assume como missão evidenciar a imagem de uma igreja mais humana, preocupada com as questões sociais.

**Figura 9** – Agricultor Crucificado



FONTE: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 17, 01 a 07 de abril de 1981.p.20

Na charge da figura 9 há a representação de uma pessoa sendo crucificada no símbolo da usina de Itaipu. O chapéu na cabeça nos permite inferir que é um trabalhador rural, representando os expropriados por Itaipu que iriam perder suas terras por conta da formação do lago. Diferente da crucificação de Jesus que olhava a multidão e o céu em alguns momentos, o trabalhador não tem rosto, sendo possível analisar que ele representava todos os atingidos pela construção da usina, a cabeça baixa representa a impotência por perder suas terras. O trabalhador cansado tem seus pulsos pregados na barragem, que antes de correr água teve o sangue e os sonhos de famílias sedimentados pelo concreto. A charge é uma crítica a negociação

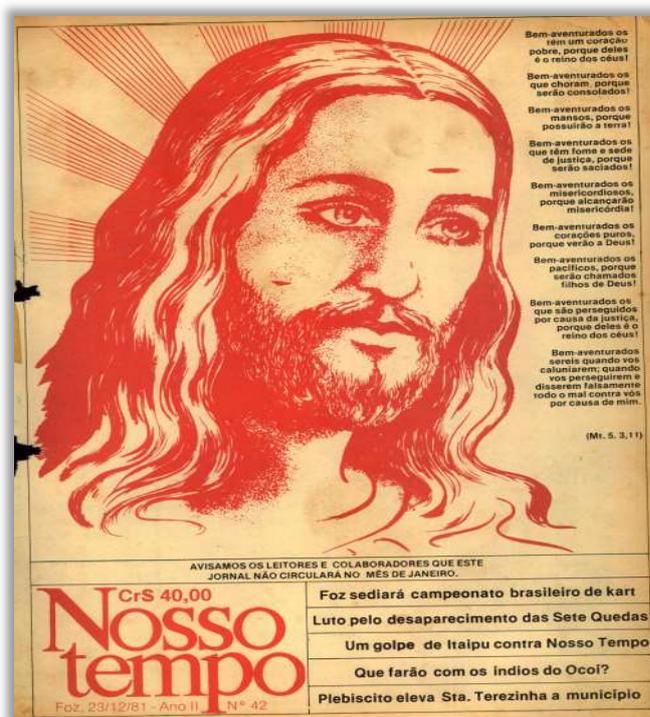
---

<sup>145</sup>MAZZAROLLO, Juvêncio. *Os padres e a Política*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 4, 24 a 31 dezembro de 1980.p.23

das indenizações que em alguns casos o preço pago não era justo, nem estava levando em conta as perdas afetivas relacionadas a ligação das pessoas com suas casas.

Ao representar um trabalhador crucificado os jornalistas trazem um elemento religioso associado à uma reivindicação de agricultores que estavam perdendo suas terras. O agricultor crucificado traz uma imagem de injustiçado, assim como Jesus foi crucificado pelos pecados da humanidade, o agricultor quem estava pagando pela necessidade do “progresso” de gerar mais energia. A empatia está relacionada a identificação do público com Jesus e consequentemente ao agricultor.

**Figura 10** – Capa da Edição 42



FONTE: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 42, 23 de dezembro de 1981.p.1

A questão religiosa é algo tão presente que na edição 42 (figura 10) do natal de 1981 traz na capa a figura de Jesus acompanhada de uma citação de um trecho da bíblia, o que reafirma a interligação de sentido entre o discurso do jornal e a igreja católica.

Em outras edições também há associação das lutas dos jornalistas com o mesmo papel desempenhado por Jesus, que seria o de estar do lado dos fracos:

Convencidos da inocência de JUVÊNIO pois o mesmo, a exemplo de Cristo, sempre lutou em favor do povo injustiçado e oprimido. A perseguição contra a Ação Pastoral de Igreja nos últimos tempos, evidenciada, agora em nossa Diocese, por mais este fato lamentável, leva-nos a exigir a revogação desta

Lei iníqua e a imediata absolvição de JUVÊNCIO, para que o mesmo possa continuar a colaborar na construção de uma sociedade mais justa e fraterna.<sup>146</sup>

O trecho destacado é uma manifestação de apoio das comunidades da Paróquia de Medianeira contra a prisão de Juvêncio. Três pontos chamam a atenção: o primeiro é a associação da imagem do jornalista preso com a de Jesus, ao evidenciar essa identificação a prisão do jornalista torna-se ainda mais arbitrária, principalmente quando está associada a uma pessoa que luta em favor do “povo injustiçado e oprimido.”. O segundo ponto é como essas comunidades podem representar uma parcela dos leitores do jornal. O terceiro ponto é como o jornal dá destaque para manifestações que remetem ao religioso, já que os textos são selecionados e os jornalistas poderiam escolher outros textos de apoio, o que reafirma a importância de textos que convergiam com a linha editorial.

É possível encontrar em outras edições a imagem do jornalista associada à de Jesus, como quando foi entrevistado pelo jornalista do *Nosso Tempo*, após a sua segunda condenação que aumentou sua pena de 2 para 4 anos. Ao ser questionado do porque acredita ser uma honra estar preso Juvêncio respondeu:

Quando você está preso por motivos pelos quais eu estou preso, isto é, quando você é castigado por cumprir o seu dever. Olha, se Cristo estivesse aqui hoje e dissesse o que dizia contra os fariseus, também seria condenado pela LSN. Cristo usou também uma arma da palavra. Se eles estivesse aqui e chamasse os governantes de “raça de víboras”, como chamou os fariseus, ele estaria aqui comigo. Mas eu estou no lugar dele. Estou preso por causa da palavra do pensamento.<sup>147</sup>

A prisão de Juvêncio Mazzarollo fortaleceu a ligação entre o jornal e o público, já que nos primeiros dois anos do jornal o destaque é intenso para os casos de tortura e abusos contra a população de Foz. As notícias e artigos de opinião ampliaram o campo de críticas dos jornalistas, criando descontentamento em outras instituições além da polícia, como judiciário, políticos e os militares que ainda possuíam forte atuação na cidade por conta de ser área de Segurança Nacional. Se o jornal começou denunciando crimes de tortura nas delegacias, utilizando um discurso com cunho religioso, na prisão de Juvêncio esse discurso religioso ganhou mais força e inseriu o jornal definitivamente no cotidiano da sociedade de Foz do Iguaçu na década de 1980.

---

<sup>146</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 55, 29 de outubro de 1982. p.2

<sup>147</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. Quem quiser lambear coturno que o faça, eu não. *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 91, 21 a 28 de outubro de 1983. p.12.

Alguns dos termos utilizados por Juvêncio nos seus textos remetiam a uma formação religiosa, e intensificava essa relação entre sua condição de preso e o martírio sofrido por Jesus. Um exemplo é a carta assinada por Juvêncio que o jornal *Nosso Tempo* publica ao noticiar a segunda greve de fome em março de 1984. “O jejum é para ser libertado, e o sacrifício o dedico aos que passam fome e toda sorte de dificuldades por força da crueldade de estruturas políticas, econômicas e sociais as mais perversas.”<sup>148</sup> Ao utilizar a palavra “jejum”, para nomear sua greve de fome, o jornalista estaria fazendo um “sacrifício” tanto em nome da sua libertação como também em nome das pessoas que passam dificuldades. O sacrifício é um elemento muito presente nas cerimônias da igreja católica, representando o sacrifício de Cristo ao ser pregado na cruz pelos pecados da humanidade. Nesse sentido a afirmação de Veiga sobre martírio corrobora para a definição da prisão de Juvêncio como uma forma de martírio:

O martírio, sob o ponto de vista das comunidades, é a testificação da autenticidade de determinados valores e ainda, a sua mais autêntica espiritualidade, marcada, sobretudo, pela luta.

O martírio é resultado direto de uma ação acompanhada de conflito, fruto de uma contravenção ou prática proibida. A imagem de Jesus nos subsídios das Cebis é a de um homem que, embora não buscasse diretamente o conflito, ele o provocava, e por isso, sofria as consequências.<sup>149</sup>

A menção da imagem de Jesus pregada pelas Comunidades eclesiais de base nos permite realizar algumas aproximações. No caso do Juvêncio, desde as primeiras publicações, os jornalistas pregavam os valores de defender os direitos dos injustiçados, e a luta tanto contra a tortura denunciada no *Nosso Tempo*, como pelas questões sociais que não tinham atenção do governo. Embora os jornalistas afirmassem não buscar o conflito, eles denunciavam os responsáveis, faziam cobranças enérgicas com críticas e sofriam as consequências, no caso o processo sofrido por todos, e a prisão de Juvêncio.

Como o jornal seguia uma linha de contestação, começaram a ocorrer ameaças e atritos com alguns setores descontentes com os rumos que o jornal estaria tomando, e principalmente porque estaria influenciando na consciência política da população. Não é possível afirmar que o processo que o jornal e os jornalistas sofreram com base na Lei de Segurança Nacional teve uma única motivação, já que o jornal colecionou tantos desafetos que, na opinião dos

---

<sup>148</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 112, 30 de março a 6 de abril de 1984. p.20.

<sup>149</sup> VEIGA, Alfredo Cesar da. *Teologia da Libertação: nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p.224. doi:10.11606/T.8.2009.tde-03022010-121123. Acesso em: 2017-05-03.

jornalistas, a menor palavra já era alvo de ameaças e protestos. Mas um fato em específico foi um dos que fizeram o jornal ser perseguido e processado. Na edição de número 16 o editorial traz um relato de uma suposta “armadilha” feita por um Juiz e um Coronel do exército. No referido caso Juvêncio Mazzarollo foi convidado para uma reunião “comunitária”, no 34º batalhão do exército onde estavam o prefeito Clóvis Vianna, o coronel João Guilherme da Costa Lebre e o juiz João Kopytosky.

O encontro foi relatado no editorial, pelos jornalistas como uma ameaça ao jornal. O Coronel Costa Labre disse que aceitava oposição, mas que o governo e as forças armadas não aceitariam provocações do jornal. “Citou artigos do jornal, inclusive um que foi assinado pelo próprio diretor, e acusou o trabalho do semanário iguaçuense de baixo nível. Fez questão de frisar que estava fazendo uma advertência formal...”<sup>150</sup> Importante destacar que o jornalista se coloca como sendo vítima de uma “armadilha”: “Quando Juvêncio pensava em dizer algo, era prontamente impedido, sob explicação de que ele estava lá para ouvir e não ser ouvido.”<sup>151</sup> O coronel ainda afirmava que a presença do prefeito e juiz seria somente para servirem de testemunhas, mas o sentido é mais amplo, é uma ameaça em diversas instâncias e instituições, já que dentre muitas testemunhas possíveis, o coronel resolve convidar justamente duas pessoas notadamente criticadas pelo semanário. Nas edições seguintes, os jornalistas utilizariam essa intimidação para aprofundar as críticas.

A repercussão das notícias serviam para demonstrar o quanto os jornalistas estavam incomodando os representantes da cidade: “A farsa da “reunião comunitária”, promovida pelo comandante do Batalhão do Exército de Foz do Iguaçu no dia 22 de março para intimidar a livre imprensa praticada por *Nosso Tempo* vem obtendo grande repercussão pelo seu caráter sórdido.”<sup>152</sup> Se em um primeiro momento a notícia em si não causava tanto impacto, ao afirmar o apoio de outros veículos de comunicação o jornal traz novos significados, quando demonstra que o jornal *O Estado de São Paulo* publicou notícia a respeito da “reunião”.

Ao incorporar trechos dessas matérias de jornais de repercussão nacional, associado com palavras do editorial, os jornalistas reforçam a representação que queriam dar para o encontro: intimidar e ameaçar, conceitos amplamente difundidos durante a ditadura. Cabe destacar ainda que na mesma página os jornalistas publicaram uma nota de apoio da OAB, apoio de políticos da esfera estadual e federal e por último um texto de opinião dos editores.

---

<sup>150</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 16, 25 de março a 01 de abril de 1981. p.2

<sup>151</sup> *Ibid.* p. 2

<sup>152</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu nº 17, 1 a 07 de abril de 1981. p.2

Na edição de número 18 é noticiado o depoimento na polícia federal de Juvêncio. O exército moveu um inquérito policial baseado na LSN contra os jornalistas, em grande parte por conta das publicações das edições 16 e 17. Na edição 17, no caderno *Psiu*, a repercussão da reunião na cidade de Foz foi o grande tema: “O que teve de gente (e grande!) na cidade, condenando aquilo, nossa! Com isso Nosso Tempo subiu lá em cima no moral e na moral.”<sup>153</sup> Na visão dos jornalistas o objetivo de denunciar a reunião foi alcançado, pois havia apoio popular. Na sequência há mais três notas que fazem críticas às 3 principais figuras que estavam presentes na reunião.

Sobre o Coronel Labre:

O Batalhão do Exército em Foz é uma das mais fortes guarnições militares do Paraná. Não é justo que seu comando fique entregue a um mentiroso – que convida o diretor de um jornal muito lido para uma reunião comunitária no quartel, e, de fato, tem na ordem do dia uma ladainha de insultos contra pessoa do “convidado” e contra o órgão de imprensa em que trabalha.

Sobre o juiz Kopytowski:

Jamais um juiz de comarca pode se expor ao ridículo com tanta frequência. O dr. João Kopytowski já cansou a cidade.

Sobre o prefeito Cunha Vianna:

As pessoas que o respeitam ficaram decepcionadas ao conhecer a presença de um prefeito nomeado para uma área de segurança nacional participando de uma cena tão grotesca e infantil.<sup>154</sup>

O jornal fala em nome das necessidades do povo, em algumas falas não é possível separar o jornal do público, a representação é a de que já não seriam mais jornalistas falando de assuntos de sua escolha, mas sim de um jornal do povo. Não são mais os jornalistas quem criticam, e sim a sociedade, isso é possível constatar nos trechos destacados acima: “insultos contra a pessoa”, “jamais um juiz” e “as pessoas que o respeitam”, denotam a tentativa de distanciamento no discurso dos jornalistas é intencional e demarca a necessidade de o jornal inserir a sociedade no seu discurso, como forma de apoio. Nesse sentido a empatia ocorre de forma inconsciente, o público e o jornal compartilhariam dos mesmos códigos ao entenderem que a conduta do juiz, prefeito e coronel serviram como maneira de intimidar o jornal *Nosso Tempo*.

---

<sup>153</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu nº 17, 1 a 07 de abril de 1981. p. 4

<sup>154</sup> *Ibid.* p.4

É importante salientar como os jornalistas repercutem os desdobramentos da reunião em que o jornalista foi intimidado. A capa da edição 18 tem os seguintes dizeres “*Querem silenciar este jornal*” destacados em caixa alta e letras vermelhas. Na página 2 da mesma edição o título do editorial relacionado à capa “*As pressões são gravíssimas*”, onde é feito o relato da intimação para o diretor do jornal Juvêncio Mazzarollo, e os editores Aluizio Palmar e João Adelino de Souza. Após um breve relato sobre o que aconteceu na sede da Polícia Federal os jornalistas tecem vários comentários a respeito do que motivou os processos com base na LSN. Segundo os jornalistas: “Está mais do que claro que é a postura independente e crítica do jornal a razão de toda a perseguição.”<sup>155</sup> O texto do editorial tenta construir um sentido de “verdade” de que se as publicações estariam incomodando as autoridades e chegou a gerar um processo, é porque em algum momento as notícias realmente teria embasamento. Utilizando elementos trazidos pelo próprio inquérito, o editorial é produzido de forma a criticar a conduta dos acusadores, ao mesmo tempo que constrói uma identificação entre o público e o caso denunciado.

Se sufocarem este jornal, não sufocarão apenas os seus editores e seu trabalho, mas estarão cometendo uma violência contra a população que lê **Nosso Tempo** e que preza a democracia e a liberdade de imprensa e de expressão de acordo com o dispositivo constitucional. Juvêncio Mazzarollo, João Adelino de Souza e Aluizio Palmar estão dispostos a suportar os sacrifícios que ora lhe estão sendo impostos e outros mais a que forem submetidos para defenderem seu direito de dizerem o que pensam e o que entendem na interpretação da realidade local, regional e nacional.

A fase de interrogatórios também foi alvo de críticas por parte dos jornalistas. As perguntas feitas demonstram que havia determinado desconforto por parte de alguns setores dirigentes da cidade. Críticas contra política, contra a tortura para obter confissão e intimidar prisioneiros e alguns juízes motivaram a “reunião comunitária” como forma de intimidar o jornal. Como não surtiu efeito e ainda foi intensamente criticada nas semanas seguintes os jornalistas foram processados.

As perguntas feitas pelo delegado aos três jornalistas de forma geral teriam sido: “Porque vocês atacam constantemente as forças armadas? ”, “Se existia alguma organização criminosa por trás do jornal? ”, “Como o jornal se mantinha?”, “O que os jornalistas tinham contra o comandante do exército?”. No final do interrogatório de Juvêncio Mazzarollo o delegado teria aconselhado: “- Olha Juvêncio, independente desse inquérito, gostaria de dizer que é melhor vocês deixarem de atacar o governo e as Forças Armadas.”<sup>156</sup> As perguntas e o

---

<sup>155</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu nº 18 8 a 15 de abril de 1981. p.2(Grifo do Autor).

<sup>156</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 19 15 a 22 de abril de 1981. p.2

conselho do delegado denotam ameaças diretas e indiretas contra as publicações do jornal e que as críticas não estavam sendo bem recebidas pelos militares.

O inquérito contra os jornalistas foi encaminhado para a Justiça militar no mês de junho de 1981, e foi alvo do editorial da edição 27. Interessante destacar que o texto começa sobre um diálogo que Juvêncio Mazzarollo teria mantido com o delegado responsável pela investigação em um restaurante da cidade, onde o mesmo teria reclamado sobre a repercussão que os jornalistas estavam dando para o processo. O artigo termina afirmando:

O artigo 14 da LSN, invocado para nos penalizar por termos apenas lidado com a verdade, prevê pena de seis meses a dois anos de prisão para quem veicular notícias falsas ou tendenciosas indispondo a população contra autoridade constituídas.

A única coisa que Nosso Tempo tem a dizer do seu quase selado enquadramento é que, se as matérias divulgadas neste jornal algum vez indispueram a população contra autoridades constituídas, não foi, em absoluto, porque as notícias eram falsas ou tendenciosas, mas apenas porque eram verdadeiras. Se alguma autoridade ficou mal perante a população por causa das notícias, não é culpa do jornal, mas das próprias autoridades, que não tiveram inteligência e sensatez para evitar as notícias – plenamente verdadeiras na forma como foram publicadas.<sup>157</sup>

Antes mesmo da condenação de Juvêncio há uma intensiva campanha para que todos os jornalistas fossem absolvidos, o artigo de opinião é um exemplo de como os editores ficariam irredutíveis diante das ameaças diretas e indiretas sofridas constantemente. Cabe destacar como há respostas imediatas das autoridades baseadas nas publicações que o jornal estava fazendo, principalmente após o segundo semestre de 1981. Conforme os jornalistas intensificavam as críticas o processo ganhava novos rumos e alcançava instâncias superiores, ou seja, o processo passaria a ser utilizado como instrumento de censura pelos militares.

Um exemplo de como o processo contra os jornalistas estava sendo utilizado para intimidar e censurar críticas contra autoridades da cidade é a aceitação pela justiça militar da denúncia com base no artigo 14 da LSN, e ainda no caso de Juvêncio Mazzarollo acrescentaram os artigos 33, 36 e 42 da mesma lei. Caso fosse condenado a pena prevista poderia chegar a 20 ano de prisão. Cabe destacar os artigos para compreender o que estava motivando o processo contra o jornalista:

Art. 33 - Ofender a honra ou a dignidade do Presidente ou do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados

---

<sup>157</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 27, 24 de junho a 01 julho e 1981.p. 2

ou do Supremo Tribunal Federal, de Ministros de Estado e de Governadores de Estado, do Distrito Federal ou de Territórios.

Art. 36 - Incitar:

I - à guerra ou à subversão da ordem político-social;

II - à desobediência coletiva às leis;

III - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;

IV - à luta pela violência entre as classes sociais;

V - à paralisação de serviços públicos, ou atividades essenciais;

VI - ao ódio ou à discriminação racial.

Art. 42 - Fazer propaganda subversiva:

I - utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;

II - aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III - realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata;

IV - realizando greve proibida;

V - injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário, em razão de suas atribuições;

VI - manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores.<sup>158</sup>

Os demais jornalistas poderiam ser condenados a 2 anos de prisão. Os 3 artigos merecem destaque por conta das diferentes interpretações possíveis, são questões tão vagas que permitiam que os militares moldassem as leis conforme à necessidade de censurar. Essa foi uma métrica utilizada amplamente nos Atos Institucionais, mesmo durante um período de abertura jornalistas ainda eram acusados de incitar desobediência às leis e fazer propaganda subversiva em meios de comunicação. Essas questões somente reforçam o argumento de que o aparelho repressivo não estava desmontado, somente estaria sob as vestes de uma abertura conduzida por militares e instituições incutidas de ideologias do Estado de Segurança Nacional.

Como demonstrado anteriormente o jornal utilizou amplamente as manifestações de instituições como igreja, OAB, e políticos para reforçar a necessidade de apoio as suas lutas, e principalmente passar uma imagem de que o jornal somente seria um meio, mas que a vontade partiria das instituições e sociedade organizada. No decorrer do processo contra os jornalistas, e posterior condenação de Juvêncio Mazzarollo, esse recurso foi utilizado com mais intensidade. No caso a edição 32, além de criticar a ampliação da pena do jornalista, ainda elenca na mesma página a opinião de três representantes da política. Segundo os jornalistas

---

<sup>158</sup> Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6620.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6620.htm) Acesso em:10/03/2017.

essas opiniões representariam: “... as que consideramos suficientemente representativas do pensamento da sociedade.”<sup>159</sup>

A primeira opinião é do deputado Gilbert Agibert Filho do PMDB. O discurso do deputado é no sentido de afirmar a arbitrariedade no processo contra Juvêncio, já que para ele não importava analisar a opinião do jornalista e sim assegurar o seu direito de livre expressão. A segunda opinião partiu da Câmara de vereadores de Arapongas e também segue na linha de condenar o processo com base na LSN, já que deveria ser assegurado o direito à livre informação. E a terceira manifestação partiu da bancada PMDB na Assembleia Legislativa do Paraná, também segue na linha de condenar o cerceamento da liberdade: “ A nosso ver, esta lei representa a continuidade do regime autoritário imposto ao país parir de 1964...”<sup>160</sup>. Algo que chama atenção é o fato de as 3 manifestações serem de filiados do PMDB, partido que sucedeu o MDB que fazia “oposição” durante o regime militar.

Na esfera federal também há apoio aos jornalistas e manifestações de repúdio à continuidade da LSN. O deputado Heitor Alencar Furtado (PMDB) faz duras críticas à necessidade do regime de manter continuidades estruturais revelando a fragilidade da “abertura”:

Se, de um lado, o regime de 64 procura – por estrita necessidade de sobrevivência – manter uma falsa aparência liberal, do outro mostra sua verdadeira face repressora quando, pela força, tenta sufocar as manifestações mais legítimas do povo brasileiro.

Hoje em dia, tornou-se por demais comum enquadrar cidadãos na Lei de Segurança Nacional. Enquadram-se líderes sindicais, enquadram-se padres, enquadram-se jornalistas e até mesmo deputados. A Lei de Segurança Nacional passa a ser, então, a lei de insegurança para a população. Ou será que a constante aplicação da LSN demonstra a crescente insegurança do regime? Será que um artigo num jornal ou um discurso num sindicato, num púlpito ou no Parlamento colocam em risco a segurança do País? Ou será que a segurança nacional não é afetada todo dias em razão da política entreguista colocada em prática pelo Governo?<sup>161</sup>

O trecho destacado do discurso do deputado Heitor publicado integralmente no editorial da edição 33 traz várias questões importantes. Primeiro é possível verificar um alinhamento entre políticos do PMDB principal partido de oposição ao governo, no sentido de criticar as bases da ditadura que permaneciam enrijecidas e operacionais. Segundo, tem início uma

---

<sup>159</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 32, 30 de setembro a 06 de outubro de 1981, p.8

<sup>160</sup> *Ibid.*, p.8

<sup>161</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 33, 06 de outubro a 12 de outubro de 1981, p.2

campanha no sentido de que a LSN fosse desmantelada, ou reformada para que fosse condizente com a “abertura” e a liberdade de expressão. Terceiro é como os jornalistas utilizam esses discursos, e tantas outras manifestações como maneira de construir uma defesa perante a sociedade.

O processo contra os jornalistas apresenta muitas características do período inicial da ditadura como: acusações sem devida fundamentação, provas sem nexo com o processo, testemunhas de procedência duvidosa, mas principalmente a conduta “inquestionável” das autoridades que prestaram depoimento durante o processo. O jornal *Nosso Tempo* se tornaria o principal meio que os jornalistas utilizariam para denunciar a falta de ampla defesa, e principalmente para responder e rebater as afirmações feitas no tribunal.

Na fase de depoimentos o Coronel João Guilherme Labre afirmou, segundo o relato dos jornalistas, que: “...conhecia o passado de Aluízio e Juvêncio. Disse que no S-2 do quartel estão fichas dos dois contendo o dossiê de seu envolvimento em atividades subversivas, e a juíza requereu cópia das fichas para anexá-las ao processo – o que já dever ter acontecido.”<sup>162</sup> Os jornalistas protestaram no artigo afirmando que eram fichas do tempo da ditadura. Interessante destacar a relação entre o processo e as atividades dos jornalistas em períodos anteriores, o que denota um posicionamento de que os jornalistas estavam sendo investigados e acusados por conta de atividades anteriores e não por conta das opiniões inseridas no jornal.

Durante o processo contra os jornalistas o momento mais importante foi o do julgamento, o qual marcaria de forma significativa as edições subsequentes, já que teria início uma intensiva campanha pela soltura de Juvêncio, mas também seria uma guinada na maneira como o jornal passaria a ser visto tanto pela cidade de Foz do Iguaçu, como a nível nacional. O “martírio” que Juvêncio sofreria na prisão também traria novos significados para as denúncias já feitas, colocando o jornal em um novo patamar frente à sociedade. Foi o momento que proporcionou a maior aproximação na relação entre o jornal e o público.

Um exemplo do novo patamar que o jornal atingiria, tanto no alcance de leitores como em aumento da tiragem é a afirmação feita por Juvêncio durante uma entrevista na prisão, após sua segunda condenação, quando questionado sobre qual seria o saldo positivo de sua prisão, ele respondeu:

Outro saldo bem visível é o êxito do jornal *Nosso Tempo*. Minha prisão foi um prêmio para o jornal. Dá até para agradecer aos tribunais, porque com isso nosso produto, o jornal, recebeu uma publicidade impagável. *Nosso Tempo* deixou de ser uma publicação anônima e provinciana. Pôde inclusive

---

<sup>162</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 43, 26 de fevereiro de 1982.p.9

aumentar muito a tiragem e ampliar a circulação. E não é só: eu sei que depois da minha prisão formou-se uma corrente de solidariedade tão sólida que motivou os anunciantes a investirem como nunca em publicidade nas páginas de nosso jornal.<sup>163</sup>

A figura de Juvêncio somaria todas as lutas do jornal *Nosso Tempo* até o momento do julgamento. Convém destacar, que após a condenação, Juvêncio continuaria publicando artigos de opinião de dentro da prisão, ou seja, ele estaria criticando o sistema de censura de dentro das suas estruturas. Um exemplo é o julgamento que é relatado tendo por base visão do próprio Juvêncio que descreve os fatos e tece comentários de uma maneira muito particular, levando os leitores para dentro do tribunal no dia 22 de junho de 1982, data do julgamento em que somente ele estava sendo processado.

A narrativa do jornalista tem início relatando as dificuldades que o jornal passou desde a sua primeira edição, as perseguições e ameaças que fizeram alguns sócios desistirem do projeto. As ameaças seriam em diversas frentes: “...a fiscalização da Receita Federal iria pôr na prensa todas as empresas que anunciavam no jornal.”<sup>164</sup>, ou “...apresenta-se o Ministério do Trabalho e abre processo contra nós por exercício ilegal da profissão de jornalista.”<sup>165</sup> As tentativas de censurar ou mudar a linha crítica do jornal foram seguidas por diferentes tipos de ameaças, a mais direta foi a reunião comunitária em que o Juvêncio foi ameaçado diretamente pelo Coronel Labre.

Na opinião do jornalista dois eventos contribuíram para os processos o primeiro foi a denúncia da “reunião comunitária”, na época os jornalistas denunciaram como “armadilha” e foram processados com base no artigo 14 da LSN. Posteriormente um artigo publicado em julho de 1981 sob o título de “*Não se tira leite de vaca morta*” motivou nova denúncia somente contra Juvêncio acusando o mesmo com base em 4 artigos da LSN. Juvêncio menciona um trecho do discurso da acusação feita pelo promotor que transcrevemos aqui sobre a matéria do jornal: ““violentos e diretos ataques ao regime de autoridades constituídas, buscando verdadeiro incitamento à subversão, ofensa à honra de alto mandatário da Nação, além de propaganda subversiva”<sup>166</sup>. Interessante analisar como o promotor utiliza um discurso alinhado com o período da ditadura. Na função de acusador, as palavras “subversão” e “ataque as autoridades” teriam grande efeito dentro de um tribunal militar.

---

<sup>163</sup>MAZZAROLLO, Juvêncio. *Quem quiser lambem coturno que o faça, eu não*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 91, 21 a 28 de outubro de 1983. p.12.

<sup>164</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. *Condenado pela espúria lei de Segurança nacional*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 49, 30 de julho de 1982. p.6.

<sup>165</sup> Ibid. p.6

<sup>166</sup> Ibid. p.6

Convém destacar alguns trechos do artigo assinado por Juvêncio que resultou no processo contra ele:

Tirado o poder dos ladrões, corruptos, vendilhões da pátria e opressores, o passo seguinte é implantar um sistema institucional que garanta a construção de um novo modelo social, político, econômico e cultural. O povo brasileiro tem que vencer seus inimigos internos e externos, sabendo que eles têm um nome: Delfim Netto, Golbery, Walter Pires, Erasmo Dias, Paulo Maluf, Lei de segurança Nacional, Geisel, Figueiredo, multinacionais, enfim, todo o diabólico aparato de corrupção, exploração e entreguismo que levou o Brasil ao estado deprimente em que se encontra. A lista de nomes de inimigos do povo e da pátria, entre pessoas, organismos, empresas e projetos, só caberia num grosso volume impresso em minúsculos caracteres.<sup>167</sup>

O trecho da matéria do mês de julho de 1981 apresenta duas questões que precisam ser analisadas. Primeiro que o jornalista está descrevendo a situação relacionada ao modelo econômico, social e cultural que não deu certo no Brasil, herança da ditadura militar. Enquanto o promotor acusava as propostas como sendo essencialmente comunistas “ rezanada cartilha vermelha”<sup>168</sup>, o jornalista estava propondo caminhos para uma verdadeira “abertura”, que passaria pelo processo de (des)construção do modelo ditatorial. Segundo, ao citar nomes o jornalista alerta para a questão de não ser possível realizar mudanças mantendo as mesmas pessoas no poder.

A exposição da defesa trabalhou a trajetória de Juvêncio, bem como enalteceu a importância do jornal para a cidade de Foz do Iguaçu e região, e afirmou que o discurso do jornalista estava alinhado com os preceitos da igreja:

Esmerou-se em mostrar que tanto o meu trabalho no jornal como minha atuação em movimentos populares estavam respaldados e em consonância com a doutrina social da Igreja. Confrontou o artigo que originou a acusação com as diretrizes de ação social-política da Igreja e deixou claro que minhas análises e propostas combinavam com a pregação eclesial, como também com o pensamento de vastos setores da sociedade expressos através dos meios de comunicação.<sup>169</sup>

A afirmação da defesa é importante no sentido de ratificar a presença do religioso dentro das publicações do jornal, seja no discurso dos jornalistas, ou na participação direta de representantes da igreja católica emitindo opiniões. As diretrizes sociais seriam as matérias que

---

<sup>167</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. *Condenado pela espúria lei de Segurança nacional*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 49, 30 de julho de 1982.p.8

<sup>168</sup> Ibid.p.6

<sup>169</sup> Ibid.p.8

privilegiavam as crianças passando fome, as dificuldades dos agricultores em receber um pagamento justo por suas terras alagadas por Itaipu, os indígenas que foram prejudicados por uma FUNAI ausente. As diretrizes políticas seriam as lutas por eleições diretas, o real poder de escolha delegado à democracia do povo.

Após as considerações de acusação e defesa os votos condenaram Juvêncio no artigo 33 da LSN, e absolveu o mesmo das demais acusações. A pena decretada de um ano poderia ser cumprida em liberdade condicional.

No mês de setembro ocorreu o segundo julgamento que envolvia Aluizio, João Adelino e Juvêncio. O artigo 14 no qual o processo foi baseado foi julgado improcedente, mas por meio de uma manobra o promotor acrescentou novos artigos e Juvêncio acabou sendo condenado com base no artigo 42 da LSN (fazer propaganda subversiva utilizando meios de comunicação), Juvêncio foi condenado a um ano de prisão por unanimidade e preso ao final da audiência no tribunal. Os jornalistas destacam a proximidade entre os julgamentos em torno de 3 meses, o que permite analisar que havia uma perseguição, principalmente contra Juvêncio.<sup>170</sup>

Mas a maneira como o jornal iria empreender uma campanha tanto pela soltura de Juvêncio como o fim da LSN iria inserir o jornal *Nosso Tempo* definitivamente no imaginário iguaçuense. Nesse momento do jornal (1982), a prisão de Juvêncio colocaria em destaque questões como as injustiças e grande parte das denúncias que o jornal havia feito. A capa da edição em que foi noticiado a condenação de Juvêncio é um dos exemplos de como o jornal iria se posicionar diante da prisão do principal líder do *Nosso Tempo*.

---

<sup>170</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 54, 07 a 13 de outubro de 1982.p.2

Figura 11 – Capa edição 54



FONTE: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 54, 07 a 13 de outubro de 1982.p.1

O destaque da capa da edição 54 (figura 11) menciona duas frases em contraposição. A primeira destaca a matéria principal do editorial: “Juvêncio Mazzarollo está na cadeia”, com o fundo preto e uma fotografia de Juvêncio. A segunda frase: “Torturadores e corruptos em liberdade”, com fundo em vermelho. Mesmo não havendo nenhuma denúncia sobre tortura nessa edição, é interessante como o jornal lança mão de casos de tortura sem punição para falar sobre a condenação de um jornalista preso por emitir opiniões, enquanto quem cometia crime de tortura permanecia solto.

Ainda com relação à capa da figura 11, a afirmação do editorial resume a contraposição entre injustiça e tortura: “Por outro lado, a mordomia, a corrupção, a roubalheira está sendo diariamente noticiada pela imprensa e por políticos dignos, sem que os responsáveis recebam punição. Juvêncio Mazzarollo, que ousou denunciar isto tudo, está atrás das grades.”<sup>171</sup> Na opinião dos jornalistas quem deveria estar preso seriam os torturadores e os corruptos, ou seja, a justiça acaba punindo o denunciante.

<sup>171</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº54, 07 a 13 de outubro de 1982. p.2



Figura 12 – Última página edição 55

FONTE: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 55, 29 de outubro de 1982.p.20

Na edição subsequente os jornalistas intensificam a campanha pela soltura de Juvêncio. É importante analisar os diferentes meios visuais que são inseridos no jornal para que os leitores aderissem à luta pela liberdade do jornalista. Se na edição 54 há o destaque em texto e cores na primeira página, na edição 55, na última página (figura 12), há um infográfico que sintetiza as informações sobre o que motivou a prisão do jornalista em oposição aos crimes mais graves que continuavam impunes.

Na figura 12 há o pedido de liberdade para Juvêncio, onde estão elencados os motivos, que, segundo os jornalistas, levaram à prisão. Também há uma fotografia de Juvêncio, reforçando o apelo visual dos elementos dispostos na página do jornal. São mencionados dois casos de assassinatos, um deles envolvendo tortura. Enquanto os responsáveis por essas mortes estariam soltos, Juvêncio estava preso por “defender os pobres, fracos e oprimidos.”. Caberia ao leitor, por meio dos elementos apresentados, o papel de responder à pergunta no fim da página: “Isso é justiça? ”. O convite para reflexão tem uma função importante, ao mesmo tempo que trabalha no sentido de evidenciar a injustiça contra Juvêncio, ainda tem a função de ressignificar as notícias de crimes de tortura.

Cabe ainda destacar na figura 12 que há uma propaganda política de Aluizio Palmar, sócio e colaborador do jornal, para vereador, as propostas também convergem no sentido de privilegiar o direito dos mais fracos e combater a LSN. É possível inferir que Aluizio via a possibilidade de construir, pela via democrática, uma sociedade mais justa social e politicamente, marcando assim guinada na participação da esquerda no cenário político.

Os militares realizaram manobras para que Juvêncio fosse condenado e preso, na expectativa que o jornal reduzisse as críticas ou mudasse a linha editorial. Mas houve um efeito contrário, com a intensificação das críticas à LSN, e principalmente uma participação ainda mais ativa de Juvêncio. O jornal foi associando a sua identidade à de Juvêncio, principalmente por conta da grande participação do mesmo nas publicações.

Nos textos publicados por Juvêncio há uma tentativa sensibilização dos leitores na maneira como as palavras são colocadas, os assuntos e a forma como são abordados. Um exemplo é um texto de opinião no qual ele coloca a negativa do juiz em relação ao seu pedido de licença para visitar os pais no natal.

A iniciativa da solicitação foi tomada em função de uma carta enviada por minha irmã Jacinta, relatando o delicado estado de saúde dos pais e o grande desejo deles terem um encontro comigo – impossibilitados que estão de se deslocarem até Curitiba em razão de doença e da idade avançada. Aliás, desde os 11 anos de idade, quando saí de casa para estudar (e dar nisso que deu), o fim de ano sempre foi a época do alegre e feliz reencontro nosso. Agora, nesta fase da vida de meus pais, minha presença entre eles e os familiares assume o caráter de uma crescente ansiedade, cuja satisfação, além de dever meu, torna-se um direito (deles), tão forte que arbítrio nenhum deveria ter força para frustrar – ao menos dentro de uma concepção humana da vida, e não bestial, como é essa que anda à solta em nossa sociedade.<sup>172</sup>

Ao afirmar a arbitrariedade justiça de não deixá-lo ver os pais, é possível analisar a empatia presente no compartilhamento da lembrança da infância e das festas em família. Não é somente o fato de ver os pais no Natal, uma das datas mais importantes no calendário religioso, e sim questões afetivas que se sobrepõem a condição de preso. No próprio texto de opinião o jornalista transcreve trechos do despacho de resposta do juiz, mencionando o comportamento de Juvêncio: “(..) pessoa de atitudes inconsequentes, como se pode ver pelo o que escreve sobre o primeiro julgamento.”<sup>173</sup>

---

<sup>172</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. *Insensatez, retaliação e primitivismo*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 58, 15 de janeiro de 1983. p.12.

<sup>173</sup> *Ibid.*, p.12

Há muitas questões ao analisar a solicitação de Juvêncio frente à resposta do juiz, a mais importante talvez seja a sensibilidade despertada ao falar sobre os pais idosos e doentes, os argumentos do juiz perdem força e reforçam uma conduta autoritária ao mencionar que o jornalista continuaria sendo punido se persistisse em criticar autoridades. O jornalista desconstrói o juiz com seus próprios argumentos, inserindo a sua história de vida e apelando para uma festa religiosa como o natal, onde as famílias tradicionalmente se reúnem, para mostrar como a justiça é insensível às questões humanas.

O principal alvo das campanhas pela libertação de Juvêncio foi o pedido de revogação da LSN, comitês foram criados em diversas cidades do Estado do Paraná solicitando que a lei fosse extinta, o que poderia auxiliar na soltura de Juvêncio. O jornal *Nosso Tempo* divulgou opiniões e diferentes manifestações nesse sentido, para incentivar uma pressão popular para que a lei fosse revista. A prisão teve inclusive repercussão internacional conforme relatado em trecho da carta enviada pela Anistia Internacional ao Ministro do interior, publicada no caderno *Psiu*<sup>174</sup>, na qual a prisão de Juvêncio é chamada de sequestro e pedia sua imediata soltura.

Um exemplo de como o aparelho repressivo continuava funcionando durante a abertura para censurar as críticas da imprensa ao governo foi o aumento da pena de Juvêncio. No dia em que iria completar 1 ano (metade da pena) e receberia o alvará de soltura para que os advogados entrassem com o pedido de liberdade, Juvêncio recebe a notícia que teve sua pena aumentada para 4 anos, por conta de uma nova análise da primeira condenação do julgamento em que foi réu sozinho. Nesse primeiro julgamento Juvêncio havia sido condenado no artigo 33 da LSN, mas havia a insistência que ele também fosse condenado no artigo 36, mesmo tendo sido negado em duas instancias. Nesse julgamento foi aceito, dessa forma a pena aumentou sendo somada à que estava cumprindo.

O aumento da pena de Juvêncio gerou revolta e manifestações de representantes de entidades, principalmente da classe política, que já estavam prestando apoio desde o início dos processos contra os jornalistas. As páginas do jornal repercutem de forma intensa essas manifestações, como a nota de manifestação do Partido dos Trabalhadores:

Não bastasse ser a herdeira de um legado de sangue e martírio de milhares de militantes do movimento operário popular, que no curso desses quase 20 anos foram torturados, assassinados, exilados ou mantidos presos, a ditadura segue com sua sanha repressiva e confina em cárcere militantes populares por crime de opinião.<sup>175</sup>

---

<sup>174</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 80, 5 a 11 de agosto de 1983.p.5

<sup>175</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 89, 7 a 13 de outubro de 1983. p.2

O texto de opinião de Juvêncio publicado na edição 89 tem forte apelo emocional, ao afirmar sobre a esperança de ser libertado: “Entendíamos que minha libertação se impunha por um dever de justiça, de bom senso e pacificação político-social.”<sup>176</sup> A narrativa apresentada pelo jornalista ganha contornos fortes ao ponderar afirmações sobre a necessidade de que o mesmo ficasse em silêncio para que fosse colocado em liberdade, mas que ele não iria ceder: “Tenho orgulho de ser perseguido por poderes tão detestáveis. Mesmo na prisão, sinto-me infinitamente dignificado, pois dou um testemunho candente do nojo que causa constatar o flagelo imposto a Nação por sucessivos governos autoritários.”<sup>177</sup>

O texto de opinião passa por diferentes questões, o jornalista ao discutir sua nova condenação constrói novos sentidos e representações. Reafirma a fragilidade da construção de uma “abertura” conduzida por militares, crítica a ditadura que durante os 20 anos criou profundas crises no país, mas principalmente constrói sua própria imagem de mártir, assim como a do jornal *Nosso Tempo* como porta voz de todo esse movimento contra as permanências do golpe militar de 1964. Os últimos parágrafos do texto são interessantes para analisar como o jornalista se coloca a serviço do povo, e assim como nos ritos da igreja, sacrifica sua liberdade em prol do bem comum:

Prestem atenção opressores e vejam se o povo está comigo ou com “vossas excelências”. Isto é o que importa.

Ser inimigo intransigente de tanta safadeza é dever cívico de todo cidadão honesto. Lutar até as últimas consequências é hoje a única forma honrada de ser brasileiro.

E ser perseguido e punido da maneira como acontece comigo é uma condecoração que envaidece e enobrece qualquer pessoa. É um troféu que a história saberá guardar com o maior respeito.<sup>178</sup>

Como forma de intensificar seus protestos contra o aumento de sua pena, Juvêncio resolveu fazer greve de fome. Essa medida visava tanto pressionar os tribunais militares para que cancelassem o julgamento, como também sensibilizar os leitores para que também se manifestassem contra as autoridades que pudessem intervir em favor do jornalista. Ao todo a greve durou 16 dias. Segundo Juvêncio, a greve era justificada tanto pelas péssimas condições a que estava submetido na prisão, como também para saber o que motivou o novo julgamento

---

<sup>176</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. *Barbarismos da LSN e do Regime*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 89, 7 a 13 de outubro de 1983.p.4

<sup>177</sup> Ibid.p.4

<sup>178</sup> Ibid.p.4

e principalmente a falta de ampla defesa negada nesse caso, já que os advogados de defesa não estavam presentes, somente foram comunicados da decisão.<sup>179</sup>

Dos argumentos apresentados pelo jornalista convém destacar o que menciona a falta de defesa, e minimamente a presença dos advogados do acusado, que serve como prova de que o julgamento estava sendo utilizado como forma de punir e coagir o jornalista para que parasse publicar e criticar seja na esfera política, militar e/ou judiciária. O tribunal militar ao proferir uma decisão sem conhecimento do acusado feria gravemente os direitos humanos, mas principalmente deixa vir à tona a maneira de agir característica desde os anos de início do golpe militar. Uma decisão sem embasamento, totalmente arbitrária e que desmontava o discurso de “abertura” proferido por militares.

O recurso da greve de fome seria utilizado por Juvêncio para pressionar a justiça novamente em 1984, quando o jornalista afirmou que só voltaria a se alimentar quando fosse libertado: “Liberdade ou morte. É a minha escolha. Se morrer, não será suicídio, e sim um homicídio cuja responsabilidade todos saberão de quem é.”<sup>180</sup>

No dia 06 de abril de 1984, o STF acatou as alegações do advogado de Juvêncio e determinou que fosse posto em liberdade. Após 18 meses de prisão, o último preso político do país era colocado em liberdade. Entre o início da segunda greve de fome e a decisão do tribunal se passaram 10 dias, Juvêncio afirmou que isso foi importante para pressionar as autoridades para que cobrassem agilidade da justiça: “A promessa de jejuar até a morte caso o desejo de todos não fosse atendido pela justiça realmente caiu como uma bomba que levou estilhaços por toda a parte.”<sup>181</sup> Diversos fatores podem ter influenciado na decisão que vão desde a reforma da LSN que revogou alguns artigos pelos quais Juvêncio foi processado, bem como a pressão popular e até a greve de fome.

Mas é importante abordar como o jornal *Nosso Tempo* noticia a euforia criada em torno da soltura e a chegada de Juvêncio em Foz do Iguaçu. A fala dos jornalistas, principalmente na edição 114, congrega todas as questões vistas no decorrer desse trabalho. Não seria a vontade do Juvêncio, do Aluizio Palmar ou João Adelino, mas a vontade do povo. Não pretendemos fazer uma análise do discurso, mas o plural utilizado nas frases não é fruto de acaso, na frase destacada anteriormente seria “o desejo de todos”, e não somente de algumas pessoas. “Eu sempre disse que só fisicamente era minha pessoa que estava na prisão, porque junto comigo

---

<sup>179</sup> *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 93, 4 a 11 de novembro de 1983. p.23.

<sup>180</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. *Juvêncio retorna a greve de fome*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 112, 30 de março a 6 de abril de 1984. p.20.

<sup>181</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. *Vencemos*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu nº 114, 13 a 20 de abril de 1984. p.15.

era o povo que estava preso: era um direito sagrado que estava sendo violentado. ”<sup>182</sup> Há uma junção entre jornal, Juvêncio e o povo, em alguns momentos não é possível dissociar um do outro. E o discurso religioso contribuiu em grande parte para essa junção.

Na questão religiosa cabe destacar as missas realizadas tanto em Curitiba quando o público começou a intensificar os protestos pela liberdade de Juvêncio, assim como a missa realizada em Foz do Iguaçu no dia seguinte à chegada do jornalista. A construção de sentido do jornal ao relatar a emoção na chegada no aeroporto também serve para inserir o jornal em novo patamar: “Sua descida no Aeroporto foi emocionante. Religiosos, professores, aluno, colegas... Todos queriam cumprimentar Juvêncio”<sup>183</sup> No texto em que Juvêncio intitulou como *Vencemos*, finaliza com uma parábola da bíblia:

... Um certo dia, depois de muito trabalho, Jesus reuniu os apóstolos e os convidou a subirem a uma montanha para juntos rezarem. Chegando no alto, Jesus exclamou: “Como é bom estarmos aqui!”. Pois, minha volta à liberdade foi uma grande escalada. Subimos a uma alta montanha. Nas alturas da felicidade que tudo isso me deu, olho à minha volta e vejo que a solidão terminou, permitindo que diga a quantos me cercam: “Como é bom estarmos aqui”<sup>184</sup>.

Ao finalizar o texto com uma citação bíblica Juvêncio cria paralelos entre os ensinamentos de Jesus e o seu martírio na prisão. Ao relatar que “subiu a montanha” com quem lhe apoiou, mas principalmente com os leitores que acompanharam toda sua narrativa de dentro da prisão, Juvêncio constrói um elo com os leitores e insere o jornal *Nosso Tempo* no imaginário da sociedade de Foz do Iguaçu.

---

<sup>182</sup> MAZZAROLLO, Juvêncio. *Vencemos*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu nº 114, 13 a 20 de abril de 1984. p.15.

<sup>183</sup> Ibid.p.1.

<sup>184</sup> Ibid.p.15.

## Considerações finais

O objetivo principal desse trabalho foi o de trabalhar o jornal *Nosso Tempo* como fonte e objeto. Por se tratar de um jornal que circulou na cidade de Foz do Iguaçu na década de 80 e 90 havia resquícios do período da ditadura militar. No primeiro capítulo realizamos um breve histórico dos direitos humanos e da utilização da tortura ao longo da história, posteriormente destacamos um apanhado histórico sobre a ditadura no Brasil. No final do capítulo inserimos o conceito de empatia trazido por Hunt e que seria de grande importância para o segundo capítulo.

No segundo capítulo evidenciamos as notícias presentes no jornal e como a tortura era amplamente denunciada, e se tornou a principal bandeira de combate por parte dos jornalistas. O conceito de empatia denota que para que os direitos humanos tenham sucesso, devemos compartilhar da noção de que todos os seres humanos são semelhantes e tem os mesmos direitos, portanto ao ver a imagem de uma pessoa sendo torturada, ou um testemunho, se a pessoa sentisse repulsa, medo ou outros sentimentos, ela compartilhava de uma ligação com a vítima. Como as denúncias passaram a incomodar as autoridades, tiveram início perseguições e censura contra os jornalistas, o que culminou na prisão de Juvêncio Mazzarollo.

Nesse sentido o jornal é uma importante fonte para reconstrução histórica do município de Foz do Iguaçu, principalmente porque as denúncias do jornal servem para desconstruir o discurso da abertura propagandeado pelos militares. O que nos permite inferir que a ditadura teve consequências mais graves do que as ditas anteriormente. Já que as consequências econômicas, sociais constituíram um retrocesso na história do Brasil.

Pessoas continuam pedindo intervenção militar. Grande parcela da população continua depositando esperança nas forças armadas como a solução de todos os problemas do país, seja na pacificação das favelas no Rio de Janeiro, ou na retomada dos presídios no norte do Brasil. As forças armadas não possuem subsídios suficientes para resolver problemas sociais, e a violência não é o caminho.

Cabe à História e aos historiadores tomarem seus lugares e demonstrarem a necessidade de (re) construir o período da ditadura, tanto para a academia como para a população de forma geral, que a violência de 1964 nunca mais possa acontecer novamente. O medo não pode ser confundido com a falsa sensação de bem-estar que o discurso dos defensores da “intervenção” tanto repetem, nesse sentido Hunt afirma: “Temos de imaginar o que fazer com os torturadores e os assassinos, como prevenir o seu surgimento no futuro sem deixar de reconhecer, o tempo

todo, que eles são nós. Não podemos nem tolerá-los nem desumanizá-los. ”<sup>185</sup> O grande desafio imposto à sociedade é o de quebrar o ciclo vicioso de combate à violência com mais violência.

A empatia deve ser trabalhada culturalmente, e demonstrar para a sociedade que a igualdade não pode ser um discurso, ou uma lei em um papel, devemos sentir realmente que as pessoas são iguais e que tem os mesmos direitos garantidos não somente pela Constituição, mas pela noção de semelhança que compartilhamos de forma inata.

---

<sup>185</sup> HUNT, op. cit., p. 215

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTE PRIMÁRIAS

Jornal *Nosso Tempo*, dezembro de 1980 à dezembro de 1985.

### FONTES SECUNDÁRIAS

AARÃO REIS FILHO, D. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2000.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ARANHA, Renato Muchiuti. *Jornal Nosso Tempo e Itaipu: disputa políticas em Foz do Iguaçu (1980-1983)*. Anais do II Congresso Internacional de História da UFG/ Jataí- Realização Cursos de História, Letras, Direito e Psicologia.2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2002.

BOFF, Leonardo. *Teologia do Cativo e da Libertação*. Petrólis, 1980.

BUENO, Marcio. *Imprensa Alternativa – Ontem e hoje* IN: *Vinte anos de resistência. Alternativas da Cultura no Regime Militar*. Espaço e tempo, Rio de Janeiro, 1986.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural- Entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 2002.

CRUZ, Heloisa Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. IN: *Projeto História*, São Paulo, nº35. P.258-259, 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: a democracia, partidos e crise política*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1996.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v24, nº 47

MELO, Demian Bezerra de. *Ditadura “Civil-Militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente* IN: *Espaço Plural* • Ano XIII • Nº 27 • 2º Semestre 2012

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos Humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KONDER, Rodolfo. *Anistia Internacional: uma porta para o futuro*. Campinas, São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LIMA, Perci. *Foz do Iguaçu: no contexto da história*. Foz do Iguaçu, PR: Ed. do Autor, 2010.

LOWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina* / Michael Löwy. – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. IN: Fontes Históricas. Carla Bassanezi Pinsky (organizadora). São Paulo: Contexto, 2008.

LUZ Carlos. PETERS, Thays. *Jornal Nosso Tempo: Um Marco na resistência democrática em Foz do Iguaçu*. 2008.

MAGALHÃES, M. B. de. *Documento: Manual do interrogatório*. IN: História: Questões & Debates, Curitiba, nº 40, p. 201-240, 2004. Editora UFPR

MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *Condenado pela espúria lei de Segurança nacional*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 49, 30 de julho de 1982.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *Barbarismos da LSN e do Regime*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 89, 7 a 13 de outubro de 1983.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *Quem quiser lambar coturno que o faça, eu não*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 91, 21 a 28 de outubro de 1983.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *Juvêncio retorna a greve de fome*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 112, 30 de março a 6 de abril de 1984.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *Vencemos*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu nº 114, 13 a 20 de abril de 1984.

MOREIRA, Antonio Vanderli. *Opinião*. IN: *Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, nº 10, 11 a 18 de fevereiro de 1981.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? 4ª edição*. Curitiba: Travessa dos Editores, 2012.

PROST, Antoine. *Social e cultural indissociavelmente*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *A história como “ a representação do passado ”: A nova abordagem da Historiografia Francesa*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. MALERBA,

Jurandir (orgs.). *Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Teologia da Libertação e Direitos Humanos: aproximações. IN: [Anais do] IV Congresso da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Teologia e Ciência da Religião: “o futuro das religiões no Brasil” / [organizadores Gilbraz S. Aragão, Newton Darwin A. Cabral]. - - São Paulo: ANPTECRE, 2013.

VEIGA, Alfredo Cesar da. *Teologia da Libertação: nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

#### FONTES DIGITAIS:

<http://www.nossotempodigital.com.br/>

<http://www.cnv.gov.br/>

<http://www.dhnet.org.br/>

<http://www.planalto.gov.br>

<https://www.documentosrevelados.com.br/>

<http://www.stf.jus.br>

<http://www2.camara.leg.br/>

<http://pcb.org.br>